

REFAN

REVISTA ELETRÔNICA DA FACULDADE FAN



NO PARANÁ A EDUCAÇÃO DESARMA AS MENTES VAZIAS



**SISTEMA DE ENSINO
PROGRESSIVO**

Fanduca

O Ensino Progressivo proporciona o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a prática profissional

Faculdade FAN

Diretora Pedagógica: Profa. Dra Cleyde Ferreira Barreto Valotto

Diretor Geral: Prof. Adriano Franco Valotto



APRESENTAÇÃO

A Revista Eletrônica da Faculdade FAN (REFAN) tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais nas seguintes áreas: Pedagogia, Letras, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Biomedicina, Radiologia, Estética e Cosmética, Serviço Social, Farmácia e Educação Física.

Compreendem-se por trabalhos, os artigos decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas, de experiências pedagógicas e de elaboração de resenhas resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas sobre práticas.

A Revista não aceita trabalhos encaminhados simultaneamente para outros periódicos ou para livros.

A REFAN tem como público-alvo estudantes, professores, pesquisadores e públicos interessados na área em geral.

Com fluxo aberto ao longo de todo ano, a revista segue uma publicação semestral e permanente, vinculada a Faculdade Noroeste. Seu lançamento se deu no ano de 2019. É publicada unicamente em versão online pelo endereço eletrônico: <https://faculdadenoroeste.com.br/revista-eletronica-apresentacao/>

A publicação de um artigo implica na cessão integral dos direitos autorais a REFAN, para divulgação por meio eletrônico – internet.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

Os trabalhos deverão ser enviados ao Presidente da Comissão Editorial, via e-mail, (revistaeletronicadafan@gmail.com), que os submeterá ao juízo do Conselho Editorial, para verificação de adequação à política editorial da revista e do cumprimento de exigências normativas. Os artigos serão encaminhados, sem identificação, a no mínimo dois avaliadores externos. No caso de discrepância avaliativa será enviado a um terceiro parecerista. O nome dos avaliadores será mantido em sigilo.

1. A REFAN publica artigos originais e inéditos, considerando a linha editorial da Revista, tratamento dado ao tema, consistência e rigor. Os artigos deverão lhe ser destinados com exclusividade.

2. O resumo e o abstract apresentados devem conter de 150 à 250 palavras, indicando objetivo do estudo, abordagem metodológica e resultados. Os resumos e abstracts que estiverem sem essas informações serão considerados incompletos e o artigo será rejeitado.

3. As referências bibliográficas que estiverem discrepantes em relação às normas de publicação levarão a rejeição do artigo

SUBMISSÕES

As submissões devem ser realizadas exclusivamente por e-mail, revistaeletronicadafan@gmail.com

NORMAS

1. Serão considerados para publicação trabalhos que se enquadrem nas seguintes categorias: artigos de estudos teóricos, resultados de pesquisas, ensaios e resenhas.

2. Os trabalhos deverão ser enviados ao Editor Chefe, via e-mail, que os submeterá ao juízo do Conselho Editorial, para verificação de adequação à política editorial da revista e do cumprimento de exigências normativas.

4. A Revista, através do editor científico, notificará o autor principal se o artigo foi aprovado para publicação ou rejeitado. A notificação será acompanhada de cópia do conteúdo dos pareceres, sem a identificação dos avaliadores.

5. Os artigos que são resultados de pesquisas que envolvem seres humanos (entrevistas, experimentações, etc.) devem indicar o respeito aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica. Quando houver a permissão para a identificação do sujeito e ou uso de imagens, é preciso informar em nota. É preciso garantir o anonimato aos participantes da pesquisa e, se necessário, às instituições que assim o solicitarem.

Todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem vir acompanhadas da aprovação do Comitê de Ética, e ser submetido como documento suplementar.

6. Caso haja, deve ser indicado em nota de rodapé, no início do texto a fonte de financiamento relacionado ao trabalho a ser publicado.

7. Os textos dos artigos deverão ter uma extensão entre 8 a 12 laudas, não contados o resumo e as referências.

8. O texto deverá apresentar, inicialmente, os resumos entre 150 a 250 palavras, para isso, ver a NBR 6028, de novembro de 2003 da ABNT. O resumo não deverá ser redigido na primeira pessoa e deverá conter o foco temático, objetivo, método, resultados e conclusões do trabalho. Deverão ser indicadas três palavras-chave.

10. O número de autores recomendado por artigo é de, no máximo, sete;

11. Os textos devem ser escritos de forma clara e fluente. A utilização de notas finais deve ser para alguma informação de caráter explicativo, não excedendo a utilização de 200 palavras em cada nota. O autor deverá cuidar para não utilizar referências que possam identificá-lo no processo de avaliação, como “em meus trabalhos anteriores, em minha tese, em minha dissertação”, etc. Se o trabalho for aceito, essas informações poderão constar na versão final do artigo.

12. Para a avaliação dos manuscritos serão observados os seguintes critérios: 1) relevância e abrangência do tema; 2) caráter inovador, desenvolvimento e aprofundamento do tema; 3) estrutura teórica e metodológica do trabalho; 4) conclusão e contribuição para área.

13. As citações devem seguir a NBR 10520, de agosto de 2002, da ABNT, a qual determina que:

– citações diretas com menos de três linhas devem vir inseridas no texto e colocadas entre aspas duplas. Deve constar a indicação do autor da citação.

Exemplos:

No final da citação: “Citação” (SILVA; GOMES, ano, p. 123).

No início ou inserida no texto: Segundo Silva (ano, p. 123) “Citação”, ou ainda, Silva (ano, p. 123) diz que: “[...] citação”.

– citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto e sem aspas. Ao final, deve constar: (SOBRENOME DO AUTOR CITADO, ano, p. 123).

– citações indiretas, ou seja, texto baseado na obra do autor consultado, deve ser adotado o mesmo critério anterior para a referência do autor; se fora dos parênteses, o sobrenome começa com maiúscula e depois letras minúsculas; se entre parênteses, o sobrenome aparece em letras maiúsculas.

– devem ser usados os seguintes recursos:

[...] para indicar supressões;

[] para indicar interpolações, acréscimos ou comentários;

itálico para dar ênfase;

(informação verbal) para dados oriundos de informação verbal em palestras, debates etc., com os dados referenciais em nota de rodapé. Exemplo de nota de rodapé: 1 Notícia fornecida por Nome e Sobrenome do palestrante no Evento, em Local, em mês e ano.

grifo do autor ou grifo nosso: são usados após a paginação para esclarecer a autoria do grifo. Ex.: (SILVA, ano, p. 123, grifo do autor).

14. Os conceitos e afirmações contidas nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

15. A revisão ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade do(s) autor(es) do artigo.

16. As referências deverão ser redigidas segundo as normas da ABNT NBR 6023 de agosto de 2002. Incluir somente obras mencionadas no texto.

NORMAS: Todos os exemplos aqui apresentados são fictícios.

– Autor pessoal

ÚLTIMO SOBRENOME (Caixa alta), Nome e Sobrenome. Título. 2. ed. (Número da edição) Local: Editora, ano.

– Até 3 autores

SILVA, Emanuel Tavares; GOMES, Galvão Vieira; SOUZA, Maria Nunes. Título. 13. ed. rev. e aum. Local: Editora, ano.

– Mais de 3 autores

SILVA, Emanuel Tavares. et al. Título: subtítulo. Local: Editora, ano.

– Organizador (es), coordenador (es), tradutor (es)

SILVA, Emanuel Tavares; GOMES, Galvão Vieira. (Orgs.). Título: subtítulo. Tradução de Nome e Sobrenome. [S.l.: s.n.] (Caso não contenha local e editora na obra referenciada), ano.

– Autor entidade

BRASIL. Ministério da Educação. Título. Brasília, DF, ano.

– Autoria desconhecida

PRIMEIRA palavra do título. Local: Editora, ano.

– Partes/capítulo de obra

SILVA, Emanuel Tavares. Título da parte. In: SOUZA, Maria Nunes. (Org.). Título da publicação: subtítulo. Local: Editora, ano. p. 3-9.

SILVA, Emanuel Tavares. Título da parte. In: SILVA, Emanuel Tavares (mesmo que o autor da parte seja igual ao da publicação no todo). Título da publicação. Local: Editora, ano. p. 3-9.

Monografias e partes de monografias em meio eletrônico e on-line

SILVA, Emanuel Tavares. Título. Local: Editora, ano. 1 CD-ROM.

SANTA MARIA. In: ENCICLOPÉDIA virtual dos municípios do RS. Local: Editora, ano. CD-ROM 1.

SILVA, Emanuel Tavares. Título. [S.l]: Editora, ano. Disponível em: <http://www.ufsm.br>. Acesso em: 3 jan. 2000.

VERBETE. In: DICIONÁRIO de línguas estrangeiras. Local: Editora, ano. Disponível em: <http://www.url completa>. Acesso em: 3 jan. 2000.

– Eventos (trabalhos apresentados)

SILVA, Emanuel Tavares.; GOMES, Galvão Vieira. Título. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 1. (Numeração do evento, se houver), ano, local (do evento). Anais ... (mesmo caso para Resumos...) Local (da publicação): Editora, ano. p. 3-9. (Quando em meio eletrônico, adicione a descrição física do recurso utilizado após a paginação. Ex.: ... p. 3-9. 1 CD-ROM.)

– Eventos (trabalhos apresentados) on-line:

SILVA, Emanuel Tavares.; GOMES, Galvão Vieira. Título. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 1. (Numeração do evento, se houver), ano, local (do evento). Anais eletrônicos... Local: Editora, ano. Disponível em: <http://www.url completa>. Acesso em: 3 jan. 2000.

– Artigos e/ou matéria de revista

SILVA, Emanuel Tavares. Título do artigo. Título da revista, local, n. 1 (número da publicação), p. 3-9 (paginação inicial e final), jan. 2000 (data da publicação).

CORPO EDITORIAL

Editores

Prof. Me. Adriano Franco Valotto

Profa. Ma. Alyne Oliveira da Costa

Profa. Dra. Cleyde Ferreira Barreto Valotto

Prof. Me. Júlio César Coelho do Nascimento

Editores Associados Externos

Profa Dra. Ludimila Cristina Souza Silva

Avaliadores Ad-hoc

Profa. Ma. Jessica da Silva Campos

Prof. Me. Gyannini Jácomo Cândido do Prado

Prof. Ma. Érica Camelo Viana Lopes

Prof. Me. Marcelo Carneiro dos Santos

Prof. Me. José Vitor Magalhães Martins

Profa. Dra. Lívia do Carmo Silva

Prof. Me. Sebastião Marques Gonçalves

Profa. Ma. Mayline Regina Silva

Profa. Ma. Layena Lindsay Souza Martins Ribeiro

Profa. Esp. Adriana Maria da Silva Santos

Prof. Esp. Eizecson Batista da Paz

Profa. Esp. Jheniffer da Silva Campos

Profa Ma. Marília Belmira de Castro Rego

Prof. Me. Guilherme Augusto da Costa

Prof. Esp. Jafter Raphael Ferreira de Brito

Profa. Ma. Gabriela Rodrigues de Sousa

Prof. Esp. Ícaro Castro Santos

Sineide Denice Mendonça

Bibliotecária – CRB 1673

ENDEREÇO DA REVISTA

Contato principal

Faculdade Noroeste (FAN)

R. Crepúsculo - St. Morada do Sol, Goiânia - GO, 74475-232

Telefone: [\(62\) 3293-1993](tel:(62)3293-1993)

Whatsapp: [\(62\) 9 9969-7617](tel:(62)99969-7617)

E-mail: revistaeletronicadafan@gmail.com

Endereço eletrônico: fanduca/revistaeletronica

Periodicidade

Publicação contínua

O recebimento de artigos caracteriza-se por fluxo contínuo sem que seja possível prever a data de sua publicação.

SUMÁRIO

- 1 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL** 15
Dieison Miguel dos Santos
Antônio Marcos Gonçalves
Marcos Paulo Castela da Silva
Abadia de Lourdes da Cunha
- 2 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **A DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA E SUA UTILIDADE NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL** 25
Ayla A. M. Schilipake
Dayane M. de O. Vidal Sampaio
Débora J. dos Santos
Abadia de Lourdes da Cunha
- 3 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **ESTATÍSTICA: AS DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NO ENSINO** 37
Gisele Detoni Ferreira
Karla Andressa Spagna Pinow
Adaize Aparecida Santos
Abadia de Lourdes
- 4 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **EDUCAÇÃO: ANTES E DEPOIS DO SISTEMA PRISIONAL** 47
Nathyelly Kethellyn Batista
Márcia Antunes Barros
Isabella Withoft Branco
Daiana Cristina Gomes Silva
Julia Beatriz Silva
Karyna de Lima Silva
Abadia de Lourdes Cunha
- 5 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **INDICADORES SOCIAIS E SUA RELEVÂNCIA NO MEIO ESCOLAR** 55
Ricardo José Vieira da Roza
- 6 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **AS TEORIAS DESENVOLVIDAS PELOS AUTORES CLÁSSICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS FAZEM SENTIDO ATÉ OS DIAS DE HOJE? A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA ATUALIDADE** 88
Thomas Eduardo Carvalho
Marco Antônio Mauloni
João Batista Polvero Júnior
Márcio Silva Salgado
André Luis Ulrich

Caio Bismarck Silva Xavier

- 7 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **TEORIAS SOCIOLOGICAS DA EDUCAÇÃO: PENSAMENTOS CLÁSSICOS DE MARX, DURKHEIM E WEBER** 104
Luís César Soares
Roberson da Rosa
Donizete José Almeida
Caio Bismarck S. Xavier
- 8 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **AS DIVERSAS CARACTERÍSTICAS DAS CARTAS E AS CARTAS NO SISTEMA PRISIONAL** 104
Cleber de Camargo Azevedo
Renan Alan Canteri
Peterson da Mota Cordeiro
Marckyrrios Roberto Paludo
Izanio de Oliveira de Souza Guitierre Silva
Hozana Barros dos A. A. Mayrink
- 9 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **HABEAS CORPUS: UMA PERSPECTIVA DE DETENTAS MÃES E GESTANTES** 113
Jenifer Paloma Markoski Mariano
Hozana Barros dos A. A. M. Mayrink
- 10 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **CONTEXTO HISTÓRICO DA ESTATÍSTICA NA GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA: E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL** 123
Ayla Alcina Martins Schilipake
Débora Jusviak Santos
Abadia de Lourdes da Cunha
- 11 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **MOBILIDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVE REVISÃO** 137
Ricardo José Vieira da Roza
Caio Bismark
- 12 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **TIPOS DE RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAIS: UM ESTUDO A LUZ DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL** 146
Lucas Eduardo Carneiro
Jhonathan Roger dos Santos Diniz
Leonildo Wagner de Jesus
Ewerton Paulo Lemes da Costa
Caio Bismarck S. Xavier
- 13 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) **EDUCAÇÃO: UM FATOR DE DESENVOLVIMENTO: SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL** 157
Ricardo Batista Tirapele

Jackson Silva Ribeiro
Lucas Eduardo Carneiro
Jhonathan Roger dos Santos Diniz
Leonildo Wagner de Jesus
Ewerton Paulo Lemes da Costa
Caio Bismarck

- 14 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) 174
O SURGIMENTO DA CIÊNCIA: UMA BREVE REVISÃO DOS RECORTES HISTÓRICOS
Márcia Ventura Prestes
Thiago Lopes Faustino
Washington Pereira Campos
- 15 [Artigo desenvolvido por pessoas Privada de Liberdade do Sistema Prisional do Estado do Paraná – PR.](#) 181
CONHECIMENTO FILOSÓFICO E RELIGIOSO: É POSSÍVEL UM ANULAR O OUTRO?
Nathyelly Kethellyn Batista
Juliana Lyra Máximo
Francine de Cassia Miranda
Washington Pereira Campos

EDITORIAL

No Estado do Paraná o convênio entre a FANDUCA e a SESP/DEPEN, com a participação da UNP - Universal Nos Presídios, vem registrando os primeiros resultados nos Cursos de Graduação em Pedagogia e Serviço Social, nos quais os alunos são PPLs (Pessoas Privadas de Liberdade).

O Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 traz como direito fundamental a Liberdade de Locomoção para todo brasileiro ou estrangeiro legalmente situado no Brasil. Além disso, a Constituição Federal, no Texto II, Art. 6º coloca que são direitos sociais, entre outros, o direito a educação. Assim, mesmo uma pessoa que teve sua liberdade de locomoção cerceada pela lei tem direito a educação? A resposta é sim. Dado que, a educação da pessoa privada de liberdade é um direito assegurado pela Lei de Execução Penal – LEP (1984).

Nesta perspectiva, e pensando na educação como uma ferramenta para crescimento crítico e autônomo do aluno, bem como da sociedade, é que a FANDUCA propõe um ensino desafiador. Através de uma Metodologia Ativa que proporciona ao aluno a descoberta de novas habilidades e competências fundamentais para sua conduta moral, ética e crítica na sociedade. Com essa metodologia, o aluno se vê diante de uma problemática (questionamentos), tendo como desafio ele mesmo construir hipóteses para esses questionamentos. Com base nisso, ele deve construir seu trabalho, metódico e sistemático, seguindo orientações básicas que darão suporte para elaborar o artigo científico.

Parafraseando Paulo Freire (1986), a educação deve apresentar uma visão problematizadora e libertadora, fazendo com que os educandos transformem o mundo em que vivem. Para isso, os alunos devem compreender a realidade que os cerca através de uma visão crítica da mesma, respeitando-se sua cultura e história de vida. Neste sentido, Amartya Sen (2000) coloca que, a educação representa as liberdades que os membros de uma sociedade possuem. Assim, a educação promove os instrumentos necessários para a expansão das liberdades e capacidad

contribuindo para o desenvolvimento humano. Sendo necessário o apoio institucional do estado para proporcionar tal feito. Por isso, destaca-se a atenção feita pelo Estado do Paraná na educação de pessoas privadas de liberdade. O projeto de graduação executado nos complexos prisionais do Estado do Paraná, que utiliza uma Metodologia Ativa (Sistema Progressivo) com os alunos, é fruto de outro projeto (FANDUCA) bem sucedido entre a Faculdade FAN, a UNP (Universal nos Presídios) e o Estado do Paraná.

Por tudo isso, é que foi possível a elaboração de vários artigos científicos, alguns com grande relevância teórica e científica por parte dos alunos de graduação, internos do Sistema Prisional do Estado do Paraná.

**A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA E FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL**

Dieison Miguel dos Santos
Antônio Marcos Gonçalves
Marcos Paulo Castela da Silva
Abadia de Lourdes da Cunha

RESUMO

Este estudo busca discutir sobre a importância da estatística no serviço social, com base em pesquisa sobre drogas e suas consequências entre familiares de usuários. Obordaremos o uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas que vem sendo foco de grande preocupação mundial, sendo considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como causa de doença crônica e recorrente, com sérias consequências pessoais e sociais. As drogas acarretam sobrecarga emocional e estado de tensão, evidenciados por mudanças comportamentais e questões de ordem financeira, devido ao agravamento da dependência e às frequentes hospitalizações. A ausência das drogas foi apontada como uma das formas de se alcançar a qualidade de vida para os familiares. Utilizam os indicadores sociais no processo de gestão. O recurso metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica através de livros, encontrados na plataforma Fanduca e citações e materiais, google acadêmico e outros sites. A discussão acerca da utilização de indicadores sociais toma corpo com o avanço da democratização, da pressão da sociedade civil por maior transparência nos gastos públicos e maior envolvimento da mesma, na busca pela garantia de direitos sociais. Fica evidente a necessidade do uso dos indicadores sociais como um recurso metodológico para a leitura e monitoramento da realidade, com fins a mudança da realidade social. O trabalho revela que a atualização profissional é imprescindível para a atuação e deve estar articulada com o compromisso ético político da profissão e a real intenção de oferecer serviços sociais com qualidade, pautados no aprimoramento intelectual e no desafio de superar as dificuldades constantes apresentadas pela própria realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Estatística, Drogas Dependência, Serviço Social e Família.

1 INTRODUÇÃO

A dependência química é uma doença reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que vem ao longo da história provocando preocupação à sociedade, devido ao número alarmante de indivíduos que se tornam usuários de álcool e outras drogas, e, por

consequentes, dependentes químicos. Um breve estudo acerca da dependência química. Também são apontadas as consequências do uso abusivo de drogas para o indivíduo, família e sociedade, pois todos são impactados pelo problema. Por se tratar de uma doença, o dependente químico é público alvo da referida política, pois saúde é, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1948), “um estado de completo bem-estar, físico, mental e social”.

Foi realizada uma discussão do trabalho profissional do Serviço Social, ressaltando a prevenção, pois essa atuação na área de dependência química é algo inerente ao exercício da profissão. A melhor maneira de superar a ocorrência de situações de dependência é através de ações permanentes e regulares envolvendo, a participação de indivíduos, famílias e grupos, modificando suas motivações, atitudes e ações a partir de uma construção coletiva de novos propósitos que possam conjugar esforços e políticas públicas em direção a uma vida com mais qualidade. “Nesse sentido, qualquer ação interventiva, direta ou indiretamente, na defesa intransigente dos direitos, da emancipação política e humana” CRESS (2013, p. 107), princípio fundamental do Código de Ética Profissional, é um movimento transformador da realidade social.

O processo de trabalho do Assistente Social remete ao objeto de trabalho do mesmo e à junção da teoria com a prática no enfrentamento das expressões da questão social. Desse modo, o profissional que no exercício cotidiano da profissão consegue alinhar as dimensões do Serviço Social (ético-político, teórico-metodológico e técnico-operacional) tece uma gama de habilidades para tornar efetivo, eficaz e eficiente em todas as suas ações em qualquer campo de trabalho, ainda que, existam limites na sua atuação.

Santos, Freitas (2012). “A intervenção do Assistente Social no enfrentamento da dependência química é extrema e urgentemente necessária, uma vez que este, na prática profissional, está inserido nas políticas públicas com um espaço privilegiado”. Compreende-se que, para

enfrentar a dependência química, requer um esforço multidisciplinar, onde o (a) Assistente Social possa realizar suas ações interventivas dentro de suas competências e atribuições buscando conhecimento por estatística.

A partir disso, será possível identificar se existe um trabalho do Assistente Social na prevenção da dependência química, ou qual o percurso para que sistematize, efetivamente, esse trabalho. Contudo, atualmente a atuação do Serviço Social nessa área tem-se limitado, basicamente, no tratamento em instituições públicas e privadas, mas não significa que não haja, também, uma ação preventiva.

O trabalho analisa as múltiplas faces da dependência química com estudo objetivo do assunto. Da mesma forma, investiga o trabalho do Assistente Social e as contribuições para o exercício profissional do mesmo na prevenção da doença. Refletir-se-á ainda sobre importância das Políticas Públicas na prevenção da dependência química.

Busca-se com base no estudo realizado, pontuar algumas ações efetivas que contribuem com o desempenho do profissional do Serviço Social na prevenção ao uso de drogas, dentro de sua atuação na política de saúde.

Por fim, entende-se que a dependência química é uma doença de múltiplas faces que atinge o indivíduo, a família e a sociedade. O Assistente Social contribui na prevenção, desenvolvendo suas habilidades que são próprias de sua profissão que socializa o indivíduo, articula a interesse da rede e instiga a comunidade a melhorar a qualidade de vida.

2 METODOLOGIA

O recurso metodológico utilizado foi pesquisa bibliográfica através de livros, encontrados na plataforma Fanduca e citações e materiais, google acadêmico e outros sites. Realizou-se uma análise conceitual e uma breve trajetória histórica da gestão social

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Conhecimento e estatística do uso de drogas no Brasil e pelo o mundo

As estatísticas oferecem uma visão essencial para determinar quais dados são necessários para um estudo, e possuem habilidades e competências para afirmar o quão confiável são as suas conclusões. Solucionam problemas por meio de técnicas e métodos de forma investigativa, aplicando critérios estatísticos corretamente, e produzindo resultados precisos com possíveis margem para erros. Resultados gerados da incerteza do mundo real, acompanhados com uma certa dose de probabilidade de ocorrência.

É muito importante aprender estatística porque muitas das decisões que tomamos na vida cotidiana são baseadas em estatísticas. As pessoas podem não perceber, mas as estatísticas permeiam a maior parte da tomada de decisões que fazemos todos os dias. No fundo, todo mundo tem uma compreensão intuitiva dos princípios das estatísticas, mas ajuda muito entender os conceitos formalmente.

A Estatística é uma ciência que aprende a partir dos dados de acordo com Ramos (2016 p. 01) “Embora a maioria da população, que teve contato com a estatística em algum momento da vida, ache que ela é um problema; eu a vejo como uma solução. Uma solução para melhorar a forma como vivemos; a maneira como consumimos; estabelecer melhores produtos ou serviços”.

Abreu, Salzano, Vasques (2006) explica:]

“O uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas vem sendo foco de grande preocupação mundial e, embora seja um fenômeno antigo na história da humanidade, constitui atualmente um grave problema de saúde pública. É considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma doença crônica e recorrente, que acarreta sérias consequências pessoais e sociais para o futuro dos jovens e de toda a sociedade”.

A temática da drogadição e da sua relação com o homem acompanha a história da humanidade ao longo dos tempos, passando de

um uso ritualístico na Antiguidade, com a finalidade de transcendência, para o consumo contemporâneo de busca de prazer e de alívio imediato de desconforto físico, psíquico ou de pressão social.

Barros, Neves, Dourado, Assis e Matias(2008) alega que:

“As drogas estão presentes em todas as classes sociais e se configuram como um dos grandes problemas da atualidade, ameaçando os valores políticos, econômicos e sociais. Além disso, contribuem para o crescimento dos gastos com tratamento médico e internação hospitalar, elevando os índices de acidente de trânsito, de violência urbana e de mortes prematuras e trazendo enorme repercussão social e econômica para a sociedade contemporânea”.

Segundo dados Cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas no mundo no último ano, enquanto mais de 36 milhões sofreram de transtornos associados ao uso de drogas, de acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas 2021. O documento foi divulgado 24/6/2021 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Neste sentido, é crescente a preocupação da população diante de tal situação, principalmente devido à falta de políticas públicas de longo prazo para solucioná-la, somada ao aumento da demanda por serviços de tratamento.

A Secretaria Nacional Antidrogas SENAD (2001) define “o termo Droga psicotrópica ou psicoativa como toda e qualquer substância capaz de modificar o funcionamento da atividade cerebral, podendo gerar distintas alterações no comportamento, no humor, na cognição e na percepção”. Vale acrescentar que quando a utilização dessas substâncias se dá de forma abusiva e repetitiva, sem que haja um controle do consumo, frequentemente, instala-se a dependência e sobre o âmbito familiar, Melman (2001) adverte que:

“Nas sociedades ocidentais o papel de amar e cuidar dos filhos se coloca como um grande desafio é uma tarefa extremamente complexa e difícil. Essa dificuldade advém do fato de que, no que diz respeito à educação e à formação das crianças até a idade adulta, são muitas as exigências e os deveres a que os pais estão submetidos”.

Neste sentido, o adoecimento dos filhos abala profundamente a autoestima dos pais, uma vez que significa que houve falhas no sistema familiar. De acordo com Soares e Munari (2007), "A sobrecarga familiar pode ser definida como o estresse emocional e econômico ao qual as famílias se submetem quando estão imersas em situações extremas, como é o caso do adoecimento dos filhos".

A sobrecarga familiar pode atingir várias dimensões da vida, como a saúde, o lazer, o trabalho, o bem-estar físico e psicológico e o próprio relacionamento entre os membros da família.

Esses dados servem para assinalar a relevância de serem estudadas as representações sociais das drogas no modo como são elaboradas pelos familiares de dependentes químicos. As representações que emergem dos discursos dos familiares são importantes porque permitem entender como eles lidam com a problemática da dependência química no seu cotidiano e como pensam e gerenciam as suas práticas no contexto social.

A própria Organização Mundial da Saúde já apontou que nosso país e, na maioria dos países da América Latina, o consumo de bebidas alcoólicas é responsável por cerca de 8% de todas as doenças existentes. Na violência entre casais, o álcool está presente em mais de 45% dos casos. Cerca de 50.000 mortes ocorrem no trânsito, todos os anos no Brasil, e pelo menos metade dessas mortes são devidos ao consumo de álcool. Entre os adolescentes o álcool é a principal droga de abuso, com 1 em cada 7 adolescentes (16%) tendo episódios regulares de excesso de consumo. Cerca de 1% da população brasileira faz algum consumo de cocaína, e aparentemente metade desse consumo é na forma de crack. As estimativas do próprio Ministério da Saúde de que temos 600 mil usuários de crack no Brasil. O grande problema dos usuários do crack é que o volume de problemas de saúde, familiares e sociais que desenvolvem em paralelo ao consumo é muito grande. Essa é uma droga cuja dependência é muito grave e dificilmente o usuário consegue interromper o uso sem uma rede de tratamento muito bem organizada LARANJEIRA (2013, s.p.).

3.2 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA VIDA DOS DEPENDENTES QUÍMICOS

Estudos realizados por Tobo e Zago (2005) evidenciam que, quando uma pessoa apresenta uma dependência química, acompanhada de suas consequências, agravam-se os eventuais conflitos e as dificuldades existentes no cotidiano de seus familiares. Esse agravamento de conflitos ocasiona desgastes tanto na esfera física quanto no âmbito psicológico, gerando uma sobrecarga alta para esses familiares. Como exemplo disso, as esposas de maridos dependentes de álcool apresentam sofrimento e um apelo para uma vida de resignação e sacrifícios, acompanhada por sentimentos de solidão, frustrações e tristezas, em virtude da deficiência de seus consortes no exercício do papel de pai e esposo. Nesses estudos, o alcoolismo do parceiro foi um dos fatores mais frequentes em episódios de agressão contra mulheres, tanto que 72% da amostra estudada apresentaram depressão, 78% mostraram sintomas de ansiedade e insônia e 39% pensaram em suicídio.

Em 2018, segundo um levantamento do Datafolha, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 16 milhões de mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de violência: 3% ao se divertir num bar, 8% no trabalho, 8% na internet, 29% na rua e 42% em casa.

O número de agredidas fisicamente alcança quase cinco milhões de mulheres, uma média de 536 mulheres por hora em 2018.

De acordo com as estatísticas acima descritas o serviço social pode começar um trabalho de ajuda a família Podendo entrar com medidas possíveis para solucionar problemas causados pelas drogas. Somente com a estatística é um conhecimento amplo é que o serviço social pode agir na vida dessas pessoas tendo em vista uma Possível reintegração ao seio familiar novamente dentro dessas coisas cabe o serviço social entrar com as providências cabíveis e direcionamento a Clínicas de tratamento, médicos especialistas e até mesmo visitas em residências de usuários de drogas e desta forma o serviço social pode iniciar o seu trabalho.

Falar do processo de trabalho do Assistente Social exige um olhar

ao objeto de trabalho do Serviço Social e na junção de sua prática com a teoria. A atuação do profissional depende da capacidade de criar, com dinamismo, condições de trabalho, a partir da realidade. O trabalho do(a) Assistente Social, na sociedade, é articular em meio às contradições na luta pelos direitos para que os indivíduos consigam viver com dignidade. Por isso, o profissional do Serviço Social desempenha papel importante no mercado de trabalho, pela capacidade de enxergar a realidade social, profunda e amplamente, e a partir disso, matizar as possibilidades de intervenção. Contudo, vale ressaltar que a aquisição de conhecimento deve ser um processo contínuo e não pode ser encerrado no campo acadêmico, mas alargado e aprimorado, no cotidiano da vida profissional.

O Serviço Social tem, como objeto de trabalho, a questão social em suas múltiplas faces. O Assistente Social atua na sociedade com o objetivo de transformá-la, a partir da intervenção nas expressões da questão social.

IAMAMOTO 2000 apud ALMEIDA (2009, p. 03) reflete um pouco sobre o trabalho de um serviço social

“O objeto de trabalho do Assistente Social é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra, etc. Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto de trabalho profissional”.

As desigualdades sociais geram violência, pobreza, criminalidade, e muitas outras situações de vulnerabilidade. Desse modo, o profissional do Serviço Social deve estar pronto para agir nesse meio, contribuindo para que os todos conquistem seus direitos. E nas questão social o Assistente Social deve estar inteirado de conhecimento para articular as políticas sociais, atender ao usuário e promovê-lo, através de orientações e ações que o auxilie na melhoria das condições de vida.

Na sociedade, o profissional do Serviço Social exerce papel importante que contribui para que haja mudanças significativas na vida

dos indivíduos, sobretudo os que vivem em situações de vulnerabilidade. Contribui, assim, com a transformação societária em suas diversas dimensões histórica, social, cultural e política. E é, a partir do enfrentamento das expressões da questão social, que os Assistentes Sociais, segundo Silva (2007, p. 38), “vêm construindo respostas aos desafios e às demandas do contexto adverso, buscando instrumentos que sejam efetivos no processo de trabalho”.

REFERÊNCIAS

Abreu, C. N., Salzano, F. T., Vasques, F., Cangelli Filho, R., Cordás, T. A. et al. (2006). **Síndromes Psiquiátricas**: Diagnóstico e Entrevista para Profissionais de Saúde Mental. Porto Alegre: Artmed.

Barros, D. R., Neves, F. S., Dourado, J. L. G., Assis, F. E., & Matias, P. R. S. (2008). **O Despertar do Toxicômano**: uma experiência em grupo. In D. R. Barros, et al (Orgs), *Toxicomanias: Prevenção e Intervenção* (pp.153-163). João Pessoa: Editora Universitária-UFPB.

CRESS-MG. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. **Contribuições para o exercício profissional de assistente social**: coletânea de leis. Belo Horizonte: CRESS, 2013.

Escritório Das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime. (2021). **Relatório Mundial sobre as Drogas**. <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/06/>

g1.globo.com **Jornal Nacional**: mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no brasil 2019

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LARANJEIRA, Ronaldo. **O impacto das drogas na sociedade brasileira**– busca de soluções. s.d. 2016.

Melman, J. (2001). **Família e Doença Mental**: Repensando e relação entre profissionais de saúde e familiares. São Paulo: Escrituras Editora.

RAMOS, Raniere Prenome. **O Estatístico**: porque a estatística é importante . Edição. Local: Editora, ano de publicação. nº de pág. **(Livro)**

SANTOS, Alei Rosa; FREITAS, Tais Pereira. O Serviço Social na prevenção ao uso de drogas: desafios interdisciplinares para o trabalho profissional. **VIII Seminário de Saúde do Trabalhador e VI Seminário "O Trabalho em Debate"**. UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 de setembro de 2012 – UNESP- Franca/SP.

Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). (2001). **Um guia para a família**. Brasília: Senad.

SILVA, Maria Guimarães. **Processo de trabalho e serviço social**. In: Revista InterAÇÕES - Cultura e Comunidade, v. 2, n. 2, p. 35-47, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3130/313027309003.pdf>>

Soares, C. B., & Munari, D. B. (2007). **Considerações Acerca da Sobrecarga em Familiares de Pessoas com Transtornos Mentais**. Cienc. Cuid. Saúde, 6 (3), 357-362.

Tobo, N. I. V., & Zago, M. M. F. (2005). **El sufrimiento de la esposa en la convivencia con el consumidor de bebidas alcohólicas**. Rev. Latinoam Enfermagem, 13, 806-12.

UOL. NOTÍCIAS INTERNACIONAIS. ONU: **Consumo de drogas atinge 243 milhões de pessoas no mundo**. Do Uol, em São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/06/26/onu-apesar-de-estavel-consumo-de-drogas-atinge-243-milhoes-no-mundo.htm>> Acesso em 12 de abril de 2016.

**A DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA E SUA UTILIDADE NO
ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL**

Ayla A. M. Schilipake
Dayane M. de O. Vidal Sampaio
Débora J. dos Santos
Abadia de Lourdes da Cunha

RESUMO

O seguinte artigo apresenta-se com a metodologia da pesquisa bibliográfica, classificada em exploratória onde um dos autores usados como fonte de pesquisa é Valéria Ferreira 2015 com o complemento de outros autores, assim como sendo útil o material de apoio da plataforma da faculdade Fan, usando o método hipotético dedutivo e o auxílio do dicionário de sinônimos de palavras. O trabalho relata qual é o conceito de estatística, o que é a distribuição de frequência, como ela é aplicada em uma tabela ou gráfico, quais são os tipos de frequência e qual o modelo que é mais indicado a sua apresentação, mostrando também como é realizado o intervalo de classe. Onde será apresentada a importância da distribuição de frequência no trabalho do profissional da assistência social. A estatística atualmente é reconhecida e utilizada em diversas áreas de trabalho, porém na área de serviço social, ela abrange as pesquisas investigativas, obtendo o valor numérico em percentual inserido na frequência relativa auxiliando em pesquisas como método para identificar os dados populacionais, dados esses que necessitam ser colhidos adequadamente pelo profissional de serviço social. Estatística está no cotidiano das pessoas através de diferentes formas em nosso lar é apresentado pelo meio de comunicação; seja pela televisão, internet, anúncios de jornais como, por exemplo, valores numéricos de percentual da população por morte por Covid-19, o percentual na internet sobre o clima do tempo ou dados da população de desempregados no Brasil. Conclui-se que a estatística é indispensável no âmbito do serviço social assim também para outros profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social, Metodologia, estatística, distribuição de frequência, população.

1 INTRODUÇÃO

Do conjunto de procedimentos e técnicas que compõem a estatística distingue-se o que serve para recolher, organizar, sintetizar, e descrever os dados que formam a estatística descritiva, e os que com

base na teoria das probabilidades permite a análise e a interpretação dos dados assim como efetuar inferências sobre uma população com base no estudo de uma amostra estatística indutiva ou inferência estatística.

Segundo Ferreira 2015 , qualquer estudo ou pesquisa deve ser conduzidos por conhecimentos adquiridos na organização de dados por meio de distribuições de frequências e gráficos para que o resultado obtido seja um instrumento confiável para tomadas de decisões. Com isso o seguinte artigo vem apresentar o que é frequência, o que é distribuição de frequência, quais são os seus tipos e como são classificadas. Mostrando a sua importância e como é utilizada no âmbito do serviço social.

2. METODOLOGIA

Este artigo foi inicialmente produzido como uma pesquisa descritiva, pois tal estudo é segundo Sampieri 2013 a descrição de ser mais profunda ou menos profunda, mas necessita ser baseada na medição de um ou mais atributos do fenômeno de interesse. Logo após se tornando correlacionados pois "[...] determinar como os diversos conceitos, variáveis ou características estão relacionados ou vinculados entre si ou também, se não estão relacionados" (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 102), pois os seus questionamentos estão interligados. Tendo também características de pesquisa explicativa, porque ao entender o autor o pensar de Sampieri 2013 estudos explicativos, exigem uma estruturação maior, pois explicam em sua finalidade a exploração a descrição e correlação ou associação de variáveis, eventos, acontecimento ou fenômenos para que seja possível explicá-las. Usando o método de pesquisa bibliográfica classificada em pesquisa exploratória destacando a autora Valéria Ferreira. Tendo como enfoque qualitativo onde " a pesquisa qualitativa proporciona profundidade aos dados, dispersão, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente ou entorno, detalhes e experiências únicas."(SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p.41).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CONCEITO DE ESTATÍSTICA

Segundo dicionário didático 2009, estatística significa a ciência que se ocupa da coleta, identificação e interpretação de dados. Onde segundo Ferreira 2015 a estatística é um grupo de técnicas usadas na coleta e organização e compreensão de dados. "A Estatística tem por objetivo fornecer métodos e técnicas para se lidar, racionalmente, com situações sujeitas a incertezas". SIC (MORAIS, 2005, p.3).

3.2 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA

Distribuição de frequência é o processo de contagem do número de vezes, que cada dado ocorre. Na tabela de distribuição de frequência é aplicado descritivamente os dados coletados de um tipo de pesquisa (variável). Existem vários tipos de pesquisas e formas que elas podem ser apresentadas é necessário organizar e descrever os dados desta pesquisa na tabela de distribuição de frequência. É "o processo de contagem do número de vezes, que cada dado ocorre, fica facilitado se ordenar os dados a uma sequência ordenada (crescente ou decrescente), os dados brutos damos o nome de rol (FERREIRA, 2015, p. 25).

Exemplo: necessita-se dos dados sobre a idade dos participantes do jogo *freefire online* no Brasil.(Exemplo criativo da autora). Calcula-se:
Variável= Tipo De Pesquisa=Número De Participantes Da Pesquisa, Também Chamada De Amostra.

Tabela 1 : exemplo, dados brutos.

Idade	Idade	Idade
12	15	8
15	11	8
14	11	15

Fonte: próprio autor.

Onde analisamos e identificamos que se trata de uma tabela contendo dados brutos, mas tal apresentação não é a que se deseja apresentar. E para organizá-la utilizando o ROL e colocando ela em ordem crescente ou decrescente.

Tabela 2 : Organizada em ordem crescente . Também conhecida como Rol.

Idade	Idade	Idade
8	8	11
11	12	14
15	15	15

Fonte: próprio autor.

É através da distribuição de frequência que os dados coletados são representados em forma de tabela e gráficos. Portanto, especifica-se os dados estatísticos resultantes de variáveis, organiza-se em grupos de classes ou categorias estabelecidas, assim que esses dados são inseridos na tabela de forma numérica.

A apresentação de distribuição de frequência é feita de dois tipos: distribuição de frequência sem intervalos de classe, ou distribuição de frequência com intervalos de classe. Segundo Silva et al, 2020.

Tabela 3: tabela com a idade dos alunos sem intervalo de classes.

Idade	Frequência
18	6
19	12
20	8
21	4
22	3
23	2
24	1
Total	36

Fonte: Estatística. Pinto S. S.;Silva C.S..2020

3.3 MONTAGEM DA DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA EM INTERVALO DE CLASSES

Para montar a distribuição de frequência com intervalos de classe são realizados os seguintes cálculos:

1. Amplitude total (AT): que é a diferença entre o maior e o menor valor do conjunto de dados.

$$AT = V(\text{máx.}) - V(\text{mín.}) = 10,0 - 1,0 = 9 \quad AT = 9$$

2. Número de intervalos de classe (k): que serve para se ter uma idéia do número de intervalos de classes mais adequado e pode-se usar a regra de Sturges, que nos dá o número de classes em função do número de dados coletados. (A **Regra de Sturges** é uma função linear em escala logarítmica).
3. Amplitude do intervalo de classe (h): calcula-se a amplitude de cada classe dividindo a amplitude total (AT) pelo número de classes (k). A amplitude de classe é definida como o intervalo entre o limite inferior e o limite superior de cada classe. O valor de h pode ser arredondado, para facilitar a análise e interpretação dos dados.
4. Por último, conta-se a frequência de ocorrência de cada valor que pertence a cada intervalo de classe da distribuição de frequência.

Algumas distribuições de frequência são feitas utilizando classes do tipo "menos de" ou "mais de", chamadas de classes abertas, usadas, geralmente, para reduzir o número de classes de uma distribuição quando o conjunto de dados possui alguns valores muito menores ou muito maiores do que os demais. Mas o importante é escolher a melhor forma de descrever o conjunto de dados para facilitar a compreensão e análise de variáveis sob estudo. Quando uma tabela é feita sem intervalo de classes ela se torna extensa.

Tabela 4: distribuição de frequência com intervalo de classes abertas.

Distribuição de frequência da idade dos alunos

idades	frequência
menos de 20	8
20 + 25	13
25 + 30	10
30 + 35	5
35 + 40	2
Mais de 40	2
Total	40

Fonte: :Estatística. Pinto S. S.;Silva C.S..2020

3.4 ORGANIZAÇÃO DE DADOS

Para organizar os dados, são utilizados métodos que definem sua similaridade ou seja sua mesma finalidade ou a mesma relação. Esses dados são agrupados em tabelas e gráficos, onde pode-se

obter as estatísticas descritivas já definidas como média, mediana, desvio e etc.

Onde são designados em grupos ou categorias classes, constituindo assim a distribuição de frequência. Onde podemos resumir e visualizar os dados sem precisar levar em conta os valores individuais.

3.5 OS TIPOS DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA

Frequência absoluta (f): é o número de vezes que cada dado aparece na pesquisa.

Frequência acumulada (fa): é a soma de cada frequência com as que lhe são anteriores na distribuição.

Frequência relativa acumulada (fra): é o quociente da frequência

acumulada pelo total de dados. Podendo ser expressa em percentagem onde seu valor é de $(fr \times 100)$ e é definido como (%).

Frequência relativa ou percentual (fr): é o quociente da frequência absoluta pelo número total de dados. Pode ser expressa e porcentagem. O valor de $(fr \times 100)$ é definido como fr (%).

Tabela 5: Frequência simples(F_i),frequência relativa (fr_i) e frequência percentual (fp_i)

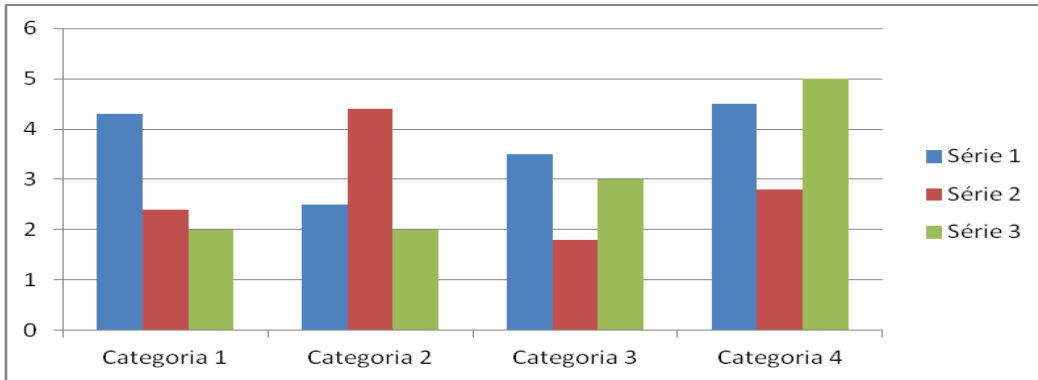
Classe	Notas	F_i	fr_i	fp_i
1	1,0 - 2,5	3	0,075	7,5%
2	2,5 - 4,0	5	0,125	12,5%
3	4,0 - 5,5	3	0,075	7,5%
4	5,5 - 7,0	7	0,175	17,5%
5	7,0 - 8,5	9	0,225	22,5%
6	8,5 - 10,0	13	0,225	32,5%
	Total	40	1	100%

Fonte: Estatística. Pinto S. S.; Silva C.S..2020

Segundo Silva 2020, as distribuições de frequência também podem ser apresentadas graficamente pelo histograma e pelo polígono de frequência. Sendo que a distribuição de frequência é sem intervalos de classe, e o histograma é um conjunto de hastes ou colunas, representadas em um sistema de coordenadas cartesianas que tem por base os valores da distribuição e por altura a frequência simples.

O **histograma** é formado por um conjunto de retângulos justapostos, cujas bases representam os intervalos de classe e cujas alturas representam as frequências simples, relativas ou percentuais de cada intervalo de classe. Veja um exemplo de histograma.

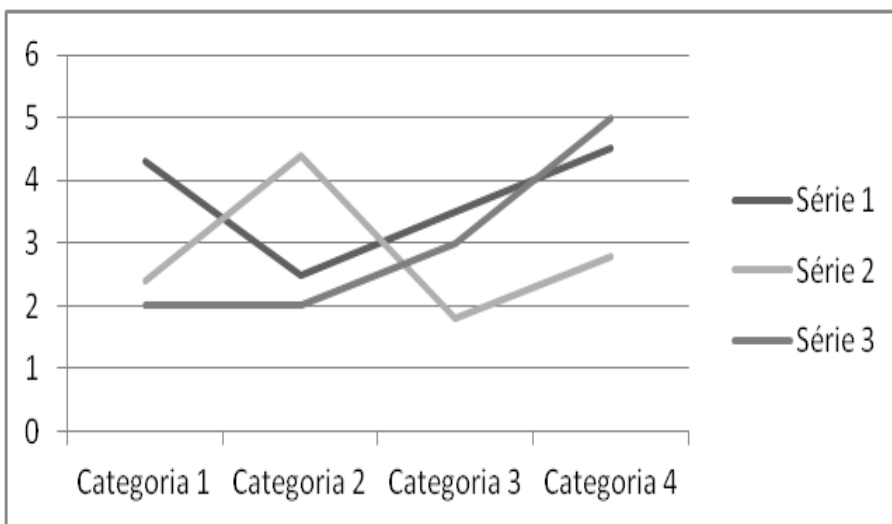
Figura 1: exemplo de **histograma**



Fonte: Próprio autor

Já o polígono de frequência é um gráfico em linha, sendo as frequências marcadas sobre os pontos médios dos intervalos de classe e unidas por segmentos de retas. Abaixo um exemplo.

Figura 2: Exemplo de polígono.



Fonte: O próprio autor.

É importante ressaltar que o histograma e o polígono de frequência mostram a frequência absoluta de cada classe. É a representação gráfica de um histograma com classes desiguais que requer que a frequência absoluta seja transformada em densidade de frequência onde isso se torna fundamental pois deve ser proporcional a frequência de classe. A densidade de frequência é dada por.

$$\text{Densidade de frequência} = \frac{\text{FREQUÊNCIA DE DADOS}}{\text{LARGURA DA CLASSE}}$$

3.6 COMO A DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA ATUA NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Morais, 2005, a estatística é uma ciência que aprimora a compreensão humana onde utiliza-se dados empíricos. Na teoria estatística, o aleatório e a incerteza são modelados, pela teoria das probabilidades. Algumas práticas estatísticas incluem, por exemplo, o planejamento, o resumo e a interpretação de observações." (MORAIS,2005, p. 3).

No serviço Social a maioria das "análises pode ser caracterizado como uma análise exploratória de dados ou seja, uma tentativa de captar a essência das informações contidas nos dados ,através da construção de tabelas e gráficos". (BARRETTA, 2012, p.18). Onde o autor concorda com Barretta 2012, que isso consiste na busca de um padrão ou um modo que possa orientar em análises futuras. No serviço social, uma de suas funções consiste em buscar soluções para vários temas, tanto na área pública como na área privada. E para que esse trabalho seja feito de forma correta e aceitável, a estatística é uma ferramenta fundamental e muito utilizada onde o método de distribuição de frequência é seu auxiliar.

Por que ao se coletar dados referentes a um problema que se deseja solucionar, o uso da distribuição de frequência como base facilita a compreensão de seus dados, podendo assim, definir a melhor estratégia para a resolução de determinado problema. A informação estatística torna-se um indicador importante para a investigação, pois ela permite identificar, organizar, e apresentar os dados de maneira quantitativa segundo Kapingala 2016.

Concordamos que a distribuição de frequência é uma ferramenta que em sua totalidade ajuda na construção de estratégias fundamentais, para a resolução e tomada de decisão, sendo assim fundamental no serviço social. Confirmando assim o que cita Lavault (2002) na obra de Kapingala 2016 que a informação estatística é fundamental para o entendimento dos resultados numéricos que se obtém ao anotar as respostas de seus questionamentos, pois permite destacar a distribuição

dos resultados. Pois “a qualidade dos textos” científicos tem sido amplamente influenciada pela qualidade estatística utilizada para o tratamento dos dados contidos nos trabalhos técnicos e científicos (CHAGA, 2016, p.3), pois método de apresentação utilizada na distribuição de frequência torna o tratamento, a coleta e apresentação de dados mais estruturados e de grande valia na tomada de decisão.

Com isso podemos ver porque a estatística e o uso da distribuição de frequência é importante no ramo do serviço social.

3.6 MÉTODOS DE PESQUISAS ESTATÍSTICAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

O serviço social tem como objetivo resolver problemas ou achar soluções viáveis para várias situações. E para que isso seja feito, é preciso fazer uma análise detalhada, elaborando uma minuciosa coleta de dados para que essa pesquisa tenha fundamentos válidos, é através da frequência estatística que isso é feito, ou seja, ao se fazer uma pesquisa é necessária determinar a população que seria todos os elementos a serem estudados. Determinando a amostra que seria um subconjunto dos dados coletados, usando a amostragem como procedimento com o qual será obtido a amostra e por último é determinado o parâmetro que é a média numérica que descreveram a característica da pesquisa. Sabemos que a amostragem é um modelo de estudo que define quais unidades estatísticas que irão pertencer a amostra.

Usando esses métodos ao se fazer a obtenção de dados torna-se mais fácil e principalmente mais confiável, se tomar uma decisão acertada sobre o tema que necessita ser solucionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que distribuição de frequência é o processo de contagem do número de vezes que cada dado ocorre e que sua organização tem que ser ordenada. E quando isso não ocorre e os dados coletados são lançados em um gráfico são considerados dados brutos. Tais

dados são agrupados e resumidos em tabelas ou gráficos onde cada grupo de dados necessita ter características similares. Se tornando uma distribuição de frequência onde é importante escolher a melhor forma de descrever o conjunto de dados.

Vimos que a distribuição de frequência pode ser: absoluta, acumulada, relativa acumulada e relativa ou percentual. Podendo ser apresentada através de histograma ou polígono e que tais gráficos representam sempre a frequência absoluta de cada classe. Tendo em vista seu conceito, notamos que a distribuição de frequência é um instrumento muito importante no âmbito do serviço social, onde os métodos utilizados tornam mais fáceis e confiáveis o entendimento e obtenção de dados. Dados esses que são essenciais no serviço social para fundamentação e resolução de um problema que se deseja solucionar.

Nós autores vimos a importância da estatística não só no serviço social como na vida, pois mesmo inconscientemente fazemos o uso da estatística em várias ocasiões do nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

Dicionário Didático. 3ºed. São Paulo;Edições SM,2009.

BARRETTA, P. A..**Estatística: aplicada a ciências sociais.** 8ªedição revista. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

CHAGA, E. F. B. **Curso de Estatística Aplicada para Iniciantes: Estatística Descritiva no SPSS.** FUNDEP. Marília: UNESP, 2016.

FERREIRA, Valéria. **Estatística Básica.** 1º edição. Rio de Janeiro. SESES,2015.

KAPINGALA, Petro. **A Importância da Informação Estatística na Formação dos Futuros Profissionais.** Revista Magazine de Las Ciencias. Portal de Revistas científicas de la Universidad Técnica de Babahoyo. Ecuador, 2016.

OLIVEIRA, J. S. C. de. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais Aplicadas**. vol. II. Salvador: UFBA. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 5ªed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, C. S., PINTO, S.. **Estatística**. vol. 1. 1

ESTATÍSTICA: AS DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NO ENSINO.

Gisele Detoni Ferreira
Karla Andressa Spagna Pinow
Adaize Aparecida Santos
Abadia de Lourdes

RESUMO

Neste artigo temos como principal objetivo, entender e compreender os desafios e as perspectivas no ensino da estatística e da probabilidade na educação. Esses temas são essenciais para a educação, cidadania e para a formação profissional dos cidadãos, uma vez que possibilitam o desenvolvimento de uma análise crítica sob diferentes aspectos científicos, tecnológicos e/ou sociais e que pode ser aplicada em diversas áreas. Esta temática era estudada apenas em cursos superiores porém vemos a necessidade de mais pessoas terem acesso ao seu conhecimento. Os conceitos probabilísticos e estatísticos devem ser trabalhados desde os anos iniciais da educação básica para não privar o estudante de um entendimento mais amplo dos problemas ocorrentes em sua realidade social. Ao termos o conhecimento de estatística e probabilidade, temos em nossas mãos dados que nos ajudam a tomar decisões e formar opiniões com bases concretas. O ensino da Estatística e Probabilidade não pode ser realizado somente por meio de fórmulas e reproduções. É um tema complexo, que exige dos docentes uma maior dedicação, por isso os docentes também precisam de uma formação de qualidade para condições necessárias de transmitir seu conhecimento de forma correta. Esse estudo é básico, superficial, porém, descritivo e informativo, que traz as principais informações relevantes sobre o assunto, baseado em estudos feitos em vários artigos, trazendo informações sobre perspectivas e desafios da estatística na educação, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Estatística; Probabilidade; Desafios e perspectivas na educação; Conceito de estatística e probabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a função de nos auxiliar a compreender um pouco mais sobre os desafios e perspectivas encontrados no ensino de estatísticas e probabilidades na educação. Por ser um tema complexo ele exige dos docentes uma maior atenção, para o desenvolvimento de procedimentos para uma aprendizagem significativa. Inicia-se a pesquisa

sobre o assunto de maneira objetiva. Percebendo que o tema da estatística e probabilidade é um ramo da matemática pouco conhecido, mais muito utilizado.

Tanto a estatística quanto a probabilidade é um tema muito complexo e extenso que agrega várias outras áreas, e vem sendo utilizada por ano no dia a dia, por isso, o estudo desses temas torna-se indispensável ao cidadão nos dias de hoje e em tempos futuros. Após a compreensão do conceito de estatística e probabilidade, neste artigo será trabalhado a seguinte questão: Quais os desafios e as perspectivas no ensino de estatística descritiva e da probabilidade na educação?

2 METODOLOGIA

Neste artigo foram utilizados recursos eletrônicos, tais como google acadêmico, biblioteca virtual da Pearson e o conteúdo disponível na plataforma de apoio, de modo a facilitar as nossas pesquisas.

Um dos livros citados que teve alta relevância no artigos foi a obra "Breve História da Estatística" (2004) do autor José Maria Pompeu Memórias; Também foi utilizado os artigos "O ensino da estatística e da probabilidade na educação básica e a formação dos professores" (2008) de Celi Espasandin Lopes; " A probabilidade e a estatística no ensino fundamental, uma análise curricular." (1998) do autor Lopes, C.A.E; "Estatística básica simplificada" (2008) do autor Carvalho, Sérgio; Campos, weber; "Probabilidade na escola" (2005) do autor Bayer, Arno et al.

Para começar este artigo primeiro tivemos que afinar o tema em questão, tendo em vista sua ampla área de conteúdo, pois não será um estudo aprofundado, mas de forma superficial fundamentado em pesquisas científicas. A qualidade do conhecimento científico é dependente da forma de aquisição que é utilizada.

O método de pesquisa utilizado foi o hipotético dedutivo Proposto por Popper', no Séc. XX, tem por princípio colocar os conhecimentos já existentes em questionamento, para surgirem novos conhecimentos. (Popper, séc. xx, apud, Jung, Carlos Fernando,2003, p.96), sendo realizada pesquisas bibliográficas, sendo elas em artigos , revistas e livros, portanto, classificando a pesquisa em exploratória. Que segundo Jung, Exploratória pode ser: a coleta de dados e informações sobre um fenômeno de interesse sem grande teorização, tendo por finalidade a descoberta de práticas ou diretrizes que precisam ser modificadas por obtenção de alternativas ao conhecimento científico existente e tem por objetivo principal a descoberta de novos princípios para substituírem as atuais teorias e leis científicas. Para realizar a pesquisa foi feito um estudo sobre a estrutura a ser utilizada para melhor aproveitamento, como base utilizamos o livro de Lakatos e Marconi, "Fundamentos da Metodologia" 2003.

Para Lakatos e Marconi (2007, p.60): "A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema". Sua importância para a produção do conhecimento perpassa as distintas especialidades do saber.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 História da Estatística

A estatística, não teve sua origem do dia para a noite, e com certeza não é uma tarefa fácil saber quando e como ela se originou, pois a estatística vem sendo utilizada por milhares de anos atrás. Pela estatística ter começado com conhecimentos populares se torna difícil descobrir sua origem.

Segundo Memória," Desde remota antiguidade, os governos têm se interessado por informações sobre suas populações e riquezas, tendo em vista, principalmente, fins militares e tributários. O registro de informações perde-se no tempo. Confúcio relatou levantamentos feitos na

China, há mais de 2.000 anos antes da era cristã no antigo Egito, os faraós fizeram uso sistemático de informações de caráter estatístico, conforme evidenciaram pesquisas arqueológicas.” (Memória, José M. P.,2004).

3.1 Conceito de Estatística

A estatística é uma ciência que se preocupa com a organização, descrição, análise e interpretação dos dados experimentais, para que se possa tomar decisões. Apesar de ser considerada importante para a tomada de decisões, ela não tem fim em si próprio, mas como um instrumento utilizado para fornecer informações fundamentadas em dados e fatos.

Segundo Carvalho, (2008) trata-se de um ramo da Matemática Aplicada, uma metodologia, uma técnica científica, adotada para se trabalhar com dados, ou seja, com elementos de pesquisa. Esta metodologia, consiste em uma série de etapas, iniciando pela coleta das informações (dos dados) que, após coletadas, passarão por uma organização e apresentação. Chegamos, daí, a uma fase complementar, na qual se dará a análise daqueles dados (já organizados e descritos). Esta análise dos dados coletados funcionará como um meio, pelo qual chegaremos a uma conclusão. Esta, por sua vez, ensejará uma tomada de decisão.

Contudo a Ciência Estatística pode ser dividida em duas partes: Estatística Descritiva e Estatística Indutiva.

Estatística Descritiva: Que se preocupa com a organização e descrição dos dados experimentais. Ou seja, mostrando os dados em gráficos, ao poder visualizá-los, conseguimos saber com facilidade o resultado das pesquisas.

Estatística Indutiva: Que cuida da sua análise e interpretação. O objetivo principal é tirar conclusões de uma população, com base em resultados de uma amostra dessa população.

3.2 Conceito de Probabilidade

Segundo Bayer, (2005). Os primeiros conceitos de probabilidade datam do século XVII, e os encontramos no interior da Matemática. Era uma tentativa dos matemáticos da época de medir a incerteza. Motivados pelos jogos de azar, que movimentavam uma elevada soma de dinheiro, o desenvolvimento do conceito de probabilidade muito se deve a esses jogos. O estudo desses jogos deu margem à criação de um campo específico denominado de Teoria dos Jogos. Em resumo, a Teoria das Probabilidades se apresenta como um estudo teórico de fenômenos envolvendo a incerteza utilizando ferramentas básicas do Cálculo Matemático. Esses fenômenos, conhecidos como aleatórios, estocásticos ou não-determinísticos, são aqueles que a sua repetição, em condições idênticas, produzem resultados diferenciados, isto é, não é possível determinar, com exatidão, qual o seu resultado. Esses fenômenos, na verdade, são predominantes em todas as áreas do conhecimento.

3.3 Os dados.

Para analisar os dados de que dispomos, é necessário entendê-los melhor, sendo assim é preciso identificar os dados, que podem ser classificados em qualitativo ou quantitativo. Qualitativo vem de qualidade, ou seja, preza a qualidade dos dados, enquanto o quantitativo se refere a números, quantidades.

Segundo Bonafini, outra forma de distinguir os dados é de acordo com seu "nível de mensuração". É uma qualificação que determina quais cálculos estatísticos são significantes, classificados em: nominal, ordinal intervalar, e racional.

- Nível nominal: Aplica-se apenas a dados qualitativos. Neste nível, não são realizados cálculos matemáticos.
- Nível ordinal: Neste nível podem ser dados qualitativos e quantitativos, eles podem ser organizados pela ordem ou pela posição.

- Nível intervalar: Os dados neste nível podem ser ordenados. Há diferenças significativas entre eles e um registro nulo não é interpretado como zero inerente.
- Nível racional: Este nível é semelhante ao intervalar, mas com duas diferenças: é possível estabelecer razões entre os dados (um dado pode ser múltiplo do outro), e o registro nulo é o zero inerente.]

3.4 A importância da estatística

A estatística é utilizada para fornecer dados a fim de ajudar no desenvolvimento em diversas áreas, tanto políticas, saúde educação entre outros.

Hoje em dia a estatística é encontrada em diversos lugares como em jornais, revistas e na televisão, pois os meios de comunicação conseguem atingir uma grande parte da população sem precisar de muito esforço, sempre que vemos gráficos ilustrados, os mesmo representa uma estatística. Na qual foi feita uma pesquisa para alcançar certos dados e com o uso da tecnologia a nosso favor. O trabalho maçante ficou mais fácil, assim facilitando a representação dos dados. Ao termos o conhecimento de estatística e probabilidade, temos em nossas mãos dados que nos ajudam a tomar decisões e formar opiniões. Porém muitas pessoas que ainda são leigas no assunto não fazem ideia do que seja a estatística e probabilidade mesmo estando frente a frente todos os dias. A partir daí começa a perceber a importância do ensino desses ramos da matemática já no ensino fundamental tendo em vista que é de total interesse de todos.

O primeiro contato das pessoas com a estatística, deveria começar na escola tendo um profissional da educação que esteja apto para ensinar de maneira prática como compreender a matéria. para que isso venha ocorrer é necessário que o professor tenha suporte e apoio para repassar um conhecimento de qualidade.

“No início dos anos de 1980, Mendoza e Swift (1981) destacaram que estatística e probabilidade deveriam ser ensinadas para que todos os indivíduos pudessem dominar conhecimentos básicos de estatística e probabilidade para atuarem na sociedade. Atualmente, as propostas curriculares de matemática, em todo mundo, dedicam atenção especial a esses temas, enfatizando que o estudo dos mesmos é imprescindível para que as pessoas possam analisar índices de custo de vida, realizar sondagens, escolher amostras e tomar decisões em várias situações do cotidiano.” (Mendoza e Swift, 1981, apud Lopes, Celi Espasandin, p. 59, 1º Ed. 2004).

3.5 Ensino da Estatística e Probabilidade

Consideramos que o trabalho com estatística e probabilidade torna-se indispensável para possibilitar ao estudante desenvolver a capacidade de coletar, organizar, interpretar e comparar dados para obter e fundamentar conclusões, que é a grande base do desempenho de uma atitude científica. Esses temas são essenciais na educação para a cidadania, uma vez que possibilitam o desenvolvimento de uma análise crítica sob diferentes aspectos científicos, tecnológicos e/ou sociais. O estudo desses temas torna-se indispensável ao cidadão nos dias de hoje e em tempos futuros, compreendendo que o ensino da matemática tem o compromisso de não só ensinar o domínio dos números mas também a organização de dados, leitura de gráficos e análises estatísticas.

“Os conceitos estatísticos devem estar inseridos em situações do cotidiano, esse conceito os auxiliará na realização de seus trabalhos futuros em diferentes ramos da atividade humana e contribui para sua cultura geral.”(Lopes,1998, apud Celi, 2008, p. 58)

Dessa forma, estatística e probabilidade, em sala de aula, poderiam ser temas explorados por meio da matematização, entendendo, segundo a definição de (Skovsmove, 1994 apud Celi, 2008, p. 62), que matematizar significa, em princípio, formular, criticar e desenvolver modos de compreensão. Para que esse processo se efetive é necessário que tanto alunos quanto professores estejam no domínio da situação de aprendizagem, elaborando e solucionando problematizações. Os conceitos

probabilísticos e estatísticos devem ser trabalhados desde os anos iniciais da educação básica para não privar o estudante de um entendimento mais amplo dos problemas ocorrentes em sua realidade social.

Ensinar estatística e probabilidade torna-se sinônimo de ensinar a resolução de problemas. Um dos aspectos importantes na formação estatística durante a educação básica refere-se à capacidade em perceber a existência da variação, à necessidade de descrever populações, a partir de coleta de dados, e à necessidade de reduzir dados primitivos, percebendo tendências e características através de sínteses e apresentação de dados. Conforme os estudantes forem progredindo em lidar com investigações estatísticas, seria importante que eles entendessem a necessidade de estudar amostras, ao invés de populações, e fazer inferências de amostras para populações.

Ao estudar probabilidade, os alunos precisam entender conceitos e palavras relacionadas à chance, incerteza e aleatoriedade, que aparecem nas nossas vidas diariamente, particularmente na mídia. Outras idéias importantes incluem a compreensão de que probabilidade é uma medida de incerteza, que modelos são úteis para simular eventos para estimar probabilidades e que, algumas vezes, as nossas intuições são incorretas e podem nos levar à conclusão errada no que se refere à probabilidade e eventos de chance. As habilidades necessárias para solucionar problemas que envolvem Estatística e Probabilidade estão longe de serem atribuídas à mera aplicação de fórmulas ou reprodução de exercícios. A competência nesses assuntos permite aos alunos uma sólida base para desenvolverem estudos futuros e atuarem em áreas científicas como a biologia e as ciências sociais. Além disso, ao considerarmos o mundo em rápida mudança como o que estamos vivendo, é imprescindível o conhecimento da probabilidade de ocorrência de acontecimentos para agilizarmos a tomada de decisão e fazermos previsões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que em termos de aprendizado o estudo realizado nos permite ter um razoável conhecimento sobre as dificuldades em incluir a disciplina no BNCC, no ensino fundamental, como foi apresentada no artigo a probabilidade e estatística é uma disciplina desconhecida, porém muito utilizada na sociedade.

Consegue perceber a importância do conhecimento sobre os temas discutidos, tendo em vista que eles estão inseridos nas situações do nosso cotidiano, trazendo informações importantes sobre várias áreas.

As dificuldades apresentadas em relação aos docentes é por ser uma disciplina complexa e pouco discutida, por isso os professores precisam de uma formação básica mas de qualidade para poder trazer um material adequado para seus alunos. Percebemos que para agregar qualidade dos formandos na matéria a disciplina deveria ser apresentada, já no ensino fundamental, pois seu primeiro contato é o mais importante para formar cidadãos conscientes. O estudo desses temas torna-se indispensável ao cidadão nos dias de hoje e em tempos futuros, compreendendo que o ensino da matemática tem o compromisso de não só ensinar o domínio dos números mas também a organização de dados, leitura de gráficos e análises estatísticas.

REFERÊNCIAS

BAYER, Arno et al. **Probabilidade na escola**. In: III Congresso Internacional de ensino da Matemática. p. 1 - 12, 2005.

BONAFINI, Fernanda Cesar. **Matemática e Estatística**. São Paulo, Editora Pearson do Brasil. 2015.

CARVALHO, Sérgio; CAMPOS, Weber. **Estatística básica simplificada**. Rio de Janeiro; Campus, 2008.

LOPES, Celi Espasandin. **O ensino da estatística e da probabilidade na educação básica e a formação dos professores**. Cod Dedes, Campinas, vol. 28, n. 74.n p. 54 - 73, jan/ abr. 2008.

LOPES, C.A.E. **A probabilidade e a estatística no ensino fundamental**

uma análise curricular. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** Métodos científicos, capítulo 4. Editora Atlas, 2003.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. **Breve história da estatística.** Brasília, DF. 1. ed. Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

SKOVSMOSE, O. **Towards a philosophy of critical mathematical education.** Dordrecht: Kluwer, 1994. (Mathematics education library, v. 15).

EDUCAÇÃO: ANTES E DEPOIS DO SISTEMA PRISIONAL

Nathyelly Kethellyn Batista
Márcia Antunes Barros
Isabella Withoft Branco
Daiana Cristina Gomes Silva
Julia Beatriz Silva
Karyna de Lima Silva
Abadia de Lourdes Cunha

RESUMO

Neste artigo científico mostraremos a realidade da educação em um sistema prisional na PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ-PFP, situada na Rua: Isidio Alves Ribeiro s/nº no Município de Piraquara. Com base em pesquisas com Alunos desta Unidade Penal, realizamos pesquisas para elaborarmos os números exatos verificando todas as faixas etárias das estudantes, seu grau de escolaridade e se ao saírem tem algum interesse em continuar os estudos. Tem como objetivo mostrar a diferença entre interessados em estudar dentro e fora da Unidade, sendo ela gigantesca. Vemos que ao chegar no sistema a busca por matrícula escolar é grande porém ao sair já não. Podemos ver que mesmo aqui, estudando, as PPL's já não pensam em fazer o mesmo lá fora, então a motivação já acaba por aqui mesmo. Esse, infelizmente, é um fato que acontece com muitas, pela dificuldade de continuar o mesmo lá fora, sendo os motivos adversos, ex: uso de drogas; falta de tempo por ter de trabalhar; ter filhos pequenos; entre outros.

Palavras-chave: Educação, Unidade Prisional, Interesse nos estudos, Faixa etária estudantil.

1 INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa de campo, pretende-se apresentar resultados sobre o ensino dentro da Unidade Prisional (PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ-PFP). Nota-se o total interesse de estudo dentro da Penitenciária, porém vemos as dificuldades que as detentas têm em continuar a estudar ao sair.

Buscamos então com esse trabalho mostrar não somente estatísticas, mostramos a realidade nos dias de hoje, onde por mais que a educação seja tudo, a dificuldade para concluir, apenas o ensino médio, está aí! A tentativa de conhecer as opiniões está principalmente ligada ao estudo e a realidade dessas pessoas, seus desejos de continuar ou não

um estudo reflete diretamente na sociedade se as pessoas que acabam passando um tempo privadas da liberdade, conseguem enfim se ressocializar e construir um novo estilo de vida.

A principal faixa etária de pessoas não concluintes é majoritariamente de 25 a 35 anos em toda a fase e etapa estudantil. É dentro da Penitenciária que por muitas vezes correm atrás do tempo de estudo perdido, por muitas vezes até mesmo alcançando a conclusão do ensino, dependendo muito do tempo de condenação. Pode-se observar que a faixa etária citada está dentro do parâmetro de pessoas que estão aptas para sair do sistema e trabalhar formalmente longe da criminalidade. A forma de estudo desenvolvida dentro da unidade é por eliminação de disciplinas, com professores do "CEEBJA" (Centro de Educação e Ensino Básico para Jovens e Adultos), sendo a carga horária de 20 horas/aula semanais, sendo 4 horas presenciais e 16 horas com exercícios EAD.

Os alunos têm oportunidade de fazer uma ou mais disciplinas, facilitando assim a possível conclusão. Em liberdade já não é tão fácil, por muitas vezes os alunos têm que separar os estudos de outras atividades, como responsabilidades com a família e trabalho, o que dificulta a continuidade nos estudos, dificultando até mesmo vagas de emprego onde dependem do ensino médio completo, e por muitas vezes levando de volta ao mundo do crime.

Porém, podemos ver que mesmo sendo baixo, temos índice de alunos cursando o ensino superior, na Penitenciária. Não tendo oportunidade lá fora, acharam vagas na Unidade e hoje cursando, tem a total certeza de continuidade saindo do Sistema. Uma oportunidade rara que pode sim mudar a vida de uma pessoa. Devemos analisar que não podemos apenas olhar para os números da pesquisa e sim analisar as respostas como fatores influentes na vida de pessoas que saem do Sistema Carcerário.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa quanti-ação aqui apresentada, permitiu reforçar quatro recomendações advindas das pesquisas da área da Educação Estatística, relacionadas a importância de trabalhar com dados reais com temas vindos dos próprios estudantes; observar como acontece a mudança de registro no processo de coleta de dados; abordar conteúdos estatísticos desde o ensino fundamental (Wild e Pfannkuch,1999).

A proposta metodológica aqui apresentada reforça também a importância da Educação Estatística na formação cidadã, na execução de currículos transversais e interdisciplinares e na contribuição para a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão nas universidades brasileiras.(Edição Especial Estatística,p.1-16,2019).

A Metodologia é um método quanti-ação que foi pesquisado dentro da Penitenciária Feminina do Paraná-PFP, com números exatos das PPLs que estudam na Unidade e se têm interesse ou não em continuar o estudo após a saída do Sistema Prisional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com estudos na UNIDADE PRISIONAL (PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ-PFP) buscamos os números de PPL's que estudam dentro da Unidade e que gostariam de estudar fora dela, resultando em gráficos e tabelas abaixo de acordo com as perguntas elaboradas.

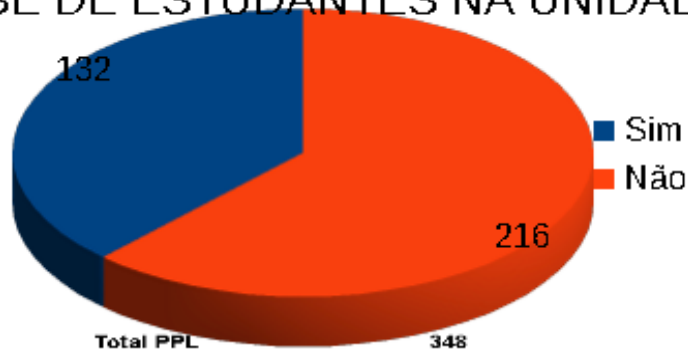
3.1 Qual a faixa etária das PPL's (Pessoas Privadas de Liberdade) que estudam na PFP (Penitenciária Feminina do Paraná)? E qual é a porcentagem de quem continuaria a estudar fora da unidade?

1: Você está estudando?

a: SIM

b: NÃO

ANÁLISE DE ESTUDANTES NA UNIDADE



Fonte: Pedagogia da Unidade Prisional (PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ-PFP)

Podemos analisar com esse gráfico que, temos majoritariamente um total de 216 pessoas que não estão estudando, são então mais que a metade da população carcerária total na unidade no momento.

Tabela 01 – Dados de ingresso

<i>Você está estudando?</i>	<i>Dados</i>
Sim	132
Não	216

2: Qual seu grau de escolaridade?

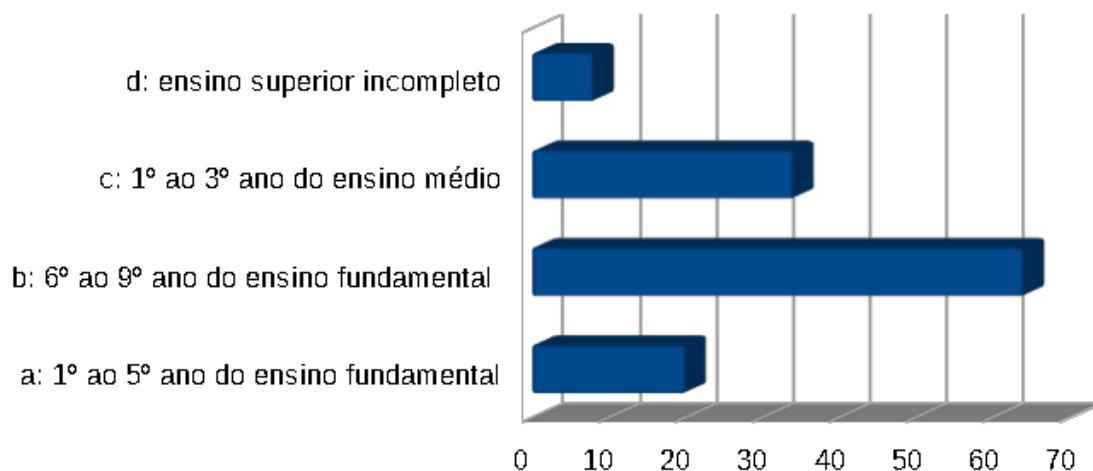
a: 1º ao 5º ano do ensino fundamental

b: 6º ao 9º ano do ensino fundamental

c: 1º ao 3º ano do ensino médio

d: ensino superior incompleto

GRAU DE ESCOLARIDADE DAS PPL NA UNIDADE



Fonte: Pedagogia da Unidade Prisional (PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ-PFP)

Por este gráfico podemos analisar que, a maior evasão escolar se deu entre o 6º e 9º ano escolar, de acordo com o parâmetro de maior procura dentro das unidades prisionais, podemos observar também que a segunda maior evasão é de alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio, seguido por 1º ao 5º ano do ensino fundamental que seria a terceira maior evasão.

Tabela 02 – Dados de ingresso

<i>Qual seu grau de escolaridade?</i>	<i>Dados</i>
1º ao 5º ano do ensino fundamental	20
6º ao 9º ano do ensino fundamental	64
1º ao 3º ano do ensino médio	39
ensino superior incompleto	08

3: Qual sua faixa etária?

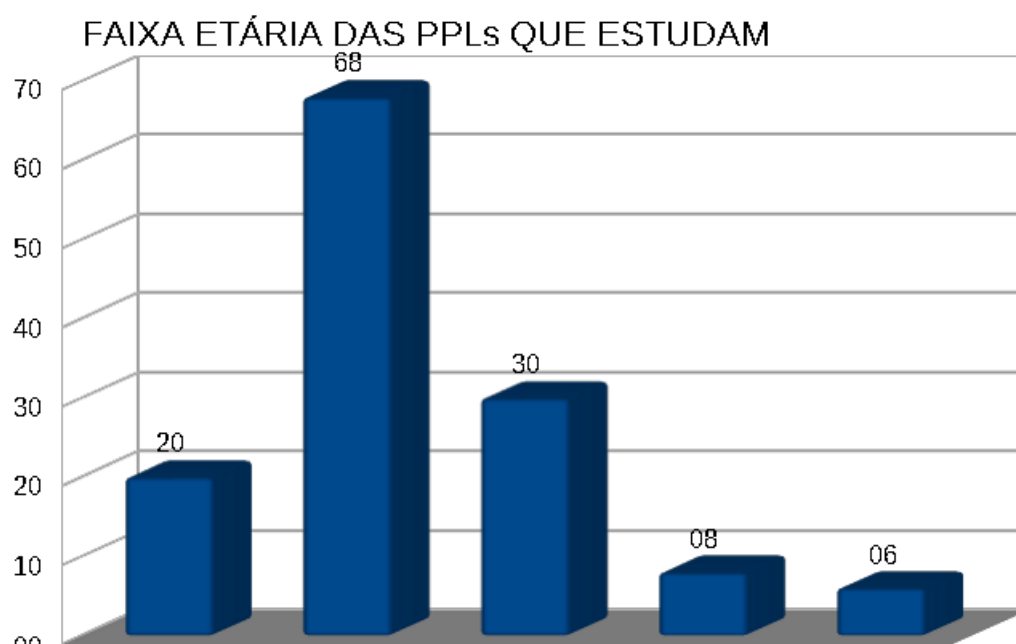
a: 18 a 25

b: 25 a 35

c: 35 a 45

d: 45 a 50

e: mais de 50 anos



Fonte: Pedagogia da Unidade Prisional (PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ-PFP)

Entendemos por este gráfico que, a faixa etária que mais incide para o estudo na Unidade Prisional seria entre 25 à 35 anos, seguido por pessoas de 35 à 45 anos e tendo menor incidência as pessoas com mais de 50 anos.

Tabela 03 – Dados de ingresso

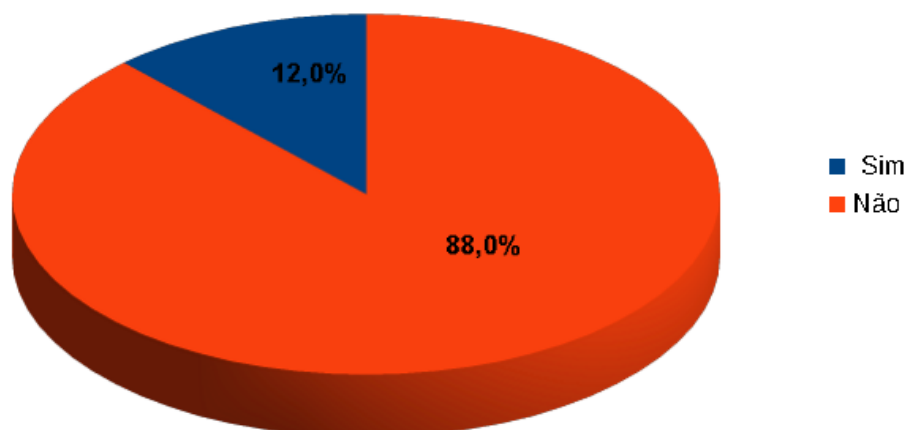
<i>Qual é a sua faixa etária?</i>	<i>Dados</i>
18 a 25	20
25 a 35	68
35 a 45	30
45 a 50	8
mais de 50 anos	6

4: Você pretende continuar estudando fora da unidade?

a: Sim

b: Não

PPLs QUE PRETENDEM ESTUDAR FORA DA UNIDADE



Fonte: Pedagogia da Unidade Prisional (PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ-PFP)

Com essa pesquisa chegamos às conclusões de que a maioria das pessoas, cada uma por seu motivo, não conseguirá continuar ou concluir seus estudos quando saírem da Unidade Prisional.

Tabela 04 – Dados de ingresso

<i>Você pretende continuar fora da unidade?</i>	<i>Dados estudando</i>
Sim	12%
Não	88%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos através do material estudado, a estatística entre a faixa etária, grau de escolaridade e pretensão de continuidade de PPL.

Coube a Equipe que realizou a pesquisa de que, a faixa etária com mais procura de estudos de PPL's é: de 25 a 35 anos e também podemos

dizer que a menor procura se encontra na faixa etária de pessoas com mais de 50 anos, comentamos também que segundo os gráficos podemos afirmar que a maior evasão escolar se sucedeu no 6º ao 9º ano escolar, porém, a probabilidade da continuação destes estudos após obter a liberdade, é muito baixa, podemos observar que menos de $\frac{1}{5}$ da massa carcerária total pretende continuar estudando ou concluir seus estudos quando estiverem em liberdade, mesmo ressaltando a importância da educação que pode vir a ter na vida sociocultural e também curricular, também no desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes.

Mas que sim, é de extrema potencialidade os estudos no Sistema Carcerário, pois assim, vem se realizando as conclusões de estudo, e para alguma parte mesmo que sendo minoria, o ingresso em Ensino Superior e o almejo de conclusão é uma grande aliada ao objetivo de um futuro melhor e promissor.

REFERÊNCIAS

- | |
|--|
| REVMAT, Florianópolis(SC.V.14. Edição Especial Educação
Estatística ,p.1-16,2019 Wild e Pfannkuch,1999. |
| REVMAT ,Florianópolis (SC.v.14. Edição Especial Educação
Estatística) Tripp, 2005 |
| REVMAT ,Florianópolis (SC.v.14. Edição Especial Educação
Estatística) Thiollent,2009. |
| REVMAT ,Florianópolis (SC.v.14. Edição Especial Educação
Estatística) Barbosa et at,2016. |

Dados coletados na biblioteca da PFP, 2022.

INDICADORES SOCIAIS E SUA RELEVÂNCIA NO MEIO ESCOLAR

Ricardo José Vieira da Roza

RESUMO

Por intermédio desse trabalho procura-se elucidar, a quem interessar possa, o que são indicadores sociais e qual a sua importância no meio escolar. Pretende-se definir, de maneira clara e objetiva, a abrangência dessa ferramenta no que concerne a interpretar os problemas que uma sociedade enfrenta e, ao mesmo tempo, indica a maneira mais eficiente em corrigi-los. No ramo de gestão escolar não é diferente a sua presença, pois indicadores sempre estão presentes para servir de referência a métodos de ensino e aplicações que possam ser inseridas nesse contexto. Geralmente, usam-se indicadores sociais em inúmeras interpretações em modelos de diversos discursos. É de fundamental representatividade na aplicação de políticas públicas, mas também não podem ser deixadas de lado quando o assunto refere-se ao debate acadêmico. Porém precisa-se debater profundamente isso para deixar-se explícita a engenharia teórica e política que baseiam os indicadores, tendo, por razão, a produção de uma melhor compreensão dos discursos que, eventualmente usam-se dos dados para expressarem uma tendência positiva ao extremo ou ao contrário disso, se assim for "conveniente" ao pesquisador. Desta forma, procura-se debater aqui a melhor maneira da utilização dos indicadores sociais, tendo um senso crítico sempre aguçado, quer na reflexão teórica, quer na formação de rankings feitos por empresas ou grupos que, dos mesmos, possam vir a valorizarem-se com os seus resultados. Demonstra-se, também, os bons resultados advindos de interessantes indicadores sociais construídos para identificar lacunas e mensurar a efetivação de serviços em prol da educação. Foi graças a um estudo metodológico, contemplado pela pesquisa bibliográfica que aqui se interpreta diversos autores para a construção desse trabalho. Também usou-se a pesquisa eletrônica na plataforma de apoio disponibilizada pela Universidade do Noroeste, que protagoniza esse estudo.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Estudo Pedagógico. Marcas de ensino.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto das atividades propostas nas aulas da disciplina de Estatística Aplicada, no primeiro semestre de 2022, da Universidade do Noroeste no curso de Pedagogia.

Foi através da leitura e interpretação de diversos autores que disponibilizaram seus livros e trabalhos, tornando-os públicos e também

publicando-os na web que se conseguiu chegar a esse resultado.

Tomando-se por tema a aplicação de indicadores sociais na construção e elaboração teórica de caminhos que possam levar o processo de gestão escolar a patamares mais elevados e precisos, deve-se estar alerta para as armadilhas que possam estarem postas em rankings que se apresentam em forma de resultados demonstrados em pesquisas “encomendadas”.

Acredita-se que não deve-se mensurar os processos que acontecem nas mais diversas escalas, no tocante às iniciativas e práticas pedagógicas sem atentar-se ao quesito da apresentação dos dados que a regem.

Entende-se que os indicadores sociais tem, em sua elaboração, uma arquitetura e construção teórica, que ajudará na revelação de ângulos da realidade social, conforme a tendência que o pesquisador queira impor.

A Educação é um processo de muita amplitude, com várias dimensões e relações; deve-se ficar, no mínimo, desconfiado de um relatório que se propõe a compreender esse processo de Educação sem, ao menos, ter-se divulgado a metodologia usada para tal pretensão.

Assim sendo, propõe-se aqui, neste trabalho, examinar exaustivamente o sentido da definição dos indicadores sociais e, na sequência disso, uma breve discussão sobre os mesmos no processo de gestão escolar para a elevação do nível de produção de conteúdos e resultados na sociedade brasileira e, quem sabe, universal.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado com base no método hipotético-dedutivo, usando-se a técnica de pesquisa bibliográfica de fonte secundária para se obter o conteúdo aqui apresentado.

Foi de caráter interpretativo que chegou-se às conclusões que aqui são expressadas. Buscou-se dados, aqui contidos, na plataforma de apoio do curso de Pedagogia que encontra-se disponibilizados no site do EAD-Fanduca da Faculdade do Noroeste. Analisou-se esses dados de forma

descritiva, exploratoria, reflexiva e analítica para melhor expor os resultados que aqui se fazem presentes.

Nas palavras de Gil (2.002) consegue-se entender a necessidade de uso da pesquisa bibliográfica onde ele comenta: “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Uma grande vantagem da pesquisa bibliográfica está em ceder ao pesquisador uma investigação vasta em diversos fenômenos, aquém daquela em que se pode pesquisar sem esse recurso. Com isso o pesquisador têm acesso a tudo o que já foi produzido a respeito do tema que se quer estudar. Com a pesquisa bibliográfica o trabalho que se quer desenvolver obtém mais qualidade e veracidade pelo embasamento teórico que se consegue no meio literário.

3. INDICADORES SOCIAIS

Indicadores sociais são medidas estatísticas com aspectos relevantes sobre as características dos grupos sociais, contando com uma construção teórica que os embasam.

Então, com a evolução desses indicadores, pode-se perceber e avaliar as mudanças que ocorrem na sociedade, ou seja, se as questões públicas que foram definidas e postas em prática estão tendo resultados, tanto positivos como negativos.

Com a observação da progressão desses indicadores, é possível identificar, tanto a área como os segmentos da população que mais necessitam a atuação das autoridades que administram a cidade, para que, com os seus projetos políticos e com ações sociais, sanem os problemas que os indicadores apontem.

Sendo assim, os aspectos dos indicadores sociais são muito amplos, abrangendo toda e qualquer necessidade que uma sociedade precise suprir.

Segundo Jannuzzi (2.005) os indicadores sociais auxiliam o entendimento que se busque sobre uma sociedade, como um todo ou

sobre um segmento dela que se queira estudar. É, de sobremaneira, uma ferramenta muito eficiente no que tange a uma monitorização da realidade social, com a finalidade de elaboração e redirecionamento de ações públicas que se façam necessárias.

Segundo Jannuzzi (2.002), foi somente após a Constituição de 1.988 que o interesse da administração pública aumentou sobre o uso de indicadores sociais. Isso se deve pela descentralização administrativa e tributária que ficou estabelecida a partir de então.

É importante afirmar, ainda na opinião do autor acima citado, que tais indicadores são imbuídos de um arsenal técnico passível de catalisar entendimentos que ajudem a enxergar as dificuldades que grupos sociais enfrentam no seu dia a dia.

O indicador social que tenha a pretensão de ser ferramenta de auxílio a gestores, quer sejam eles públicos ou não, não devem se basear em técnicas que sejam inflexíveis, que não considerem as várias formas do fenômeno que se quer detectar. Um exemplo desse fenômeno, que é um processo amplo e complexo, é o da Educação.

“Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governos, possibilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.(JANNUZZI, p.55, 2.002).

Os indicadores sociais podem enriquecer, em muito, associados a outros procedimentos, a possibilidade de vislumbrar novos horizontes e diretrizes no que tange ao mundo escolar, visando a compreensão dos desafios mais recentes enfrentados meio acadêmico. Porém isso só torna-se viável com o suporte de análises mais sólidas sobre o tema, baseando-se nos resultados apontados pelos indicadores.

Rossi (2.014) entende que a produção de indicadores sociais, que levantam o tema pobreza, por exemplo, não é recente. O IDH-Índice de Desenvolvimento Humano de 1.990 estimulou a inserção de novos indicadores nessa área, entre os quais: o Índice Municipal do Instituto Pólis (1.995); o Índice de Condições de Vida (1.998); o Índice de Qualidade de Vida (1.995); o Índice de Qualidade dos Municípios (1.998) e outros.

O ICV foi criado por pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA; o IM foi elaborado com base nos dados do IBGE pelo Instituto Pólis; o Instituto Via Pública criou o IQV e o IQV foi elaborado pela Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

Apesar de que todos os indicadores sociais são criados para serem usados em prol de melhor entender-se uma sociedade, não passam incólumes a serem criticados por uma parcela da mesma. Cita-se aqui o IDH como exemplo, pois, foi foco de críticas por eleger arbitrariamente os indicadores e pesos que fez uso para criar seu valor sintético. Indo mais além, o IDH só pode restringir a áreas e não basear seu cálculo por família. Barros, Carvalho e Franco (2.003) indicam sobre a barreira de agregação desse indicador, pois, para se calcular o IDH de um país não se pode realizá-lo a partir da média ponderada dos IDHs dos Estados.

Já, quanto à tipologia de indicadores, apresenta-se aqui a elucidação de Carley (1.985) presente na discussão de Jannuzzi (2.002):

“Uma classificação bastante relevante para a análise e formulação de políticas sociais é a diferenciação dos indicadores sociais quanto à natureza do ente indicado (Carley, 1.985): se recurso (indicador- insumo), realidade empírica (indicador- produto) ou processo (indicador- processo). Os indicadores-produto (outcome ou output indicators) são aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referido às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como a esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas. Enquanto os indicadores-insumo quantificam os recursos disponibilizados nas diversas

políticas sociais, os indicadores- produto retratam os resultados efetivos dessas políticas. (JANNUZZI, p.59-60, 2.002).

Percebe-se assim que os indicadores sociais possuem recursos para investigar o universo acadêmico e também para as aplicações de políticas sociais. Entretanto, deve-se atentar ao fato de que, somente os indicadores, não podem ser a única fonte de análise, para definir rotas eficientes a serem traçadas na Educação. Precisa-se associar outros tipos de análises para não limitar as possibilidades de pesquisas e assim conseguir realmente resultados satisfatórios.

3.1 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Sabe-se que o Brasil, desde 2.007, deu um passo importante em direção à requalificação do ensino, tudo isso, graças à implantação do “Compromisso Todos pela Educação”. Segundo Rios-Neto et al (2.010) isso possibilitou a sistematização do ensino ao ser previsto que: todos as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola; toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever; todo aluno deverá aprender o que é apropriado para a sua série; todos os alunos deverão concluir o ensino fundamental e o médio; o investimento necessário na educação básica deverá estar garantido e bem gerido.

“Concomitantemente à promulgação do Decreto 6.094 que dispôs sobre o Compromisso Todos pela Educação, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Além das diretrizes do Todos pela Educação, o plano inclui outras 29 ações. Pode-se dizer que o PDE se constitui como um plano de ação das metas fixadas pelo PNE. Do ponto de vista filosófico, o PDE propõe uma visão global da educação, sobretudo mediante a articulação e integração entre as políticas em todos os níveis de ensino. Em linhas gerais, o PDE se constitui por quatro eixos: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. No eixo da educação básica, podem ser destacadas as políticas para a valorização dos professores, o FUNDEB, a avaliação do ensino e responsabilização por

meio do IDEB e mudanças na gestão educacional. No eixo do ensino superior, destacam-se a política de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI), a democratização do acesso via crédito educativo (FIES) (RIOS-NETO et al, 2.010, p. 08).

Ao rever essa citação acima, nota-se que indicadores sociais são, de sobremaneira, uma ferramenta indispensável na detecção de problemas que uma nação enfrenta ao se implantar a escolarização em sua sociedade.

Notar-se-á, também, o quão presente está a necessidade de associar essa ferramenta à Estatística e Probabilidade, bem como a outras formas de análises, mais abrangentes e refinadas, para se atingir um melhor desempenho ao propor sanar deficiências que existam na escolarização.

3.2 O AVANÇO NO ENSINO RURAL

Não estaria completo este trabalho se não se fizesse presente nele os largos passos dados na Educação nas zonas rurais, que de longe, sempre foram mais precárias. Essa discussão é uma das bandeiras que os movimentos sociais levantam, e quem muito lutou por essa causa são os integrantes do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Eles estão ganhando notoriedade e aumentando seu vil reivindicatório de uma educação mais estruturada que possa evoluir um espírito crítico rural sem, no entanto, que haja a necessidade do deslocamento dos alunos para as áreas urbanas.

Após o evento do Primeiro Encontro Nacional dos Educadores na Reforma Agrária - ENERA, onde participaram representantes da UNB, CNBB, MST, UNESCO e UNICEF, conseguiu-se enxergar vários obstáculos em relação ao ensino no campo e toda a necessidade de ampliar a escolarização formal dos trabalhadores rurais. Ficou-se entendido, nesse encontro, que o campo é um território de vida e trabalho para os camponeses e não apenas local de agronegócio. Também foi nesse evento que originou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. que

tornou-se um importante indicador social do ensino no campo, segundo Caldart (2.012).

3.3 RANKINGS E RESULTADOS: SERÁ ?

Uma pesquisa foi realizada pela Ecomist Intelligent Unit, onde ficou organizado um ranking global sobre a educação. A empresa Pearson, que se auto intitula “A maior empresa em soluções educacionais no mundo” é quem a “encomendou”, e a mesma Abrangeu 40 nações, levando em conta a qualidade do ensino e dos professores, porém, sem divulgar publicamente a metodologia utilizada para tal propósito. Brasil, México, Turquia e Argentina fazem parte dos valores mais baixos, na área da educação. Já a Finlândia, Coreia do Sul e Hong Kong apresentaram os valores mais altos no mesmo quesito, segundo Rafael Rossi (2.014).

A Pearson, que é dona dos dois mais influentes jornais de referência econômica no mundo, o Financial Times e o The Economist, está presente no Brasil desenvolvendo o NAME - Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino, agrupando:

“Em um mesmo modelo de gestão e qualidade algumas das mais conceituadas e reconhecidas marcas da educação nacional: COC, Dom Bosco e Pueri Domus, todas pertencentes à Pearson Brasil. O compromisso NAME é levar aos alunos dos municípios conveniados os mais modernos recursos pedagógicos, tecnológicos e administrativos [...]”<<https://www.pearson.com.br/acontece.esp?pagid=47&area pai=40&id p=0>> Último acesso em: Nov. 2.012.

Deve-se atentar para o perigo de deixar-se levar a acreditar que o Brasil, entre outros países, não consiga, por méritos próprios, resolver seus problemas educacionais sem recorrer à ajuda de fora do país; precisa-se ter um senso mais crítico ao se analisar notícias como essa acima citada, pois, como já foi visto inúmeras vezes em fatos assim expostos, que a iniciativa mercadológica tem uma indústria produtiva e eficaz para “vender” idéias que convencem os menos avisados a aceitar suas afirmações, sem um mínimo de contestação. Como já foi visto em

temas anteriores, os mesmos dados que revelam uma verdade, podem ocultar outra.

Partindo desse princípio, pode-se questionar se a Pearson, como uma empresa que comercializa educação, não se beneficiaria com essa pesquisa, visto que, ela detém uma significativa fatia nesse mercado, sendo dona de várias marcas da educação aqui no Brasil. Apesar desse trabalho estar direcionado ao tema dos indicadores sociais na gestão escolar, não pode-se deixar de levar esse questionamento aos leitores deste, para que estejam sempre alertas às notícias que são-lhes apresentadas

Então vê-se a necessidade de reflexão coletiva, crítica e aberta sobre discursos e questões que compõem tema. No entanto, podemos refletir como a “febre” generalizada por rankings e avaliações externas sobre a educação interferem e influenciam gestão escolar.

Esse panorama é ampliado quando pensamos na discussão de sociedade disciplinar (Foucault, 2.001) e a sociedade do controle (Deleuze, 1.992).

Rafael Rossi (2.014), afirma que enquanto na sociedade disciplinar os poderes se manifestam através das estratégias das instituições modernas, com disciplina e confinamento, já na sociedade do controle não há claramente um centro de controle como no panóptico. Foucault (2.001) esclarece:

“O panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo - vigilância, controle e correção - parece ser a dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade.”(FOUCAULT, 2.001, P. 103).

Foucault(2.001), apud Rafael Rossi (2.014), aponta um elemento fundamental que não pode passar despercebido nessa discussão: o poder.

As relações de poder embasam e se articulam diretamente na configuração da sociedade disciplinar:

“O exercício de poder não é simplesmente uma relação entre duas partes, individuais ou coletivas, é sim uma maneira em que certas ações modificam outras. Isso quer dizer, claro, que uma coisa chamada Poder com ou sem letra inicial maiúscula, que universalmente se supõe existir de forma concentrada ou difusa, não existe. O poder existe somente quando colocado em ação, mesmo quando integrado a um campo de possibilidades para suportar estruturas permanentes. Isso também significa, que poder não é uma função de consentimento [...] A relação de poder pode ser o resultado de um consentimento prévio ou permanente, mas não é de sua natureza a manifestação de um consenso”. (FOUCAULT, p. 788, 1982, tradução nossa).

Percebe-se que o poder só há e se nota quando ele é exercido. Sendo assim, há que se questioná-lo aplicado no dia a dia. Ainda nas observações de Foucault(2.001) sobre panoptismo:

“Gostaria simplesmente de apreender este panoptismo, esta vigilância na base, no lugar em que aparece talvez menos claramente, em que está mais afastado do centro da decisão, do poder do Estado; mostrar como esse panoptismo existe, ao nível mais simples e no funcionamento quotidiano de instituições que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos; o panoptismo, ao nível, portanto, da existência individual”. (FOUCAULT, 2.001, p. 107).

Rafael Rossi(2.014) fala que essa percepção ampliada ao nível do indivíduo do panoptismo como elemento da sociedade disciplinar estruturada por relações de poder em movimento, nos leva a considera também a não existência de um centro único de comando, isto é, um único ponto em que - parafraseando o Professor Doutor Divino em suas aulas - poderíamos “dar um tiro e matar o poder”.Tarefa essa que não é possível de ser executada em função do emaranhado de instituições, agente e estratégias de vigilância, punição ou adequação à norma, já que:

“Na época atual, todas essas instituições - fábrica, escola, hospital psiquiátrico, hospital, prisão - têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos; liga-os a

um aparelho de produção. A Escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os, ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm por finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normatização dos homens. A fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção ou os produtores em função de uma determinada norma".(FOUCAULT, 2.001, p.114).

Com isso, Rafael Rossi afirma que essa adequação dos "produtores em função de uma determinada norma" implica em pensar constantemente quais rumos, intencionalidades e desdobramentos das avaliações, indicadores sociais e rankings sobre a Educação.

Sendo assim, vislumbra-se que os indicadores podem ser usados no âmbito acadêmico para facilitar o melhor entendimento do que se estuda. Também são com indicadores que se consegue planejar a geopolítica que permitirá efetivar as ações que tornarão possíveis a instalação e implementação desses objetivos, materializando-se assim, aquilo que antes eram apenas idéias, na realidade que a sociedade têm carência.

Já Jannuzzi (2.002), assim define:

"Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados".(JANNUZZI, p. 55, 2.002).

Deste modo, os indicadores sociais definem prioridades em uma intervenção, também permite que se monitore a realidade que está sendo proposta, "Em outros termos os indicadores sociais atuam na mensuração dos avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, direciona as prioridades sociais e aponta aos erros e acertos das políticas públicas",(

Giroto et al,2.006, p.7).

A percepção de Jannuzzi (2.012,p. 22-23) mostra que dados estatísticos e indicadores se diferenciam nas suas funções, onde os dados estatísticos funcionam como informações de estatísticas sociais na sua forma bruta e não contextualizada e, dessa forma, servem de matéria prima para a edificação de indicadores que requerem conteúdos, análises e valores contextuais para expressar os dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, propôs-se aqui a definição do que venha a ser indicadores sociais e qual a importância para a gestão escolar.

Apontou-se para o fato dos indicadores terem uma engenharia teórica bem delimitada que suporta e organiza o ângulo a ser investigado de determinado fenômeno da sociedade.

São eles que revelam dados sobre uma situação real, apesar de possuírem limites; sendo assim, mostra-se necessária a ampliação da investigação, juntamente com outros tipos de análises.

Deve-se ter um senso crítico ao analisar e interpretar os resultados e considerações que tais indicadores e rankings nos apresentam.

Isso posto, demonstra-se nesse trabalho que, mesmo existindo desigualdades sociais que se arrastam por séculos no Brasil, são notáveis os avanços na área de educação, principalmente no que tange à zona rural, graças às reivindicações dos trabalhadores e estudantes que se fizeram notar perante o poder público e assim foram instaurados eventos, debates e criados indicadores que alavancaram o ensino no campo.

Precisa-se estar alerta aos reais interesses de grupos privados que, por intermédio da divulgação de rankings e promoção de produtos e discursos, disfarçam estudos e pesquisas legítimos em favorecimento a seus propósitos e interesses comerciais.

Tornar ideias e necessidades educativas em realidade é um compromisso que tem-se de assumir, fazendo com que o Ensino seja transformador. Bases sólidas de aprendizagem levam um país a

patamares esplêndidos; com pesquisas e indicadores sociais eficazes e confiáveis podemos chegar nesse resultado. São com indicadores sociais bem definidos que pode-se atingir objetivos relevantes para o desenvolvimento humano, social e escolar.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **O índice de Desenvolvimento da Família**; Texto para Discussão número 986; Rio de Janeiro; 2.003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=IDF&ordering=&searchphrase=all&Itemid=1&option=com_search> Acessado em: 04 de Outubro de 2.010.

CALDART, R. S.; **Educação de Campo**; In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo; São Paulo; Expressão Popular; 2.012.

DELEUZE, Gilles; **Conversações**; Tradução de Peter Pál Pelbart; São Paulo Editora 34, 1.992.

FOUCAULT, M.; **The subject and power**; In: Hubert Dreyfus e Paul Rabinow; Michel Foucault, beyond structuralism and hermeneutics.; Chicago: the University of Chicago Press; 1.982.

FOUCAULT, M.; **Vigiar e punir**; Petrópolis,; Vozes; 2001.

GIL, A. C.; **Como Elaborar projetos de Pesquisa**; São Paulo; Atlas; 2.002.

GIROTO, Ana Paula Santana; ROCHA, Simone Tarifa da; YWATA, Suzana Yurico; ROMERA, Valderes Maria. **Indicadores Sociais: Um imperativo no Cotidiano dos Assistentes Sociais Atuantes no Processo de Gestão**. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo; 2,006.

JANNUZZI, P. M.; **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**; Revista de Administração Pública; Rio de Janeiro, vol 36, número 1; p. 51-72; 2002.

JANNUZZI, P. M.; **Indicadores e Sistema de Informação**; ENCE/IBGE; 2.005; Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fIndicadorestais.pdf>> último acesso em: Agosto/2.012.

RIOS-NETO, E. L. G.; GUIMARÃES, R. R. M.; PIMENTA, P. S. F.; MORAES, T. A.; **Análise da Evolução de Indicadores Educacionais no Brasil**;

1981 a 2008. Relatório de pesquisa do Projeto Observatório da Educação, Edital n. 001/2008 - CAPES/INEP/SECAD. Título: Demografia da Educação: Fluxo, Proficiência, Seletividade, Desigualdades e Políticas Públicas; 2.010; disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20386.pdf Último acesso: Nov. 2.012.

ROSSI, Rafael; Boletim GEPEP; vol. 03 n.04; p. 41-54.

**AS TEORIAS DESENVOLVIDAS PELOS AUTORES CLÁSSICOS DAS
CIÊNCIAS SOCIAIS FAZEM SENTIDO ATÉ OS DIAS DE HOJE?
A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA ATUALIDADE**

Thomas Eduardo Carvalho
Marco Antônio Mauloni
João Batista Polvero Júnior
Márcio Silva Salgado
André Luis Ulrich
Caio Bismarck Silva Xavier

RESUMO

Marx com a elaboração do materialismo histórico, Augusto Comte com o Positivismo ou filosofia positiva e como pai da sociologia positivista adquiriu conhecimento se dedicando ao estudo científico das sociedades, dando suporte ao homem a trilhar o caminho para o encontro da organização social e política, caracterizando as sociedades, como constantes evoluções sociais. Giddens com a teoria de alienação do trabalhador explorado e com a teoria da dualidade da estrutura, ou seja, a ação criando as estruturas e ao mesmo tempo a ação só acontecendo nas estruturas. Durkheim com a divisão social do trabalho e o estudo sociológico do suicídio. Weber com sua produção intelectual/científica voltada para análises e interpretações predominantemente na ação. Anselm Strauss com seu estudo voltado para criação de teorias que dessem respostas pertinentes com a utilização de uma metodologia que juntasse as análises da estrutura e da ação para o entendimento do mesmo objeto/problema. Pierre Bourdieu, preocupado com a estratificação do Poder (seja entre classes sociais e/ou grupos sociais ou por gênero) e com a teoria da Dominação Masculina, cuja mesma é naturalizada nas ações dos indivíduos seja pela divisão do trabalho por gênero ou por condutas morais e sociais da vida cotidiana e por último Norbert Elias, que entra neste debate sociológico com a elaboração de uma sociologia das relações de poder visando superar o clássico debate sociológico entre estrutura e ação ao colocá-las lado a lado num processo de interação histórica. Ao citar os sociólogos e suas teorias, no decorrer do nosso artigo visamos correlacionar seus estudos publicados com suas eficiências e deficiências na atualidade. Embora essas teorias ainda sejam base para regras, conceitos como missão, visão e valores, muitos dos estudos publicados pelos clássicos estão recebendo um upgrade dos contemporâneos. Isso não significa que um conhecimento irá substituir o outro, justamente o contrário, irá aperfeiçoá-lo. Baseado nisso, nosso intento é demonstrar com clareza a evolução da sociologia para que a mesma ainda seja aplicada na atualidade.

Palavras-chave: Sociologia; Teorias Sociológicas; Estrutura; Ação; Sociólogos; Filósofos; Karl Marx; Émile Durkheim; Max Weber; Auguste Comte; Bourdieu; Anselm Strauss; Norbert Elias.

1 INTRODUÇÃO

Adentramos as teorias da Ciência Social desde o seu surgimento em meados do século XIX, elucidando e evidenciando os embates entre teorias centradas na estrutura e teorias centradas na ação. Historicamente verificamos no que tange às ciências sociais que o embate supra, apresenta-se marcante nos trabalhos científicos dos clássicos (Marx, Weber e Durkheim).

Embora não possamos definir os autores de maneira tendenciosa singularmente à teorias centradas à estrutura e ou teorias centradas na ação, são evidentes as características predominantes de um autor em um ou em outro enfoque.

Além dos autores clássicos já mencionados, optamos em também mencionar os sociólogos contemporâneos como Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss, cujas teorias são baseadas nas ciências sociais clássicas com vertente na aplicação e complementação contemporânea.

Aproveitando os autores já mencionados, a fim de expor melhor entendimento, podemos afirmar que Marx e Durkheim seriam apoiadores da teoria de estrutura, mesmo que haja diferenças em suas filosofias e diretrizes sociológicas, enquanto Weber seria apoiador da teoria de ação.

Esse conflito entre teoria de estrutura e teoria de ação marcou tanto os sociólogos clássicos como também os contemporâneos, visto que essas teorias são os opostos em um mesmo foco - a sociedade e sua evolução. Ainda na atualidade, existem cientistas sociais, autores e sociólogos que tentam evidenciar os avanços teóricos baseados nas pesquisas introdutivas, cujo objetivo seria superar tais diferenças para um melhor propósito na sociedade. Tais sociólogos contemporâneos, como Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss e Norbert Elias defendem pensamentos lineares, dos quais os objetivos são basicamente diminuir os conflitos teóricos estruturais e de ações para um avanço geral da sociedade.

2 METODOLOGIA

Conforme Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa. Para tanto, parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; expõe as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos; e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos. Apresenta, também, um desenho metodológico de aproximações sucessivas, considerando que a flexibilidade na apreensão dos dados garante o movimento dialético no qual o objeto de estudo pode ser constantemente revisto. Enfim, postula que trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico, e que isso exige vigilância epistemológica.

Nosso artigo foi todo baseado em vasta pesquisa bibliográfica, tanto em livros, como também em diversos outros artigos disponíveis em sítios digitais, internet, bem como em outros fóruns que debatem os assuntos da sociologia na nossa atualidade, inclusive o assunto mais proeminente da atualidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Chauí (1999, p. 271), a expressão ciências humanas (ou sociais) refere-se àquelas ciências que têm o próprio ser humano como objeto de estudo.

Essas ciências estudam áreas da realidade social extremamente diversas. Um cientista social é capaz de refletir sobre qualquer aspecto da sociedade, fazendo-se necessário que cada um se concentre em um determinado fator da vida das sociedades, para fazer dele uma

especialidade.

Por exemplo: há sociólogos que se dedicam a estudar as indústrias, a religião, a saúde, a política, a economia, o lazer, o envelhecimento, a juventude; antropólogos, a antropologia social, cultural, urbana, física; politólogos, a política, filosofia política, políticas públicas etc. Assim, tornou-se necessário entender as bases da vida social humana e da organização da sociedade, por meio de um modelo de pensamento que permitisse a observação, o controle e a formulação de explicações plausíveis, que tivessem credibilidade num mundo pautado pelo racionalismo.

As ciências sociais são um excelente instrumento para a compreensão das situações com que nos defrontamos na vida cotidiana. Nesse sentido, através de conceitos, teorias e métodos da abordagem sociológica, é possível rompermos com a visão superficial que temos da realidade.

Conforme Elisa Pereira Reis (Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 12 Nº35 p.01) coloca de forma bastante esquemática, já que seria mesmo impossível contemplar todas as nuances pertinentes. Assim, vamos nos limitar a três observações.

A primeira delas tem sinal positivo. Eu diria que sim, as ciências sociais vão bem no Brasil e no mundo, se o critério de avaliação for a magnitude e a urgência das questões com que elas se defrontam no presente. Em certo sentido essa afirmação não passa de um lugar comum, já que as ciências sociais, desde sua constituição, sempre se viram às voltas com problemas urgentes, situações de crise etc. No entanto, gostaria de ressaltar que a grande perplexidade do momento é acrescida pelo fato de que muitos dos termos, dos conceitos fundantes das ciências sociais, perderam sua centralidade ou passaram a competir com uma série de outros na estruturação das próprias disciplinas. Assim, assistimos a uma grande disputa no interior dessas ciências, disputa essa que é tanto intelectual quanto institucional. Na minha opinião, essa própria disputa deve ser vista como indicativa da vitalidade das ciências sociais.

A segunda observação diz respeito às ciências sociais no Brasil, especificamente. Eu diria que sim, elas vão bem se levarmos em conta que o corpo de profissionais da área cresceu muito nos últimos 20 anos; que formam cada vez mais mestres e doutores; que publicam muito mais, e que nos tornaram uma comunidade científica mais complexa, mais diversificada, mais plural.

A terceira e última observação também é restrita ao contexto nacional, mas agora com sinal negativo. Eu diria que em virtude

da situação peculiar que a universidade brasileira vive hoje, há razões para preocupação e incerteza. Dados os constrangimentos internos e externos com que se deparam nossas estruturas acadêmicas, é possível que a formação de novas gerações de cientistas sociais se veja seriamente comprometida, assim como várias disciplinas de ensino, vem enfrentando dificuldades no que se refere a investimentos, os cortes no orçamento do ensino, principalmente o ensino superior, atinge em cheio pesquisa e trabalho de campo na área da ciência social.

Já para Fábio Wanderley Reis (Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 12 Nº35 p.01):

É uma questão difícil, por tratar-se de tema muito vasto. É possível, entretanto, dizer que tem havido certo desenvolvimento. No que se refere aos campos e temas que são objeto de estudo, houve progresso em termos de incorporação de certas áreas temáticas. Na esfera política, por exemplo, há temas novos, que até há pouco tempo não eram tocados: a área institucional em geral, o judiciário, o legislativo, que têm sido tratados em uma perspectiva de Ciência Política, e não apenas na perspectiva jurídica tradicional. Da mesma forma, podem ser lembrados os estudos relacionados com o processo eleitoral, que também progrediram muito nos últimos 30 anos. Além disso, mais recentemente tem havido esforços novos, em diversas instituições, com respeito a uma área que foi negligenciada durante muito tempo, a das relações internacionais. Na esfera das outras disciplinas, me ocorre destacar os esforços feitos no campo dos estudos sobre criminalidade e violência. Estes são alguns exemplos de campos ou áreas temáticas em que houve efetiva ocupação de espaços e avanço nesses termos.

No plano teórico-metodológico, contudo, a avaliação que faço é muito mais restritiva e reservada. Tem-se um processo que, me parece, é negativo. Há um certo empobrecimento ou banalização dos critérios que guiam o trabalho na área, com o predomínio de uma postura descritiva ou "idiográfica", de cunho jornalístico, historiográfico, etnográfico... Naturalmente, numa descrição completa do quadro que temos no momento seria preciso matizar isso; quer dizer, nós certamente temos gente que aprendeu certa canônica básica e que é, em geral, responsável pelo que acontece de positivo em diversas áreas. Mas tenho a impressão de que o grosso do treinamento que está sendo dado aos nossos estudantes, mesmo no nível da pós-graduação, deixa claramente a desejar neste aspecto. Acho que é mesmo possível dizer que temos piorado, já que no início houve um compromisso, na pós-graduação pioneira em Ciência Política, com certo treinamento de tipo mais canônico, mais preocupado com o problema teórico-metodológico, mais analiticamente orientado. Estas, me parece, são as palavras-chave: orientação analiticamente exigente, engajamento teórico-metodológico, por contraste com um descritivismo pobre e às vezes contente com sua pobreza.

Outro aspecto é o relacionado com o ensino de metodologia e técnicas de pesquisa nos programas de pós-graduação. Embora sempre conste alguma disciplina de metodologia entre as disciplinas ministradas, ela nunca chega a ter uma posição realmente central. Isso pode ser verificado nos diferentes programas. Os dois programas de maior visibilidade e prestígio nos campos da Sociologia e da Ciência Política da USP e o do Iuperj não têm incluído essa disciplina no currículo obrigatório exigido dos estudantes. No caso da USP a situação é inequívoca, não tendo havido nunca a oferta regular de metodologia entendida como disciplina fundamental e obrigatória.

Com frequência o trabalho empírico dos cientistas sociais brasileiros dificilmente pode ser distinguido do trabalho do historiador exceto, talvez, pela precária qualidade da historiografia produzida, já que falta aos nossos profissionais o treinamento específico. Também são freqüentes trabalhos que realizam uma espécie de "historiografia do presente", caracterizada pelo empenho de registro jornalístico dos eventos.

Como não há orientação analítica precisa ou indagações teóricas claras, o que é típico é que o pesquisador tome uma espécie de "pedaço" da realidade (o PT, os militares em tal período, os empresários paulistas) e procure levantar "tudo" o que diz respeito a esse "pedaço". O papel do pesquisador consiste, então, em contar o que leu em jornais velhos ou documentos de qualquer natureza ou então, numa variante muito importante, em contar o que lhe foi dito em entrevistas mal processadas, com o pesquisador abdicando em favor de suas fontes e sendo "engolido" por elas, na descrição de Luiz Felipe de Alencastro. As perguntas que normalmente orientam tais trabalhos são do tipo "o que aconteceu?" ou "como aconteceu?", nunca do tipo "por quê?".

Quando se trata de temas da atualidade ou do passado recente, esta perspectiva tende a exibir a lógica da investigação detetivesca, buscando desvendar o "oculto". O fundamental não é o enquadramento analítico adequado de determinado fenômeno ou o esclarecimento de seu caráter de caso ou instância de uma regularidade que pode ser apreendida

como tal, mas antes o acesso à fonte privilegiada. Mas, devido à pobreza analítica, o interesse da investigação vai depender inteiramente do interesse propriamente detetivesco ou jornalisticamente "quente" da informação trazida. A consequência é que este modelo de pesquisa, quando executado por cientistas sociais, acaba por produzir resultados que não têm sequer interesse jornalístico real, já que (ao contrário do jornalista, que cultiva profissionalmente as suas fontes) é raro que o cientista social tenha acesso a fontes efetivamente "quentes".

Essa perspectiva, no que se refere à maneira de conceber as relações entre as ciências sociais e as ciências exatas ou naturais, sustenta que o método científico é inequivocamente aplicável ao campo dos fenômenos humanos e sociais. Portanto, ela se opõe à idéia de uma contraposição irremediável entre "duas culturas", uma humanista e outra científica, e se coloca em favor da suposição de afinidade entre as ciências naturais e sociais quanto aos problemas básicos do método. Creio que a Sociologia e a Ciência Política encontram-se claramente mais próximas do padrão "científico", caracterizado pelo apego ao rigor, à sistematicidade, à generalização e à busca de cumulatividade, ao passo que a Antropologia e a História estariam, em geral, mais próximas do padrão "humanista" e "idiográfico" de trabalho, com a ênfase no qualitativo e no descritivo, a valorização da dimensão temporal ou histórica dos fenômenos e de suas conseqüentes "peculiaridades", o relativismo, a confiança depositada na intuição e na "compreensão".

Para pensar a Sociologia como disciplina escolar no Ensino Médio é preciso pensar no sentido da escola na qual segundo Arroyo "não se define basicamente como um lugar de falas, mas de práticas, de afazeres" (ARROYO, pg. 152, 2000).

Para podermos citar os principais sociólogos da história e suas clássicas teorias, será necessário começarmos com Augusto Comte, que desenvolveu o Positivismo como base sociológica, além de ser um dos fundadores da sociologia. Comte, mentor da sociologia positivista se desenvolveu no estudo científico das sociedades, deu discernimento para

que o homem trilhasse o caminho entre a sociedade e a política. Evidenciou que a sociedade está em constante evolução e que a história passada é o principal ingrediente para a evolução.

Augusto Comte deu aos governantes futuros uma visão de um grande conhecedor de uma sociedade. Fazendo então, um estudo científico das sociedades.

Segundo Rosemary Dias Ribeiro Rodrigues (Paracatu-MG, 2007):

Augusto Comte, que desenvolveu o Positivismo como corrente sociológica, é um dos fundadores da sociologia. Comte, como pai da sociologia positivista adquiriu conhecimento dedicando ao estudo científico das sociedades, deu suporte ao homem a trilhar o caminho para o encontro da organização social e política. Caracterizou as sociedades, como constantes evoluções sociais. Desta ideia deriva a frase em nossa bandeira brasileira "Ordem e Progresso".

A sociologia para Comte era de grande importância, como qualquer outro estudo que naquela época tivesse em andamento, como por exemplo: O estudo de astronomia ou a química. Com isso, Augusto Comte, deu aos governantes futuros, uma visão de um grande conhecedor de uma sociedade. Fazendo, então assim um estudo científico das sociedades.

As Ciências Sociais vão estudar as engrenagens que movem a sociedade desde os tempos antigos até o contexto atual, abordando os agentes que foram modificando a sociedade ao longo da história e moldando as relações humanas que conhecemos hoje.

Segundo Alessandro André Leme (Tempo da Ciência (13) 25 : 9-38, 1º semestre 2006):

Para Marx, o indivíduo pode fazer suas escolhas, mas as condições sociais são influenciadas pelas condições econômicas. "Há elementos que o indivíduo pode fazer suas escolhas, mas as determinações sociais nesse caso são muito influenciadas pelas determinações econômicas na perspectiva marxiana. Praticamente a economia, então a concentração de renda, a gente poderia dizer na mão de poucos, ou daqueles que detêm os meios e os modos de produção praticamente dizem e estabelece o processo de desigualdade social, o que é gritante, lamentável e chocante.

Marx acredita que a teoria de estrutura é pensada dentro da perspectiva de que o homem é um ser social que se divide em classes

sociais – donos dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua mão de obra, em outras palavras, é necessário existir tanto um empresário quanto seus funcionários, é como uma pirâmide do poder cujo o entendimento básico e resumido trata-se da dependência da existência da elite para com quem a sirva, ou seja, é um sistema capitalista que depende do “pobre” para existir o “rico”, depende do “funcionário” para existir o “patrão”.

No Brasil, foi idealizado e realizado um programa visando diminuir a discrepância entre a riqueza e a pobreza, com enfoque na distribuição de renda, comumente conhecido como Bolsa Família, que a foi política social do governo Lula representa a continuidade do que o ex presidente Fernando Henrique, emplacou com a colaboração de D. Ruth. O maior legado da ex-primeira-dama, e que ela sempre fez questão de mencionar em suas raras entrevistas, foi o Comunidade Solidária, projeto social criado e presidido por ela em 1995 e os programas Bolsa Alimentação e Bolsa Escola.

Programas unificados As bolsas assistenciais de Fernando Henrique começaram em abril de 2001. Articulados por D. Ruth, que defendia a unificação dos programas de transferência de renda e de combate à fome no país e acabou persuadindo o então presidente Fernando Henrique para adotar o sistema.

Foi uma primeira-dama exemplar, discreta, competente, enfim, uma intelectual de grande mérito que fez um trabalho importantíssimo, que se utilizando do pregado por Karl Marx, para de forma contrária combater, mesmo que minimamente a concentração da renda na mão de poucos e a falta de alimentos na mesa de muitos.

Esses estudos usaram sempre como base as ideias dos principais pensadores da Sociologia ao longo dos anos, como Jean Jacques Rousseau, Montesquieu, Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

Durkheim também concebe o indivíduo como um ser social, mas não organizado em classes sociais como Marx afirma. Durkheim também dá

importância à divisão do trabalho, porém, dentro de uma perspectiva diferenciada da de Marx, ou seja, ele parte da ideia de que a divisão do trabalho engendra a solidariedade (ao passo que para Marx ela é causadora de conflito). Os indivíduos compreendem o significado da divisão do trabalho enquanto uma especialização que quando vista de forma integrada é fundamental para a solidariedade orgânica, para reprodução da ordem social. Ou seja, podemos dizer com menos complexidade que para Durkheim a divisão do trabalho é baseada na meritocracia, em outras palavras, quanto mais um ser busca se especializar e progredir em determinada área, maiores serão as chances de subir na carreira e conseguir um cargo melhor. Diferente de Marx, que é contra mesclar as classes sociais, Durkheim acredita que se fizer por merecer, esse trabalhador poderá obter uma ascensão na teoria estrutural.

Outro de seus principais trabalhos foi um estudo quantitativo sobre o suicídio, no qual através de sua metodologia conseguiu provar que as causas que levam alguém a querer se matar (seja de forma positiva ou negativa) são de natureza sociológica e não individual. Ou seja, podemos afirmar que na teoria de Durkheim, dificilmente alguém optaria em querer se suicidar por um ato singular, mas sim por uma ação da sociedade para consigo. Na atualidade, podemos comparar tal teoria com o "bullying", principalmente entre os jovens, tal ato tem sido cada vez mais comum devido ao *bullying* que a sociedade lhes submetem.

A explicação proposta por Durkheim afasta as explicações psicológicas e suas características psicopatológicas da compreensão das taxas de suicídio para explicá-la e compreendê-la como social, ou seja, sai das predisposições psicológicas para explicá-las pelas determinações sociais propostas pelo seu método e não pelo determinismo em si. O que Durkheim está propondo com isto é a elaboração de uma teoria e de um método que vise explicar os fenômenos sociais, ou seja, entender estes fenômenos como Fato Social.

Vejamos de forma mais simples e resumida, os motivos para a

maioria dos suicídios no mundo não se trata da simples vontade do indivíduo, mas sim a grande influência da sociedade, sendo de maneira direta ou indireta.

De maneira indireta, onde o cidadão pai de família perde seu emprego devido a um problema global na economia, e durante meses a fio, em uma busca árdua e incessante, ele não obtém o êxito, e começa ver em casa seus 3 filhos e esposa reclamarem e começarem a passar necessidades básicas inclusive a fome, doença e a simples vontade de comprar um brinquedo que o filho do vizinho tem e ele não. Nasce dentro dele e cresce gradativamente o desejo de que aquilo acabe, e acabe logo, e qual a forma mais rápida desta situação? A morte. Temos comprovada a teoria de que o suicídio foi motivada por causa externa, e não simplesmente por vontade própria.

Outro assunto que estampa muitas vezes os noticiários e capas de jornais e revistas, o BULLYING, dentro das escolas, e vejamos que não difere classe social. Esse virus social não difere pobre de rico, onde temos casos dentro das periferias assim como nos condomínios mais luxuosos das grandes cidades.

Neste artigo queremos demonstrar que isso já se tornou um problema social de tamanho catastrófico. Um estudo recém-publicado indicou que adolescentes entre 12 e 15 anos que sofrem bullying na escola apresentam risco até três vezes maior de tentar o suicídio. Agora, uma nova pesquisa fortalece a relação entre a prática violenta no ambiente escolar e o pensamento suicida.

Gostaríamos de trazer um exemplo de um caso publicado na jornal (Jornal Folha Vitoria de 20 de fevereiro de 2012), para demonstrar a gravidade do que estamos falando, e reforçar ainda mais a teoria de Durkheim :

Miguel (nome fictício) menino de 12 anos de idade, filho de uma família de cinco pessoas, com dois irmãos. Estudante de escola pública do estado do Espírito Santo, na cidade de Vitória. Aluno do ensino fundamental, onde cursava o 5º ano. Vítima de bullying a três anos pelos seus colegas de escola. Segundo informações, o aluno Miguel sofria bullying desde os seus 9 anos de idade. Sua

mãe, nesse período, trocou o filho de classe e de horário para que não ocorresse mais o bullying, no entanto, a situação continuou três anos depois e o menino ainda vinha sofrendo bullying na escola. Segundo relatos, ele era humilhado, empurrado e ofendido em gênero sexual e aspectos físicos pelos alunos de sua classe. A mãe do menino tentou novamente fazer alguma coisa procurando mudá-lo de escola, mas só conseguiu fazer a alteração dos seus outros dois filhos e o Miguel ficou para trás. Quando os pais do menino tentaram fazer a troca de escola a secretaria de educação disponibilizou uma unidade escolar diferente para as crianças, fazendo com que o menino permanecesse estudando. No dia 17 de fevereiro de 2012, segundo relatos de um dos alunos da escola em que Miguel estudava, as crianças fizeram uma roda em seu redor e começaram a hostilizar o garoto, na sequência em que retornou para casa, o estudante se enforcou com o cinto de sua mãe. Após ser encontrado já desacordado pelo seu pai, que tentou lhe socorrer, o inevitável teria sido confirmado, o jovem garoto havia vindo a óbito. As informações sobre o caso foram divulgadas pelo jornal da cidade, o mesmo divulgou que antes de morrer, Miguel deixou uma carta pedindo desculpa pelo seu ato e questionado o porquê de ser alvo de tanta humilhação por seus colegas.

Um levantamento realizado pela UNICEFBRAZIL.ORG (2019), indica que na faixa etária de 11 a 16 anos, cerca de 17% dos adolescentes vítimas de bullying já consideraram que tirar a própria vida seja uma solução para fugir dos conflitos. Além disso, 78% afirmaram que o problema causa ansiedade e pode fazê-los perder noites de sono. Os novos dados ainda mostram que 57% das crianças já sofreram bullying em algum momento da vida escolar e 74% testemunharam alguém sendo intimidado.

Bullying é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro (s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do "comportamento bullying" (FANTE 2005,p. 28-29).

Aqui novamente temos a teoria de Émile Durkheim sendo comprovada, onde o Suicídio, não nasce da simples vontade do indivíduo mas sim da atuação da sociedade, sendo de maneira indireta, no caso do pai desempregado e desesperado para subsistir a família, ou sendo de maneira direta através do BULLYING nas escolas, conforme a história do jovem Miguel.

Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (Durkheim, 1995:39).

Weber, por sua vez, apresenta sua teoria voltada para análises e interpretações predominantemente nas ações. Diferente de Marx e Durkheim, Weber acredita que podemos interpretar o comportamento de um ser por suas ações, as quais mesmo pertencendo a uma infinidade de tipologias, podemos resumi-las em quatro grupos, descartando o sistema operário estrutural cujo próprio mecanismo impede que esse mesmo ser venha a mudar o seu destino.

Compare-se Durkheim e Weber, agora do ponto de vista do objeto de estudo sociológico. O primeiro defende a teoria que a Sociologia deve estudar os *atos sociais*, que precisam ser: gerais, exteriores e coercitivos, além de objetivos, para esta ser chamada corretamente de "ciência". Enquanto Weber defende a teoria da *ação social* que é dividida em tipologias.

Os tipos ideais servem como modelos e a partir deles a citada infinidade pode ser resumida em quatro ações fundamentais:

1. *Ação social racional com relação a fins*, na qual a ação é estritamente racional. Toma-se um fim e este é, então, racionalmente buscado.
2. *Ação social racional com relação a valores*, na qual não é o fim que orienta a ação, mas sim o valor, ainda que ético, religioso, político ou estético.
3. *Ação social afetiva*, em que a conduta é movida por sentimentos, tais como orgulho, vingança, loucura, paixão, inveja, medo, etc.
4. *Ação social tradicional*, que tem como fonte motivadora os costumes ou hábitos arraigados.

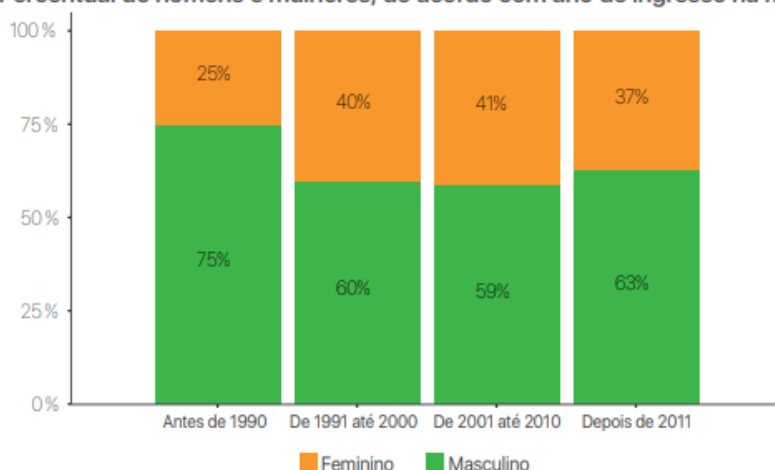
As Ciências Sociais possuem um papel essencial para compreender a importância das questões culturais e comportamentais dos indivíduos e

dos grupos para a sociedade. Com estudos em cima disso, é possível identificar problemas sociais, investigar e propor soluções que colaborem com o desenvolvimento das comunidades.

Na atualidade, podemos citar um ponto ainda característico abordado por Bourdieu, que seria a Dominação Masculina, cuja existência é justificada pelo fato do mundo social ter sido criado historicamente pela masculinidade, ou seja, é um mundo de submissão do ser feminino, vemos ainda hoje conforme levantamento pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2018, onde ainda a maioria dos juízes e os que atingem o maior posto nas carreiras são homens, assim podemos comprovar que uma teoria desenvolvida a

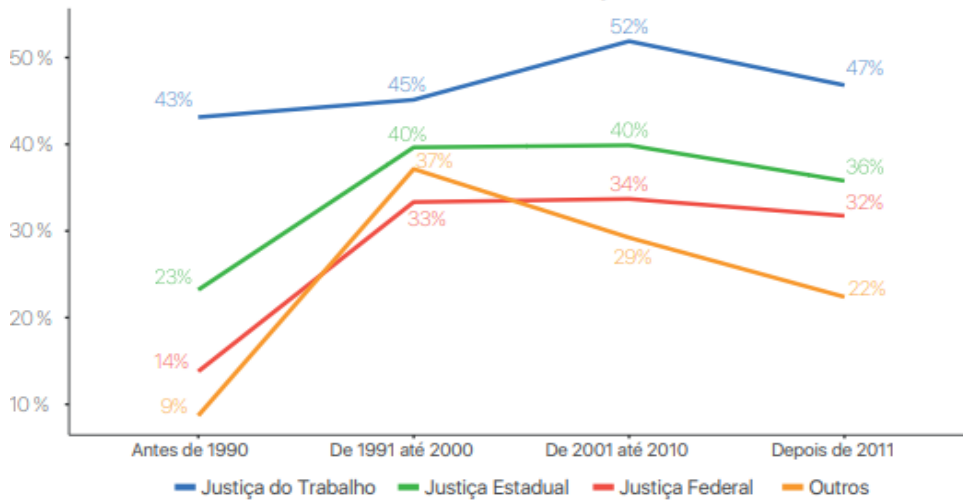
séculos passados por um cientista social, pouco compreendido e muitas vezes questionado como um fato dos dias atuais, conforme podemos ver nos gráficos abaixo:

Percentual de homens e mulheres, de acordo com ano de ingresso na magistratura



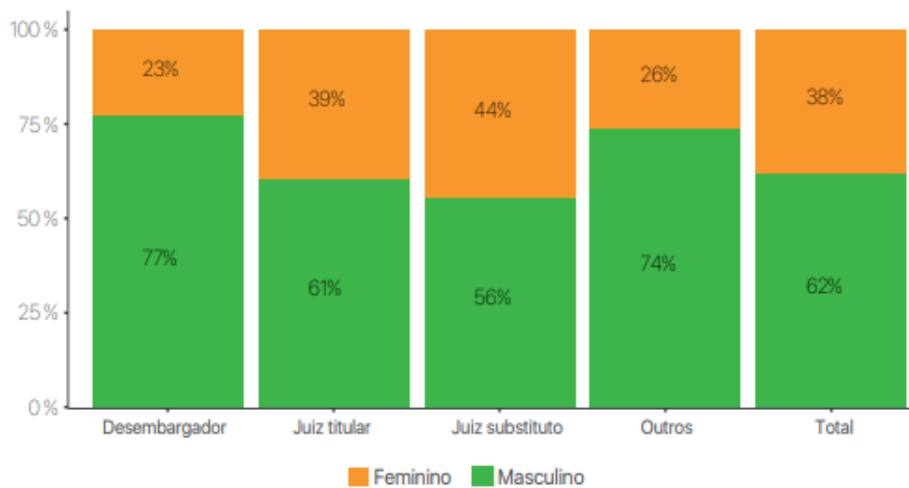
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Percentual de mulheres na magistratura, de acordo com período de ingresso na carreira e segmento de justiça



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Sexo de acordo com posição na carreira, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Outro ponto abordado é a desigualdade na distribuição de renda, que na visão de Karl Marx, que era muito mais economista do que mesmo sociólogo, deu uma contribuição muito grande ao estudo sociológico. A desigualdade social está atrelada necessariamente ao modo de produção capitalista que não é justo, não é igual. Possibilita um processo de desigualdade muito intenso. Então o modo de produção que visa o lucro, através do acúmulo de capital e da exploração de trabalho, na visão marxiana é uma visão que possibilita a gente a entender porque essa desigualdade se estabelece.

Uma questão muito atual da qual as ciências sociais devem tomar conhecimento, e que acreditamos que estudiosos dos campos sociais já estejam desenvolvendo estudos muito mais aprofundados, seria a questão do porque as cidades estão ficando cada vez mais populosas. Hoje a Sociologia faz análises e interpretações de fatos reais, e o fator populacional crescente, preocupa a população mundial, pois os alimentos no mundo, mesmo com o aumento da tecnologia a quantidade do consumo não vem acompanhando, a conta no momento fecha, mas o déficit vem aumentando e de maneira exponencial.

As Ciências Sociais vem para atuar neste tema e suscitar reflexões e debates sobre estes problemas, com o intuito de, além de gerar pensamentos também gerar soluções mesmo que nesse momento não sejam visíveis, mas buscando sempre alcançar algo que possa auxiliar a humanidade. Além de buscar a compreensão das causas e consequências do que ocorre no mundo busca rever e até mesmo antecipar eventos para as gerações seguintes ajudando a entender e procurar soluções que solucionem os males que estamos vendo e vivenciando.

É através da sociologia que o estudo científico das grandes instituições sociais e a relação do indivíduo com cada um estão sendo feitas. O lar e a família, a escola e a educação, a igreja e a religião, o estado e o governo, a indústria e o trabalho, a comunidade e a associação, são instituições por meio das quais a sociedade funciona. A sociologia estuda essas instituições e seu papel no desenvolvimento do indivíduo e sugere medidas adequadas para fortalecê-las, a fim de capacitá-las a servir melhor ao indivíduo.

Outro assunto que abordamos de forma bastante preliminar na nossa metodologia mas que deve ser aprofundado, e que sim, tem muito questão social envolvida é a guerra que existe hoje na europa ocidental que se iniciou como um problema de poder político, mas hoje mostra ao mundo um enorme problema social, de fome, desabrigados e de um êxodo enorme a países vizinhos, que também não vão saber lidar com o exponencial aumento populacional. Hoje já vemos a Polônia, pedindo

ajuda aos países do mundo para saber lidar com esse problema social gigantesco que vai impactar principalmente nas questões habitacionais e econômicas do país que ofereceu o exílio aos que conseguiram escapar desta terrível guerra. Concluindo nossa tese, ainda há teorias vigentes na atualidade, as mesmas criadas pelos cientistas sociais, em outras palavras, sociólogos, que mesmo após sofrerem uma metamorfose pelos pensadores contemporâneos, ainda impactam em nossa sociedade.

Além é claro, de evidenciar e elucidar a infinita guerra entre as teorias estruturais e de ações, nas quais sempre irão discordar uma da outra pelo simples fato da humanidade ser livre e ter discernimento para preferir seguir uma filosofia ou outra. Ainda que hajam sociólogos como Anselm Strauss e seu estudo voltado para criação de teorias que dessem respostas pertinentes com a utilização de uma metodologia que juntasse as análises da estrutura e da ação para o entendimento do mesmo objeto/problema ou Norbert Elias, que entra neste debate sociológico com a elaboração de uma sociologia das relações de poder visando superar o clássico debate sociológico entre estrutura e ação ao colocá-las lado a lado num processo de interação histórica.

CONCLUSÃO

Considerando todo levantamento bibliográfico, pesquisas e as discussões entre o nosso grupo, concluímos que embora datadas de séculos passados as teorias utilizadas pelos grandes nomes da sociologia, são ainda muito utilizadas nos dias de hoje.

Trouxemos exemplos onde as teorias são utilizadas para levantamento de problemas sociais e debatidas à exaustão em busca de um antídoto a um determinado problema levantado. A divisão de renda e o Bullying são teorias de Marx e Durkheim, que estão presencialmente em nossa sociedade até os dias de hoje, e que fazem cientistas, sociólogos e filósofos contemporâneos tentam achar um remédio para as doenças sociais da atualidade, mas pensadas pelos nossos teóricos do passado.

Já para Bourdieu, a dominação masculina no ambiente industrial e de trabalho em sua época, era muito maior e mais impactante, porém com a criação de grupos feministas e inclusivas revoluções realizadas pelas mulheres nos âmbitos sociais, essa diferença acabou por diminuir, ainda assim, não se extinguiu totalmente e que pelo que vimos não se concretizará pelo motivo de sermos, ainda, uma sociedade muito sexista.

Desta forma, se nosso artigo buscava responder se a sociologia é importante na nossa atualidade e se as teorias desenvolvidas pelos autores clássicos fazem sentido até hoje, a resposta é **sim**, bem fundamentado, porque os clássicos desenvolveram teorias que até hoje são estudadas por cientistas atuais, para descobrir o que fazer para rebater o que eles provaram com suas teorias. Entendemos que as teorias levantadas pelos clássicos vem se integrando a sociedade como o “mau”, e os pensadores da atualidade vem procurando de todas as formas o “bem”, rebatendo as teorias e tentando formar uma sociedade melhor de se viver.

Concluimos desta forma que mesmo que sendo usadas de forma a combater as teorias elas estão sim sendo utilizadas e muito em nossos tempos, as teorias criadas pelos sociólogos aqui por nós debatidos a exaustão, servem hoje para mostrar os erros da nossa sociedade e para que nós somos futuros profissionais da área possamos entender melhor e combater os maiores males que a nossa sociedade é atingida cotidianamente.

Ainda cabe frisar que mesmo os teóricos da ciência sociológica, discordavam entre si, porém nunca afirmando que esta ou a outra era a errada, da mesma forma nosso artigo visa apresentar um pouco da nossa visão sobre o tema, e de forma sucinta contribuir com nossos colegas.

REFERÊNCIAS

Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

FÉDI, Laurent. 2008. Comte. São Paulo: Estação Liberdade. (FANTE 2005)

GRANGE, Juliette. 1996. La philosophie d'Auguste Comte. Science, politique, religion. Paris : PUF.

Jornal Folha Vitoria de 20 de fevereiro de 2012

MIGUEL, L. F. 2000. Um ponto cego nas teorias da democracia : os meios de comunicação. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-77, 1º semestre.

ROSSI, P. 1996. Naufrágios sem espectador : a idéia de progresso. São Paulo : UNESP.

TISKI, Sérgio. 2007. A questão da moral em Augusto Comte. Londrina: UEL

Thompson, K. (1988). Augusto Comte. Los fundamentos de la Sociologia (pp. 19-27, 167-179).

TORRES, A. 1997. O léxico de Augusto Comte. Criptografia e filosofia. Rio de Janeiro. UNICEFBRAZIL.ORG (2019)

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.<<http://wikipedia.org/wiki/Positivismo>> 23 de set. de 2007.

WEBER, M. 1997. Economía y sociedad. Esbozo de una Sociología comprensiva. 2ª ed. Ciudad de México : Fondo de Cultura Económica.

**TEORIAS SOCIOLOGICAS DA EDUCAÇÃO: PENSAMENTOS
CLÁSSICOS DE MARX, DURKHEIM E WEBER**

Luís César Soares

Roberson da Rosa

Donizete José Almeida

Caio Bismarck S. Xavier

RESUMO

Educação, sistemas, políticas e processos educativos têm-se tornado questões centrais nas sociedades contemporâneas. A discussão implica uma reflexão sobre o próprio conceito de educação: na verdade, os debates contemporâneos neste âmbito podem já ser desvendados na tradição clássica. Nem todos os clássicos da Sociologia deram particular relevo às questões relacionadas à educação. Há três nomes incontornáveis neste domínio: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Embora Marx e Weber não se tenham debruçado explicitamente sobre os sistemas educativos e apenas tenham abordado a questão de modo ocasional, integrando uma teoria geral, Durkheim produziu uma série de documentos seminais da sociologia da educação. Ao longo de uma carreira acadêmica com mais de três décadas, muitos foram os textos, cursos e comunicações que gerou, alcançando reconhecimento não só como sociólogo mas também como ideólogo da pedagogia.

Palavras-chave: Sociologia da Educação; Teorias Sociológicas Clássicas; Karl Marx; Émile Durkheim; Max Weber.

1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa se baseia em três grandes pensadores da teoria clássica, na área sociológica educacional, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Embora Marx e Weber não tenham se aprofundado tanto no assunto como Durkheim sobre os sistemas educacionais sociológicos, este sim com uma carreira de mais de trinta anos alcançou reconhecimento sociológico e ideológico na área pedagógica.

2 METODOLOGIA

Nosso método de pesquisa foi o hipotético dedutivo, pesquisamos na plataforma da faculdade no material de apoio disposto aos alunos, que nos trouxe os resultados que procurávamos, onde pudemos analisar e assim descrever sobre o texto que indica, quais são as principais teorias sociológicas da educação.

As citações no trabalho foram feitas com textos de citação direta. Os autores estão acoplados na referência bibliográfica. A pesquisa foi feita pelo sistema bibliográfico exploratório.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação em Karl Marx

A sociologia materialista – histórica – dialética de Karl Marx (1818-1883) é a sociologia da luta de classes, a sociologia das relações de poder no seio das sociedades capitalistas, do estruturalismo sócio-económico-político. Em poucas palavras, digamos que o marxismo é a sociologia do conflito, isto é, do “antagonismo” (Aron, 1991: 181). As contradições da sociedade capitalista (nomeadamente, entre classes; entre forças e relações de produção; e entre progressão das riquezas e miséria crescente da maioria) conduzirão à crise revolucionária: a revolução do proletariado, feita pela maioria em benefício de todos. Na sequência (e em consequência) dessa revolução, ocorreu a supressão simultânea do capitalismo e das classes (Aron, 1991: 147).

A educação não é tema dominante na obra de Karl Marx. Neste campo, tal como em muitos outros, o enquadramento faz-se em relação ao seu desenvolvimento no processo histórico das sociedades: a concepção marxista de educação tem também por base o materialismo histórico.

A educação é uma forma de socialização, de integração dos indivíduos numa sociedade sem classes, no contexto do materialismo histórico. No modelo marxista infraestrutural – super-estrutural (dialético, de relação recíproca), a escola faz parte da superestrutura (tal como o

Estado ou a família, por exemplo) e a educação é assumidamente um elemento de manutenção da hierarquia social, de controle das classes dominantes sobre as classes dominadas, isto é, de dominação da burguesia sobre o proletariado. As ideologias que estabelecem as regras são as das classes dominantes, dos ideólogos – produtos típicos das universidades burguesas (Morrow e Torres, 1997: 25)

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. [Marx e Engels (1845-1846), *A Ideologia Alemã*].

As ideias passadas pela escola burguesa à classe operária, passadas ao proletariado por professores ao serviço da “reprodução” cultural-social (e, neste sentido, “o educador tem ele próprio de ser educado”), criam uma falsa consciência de classe. Para superar essa tensão, Marx apresenta várias propostas, dispersas por obras mais ou menos relevantes, ao longo dos anos. Em 1848, Karl Marx propôs um modelo de educação igualitário, para todos os indivíduos, no

propagandístico Manifesto do Partido Comunista. No segundo capítulo do texto, intitulado Proletários e Comunistas, Marx defende que uma das medidas “inevitáveis como meios de revolucionamento de todo o mundo” é a “Educação pública e gratuita de todas as crianças”. A educação, reivindicada como direito pela classe operária, institucionaliza-se como paradigma social. Caminha-se em direção à universalização (e à massificação) do ensino, em direção à educação de e para todos.

O modelo de educação preconizado por Marx é apresentado com maior detalhe no I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1866. O documento Instruções aos Delegados do Congresso da AIT define o que se entende por educação numa perspectiva marxista:

Por educação entendemos três coisas:

1. Educação intelectual;
2. Educação corporal, tal como é produzida pelos exercícios de ginástica e militar;
3. Educação tecnológica, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção e, ao mesmo tempo, iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos da indústria.

A divisão das crianças e dos adolescentes em três categorias, de 9 a 18 anos, deve compreender um curso graduado e progressivo para a sua educação intelectual, corporal e politécnica. Os custos destas escolas politécnicas devem ser em parte cobertos pela venda das suas próprias produções. (Marx, 1978: 223).

O trabalho é, em Marx, um princípio educativo. O homem total constitui-se a partir da articulação ensino – trabalho desde a infância, a partir de uma preparação politécnica para desenvolver o maior número possível de ocupações (Aron, 1991: 169). Na base deste processo de preparação do indivíduo encontra-se a tríade ‘educação intelectual’, ‘educação física’, ‘educação profissional’. Nas Minutas das Sessões do Conselho Geral da Associação Internacional de Trabalhadores, de 17 de

Agosto de 1869, podem ler-se algumas referências a este propósito: “o trabalho mental deve ser combinado com o corporal, com a ginástica, e a instrução tecnológica”; “a educação deve ser nacional sem ser governamental” [pública]; “por um lado, é preciso uma mudança das circunstâncias sociais para criar um adequado sistema de educação; por outro lado, é preciso um sistema de educação adequado para poder mudar as circunstâncias sociais” [dialética entre o social e o educativo, entre teoria e prática]. Como se depreende, esta é uma formação para a ação, de cariz político, laico e público: participativo, de construção de ‘melhores’ cidadãos. Mais educação equivale a mais liberdade (social). A educação tem por missão (histórica) a emancipação do homem, a sua libertação (práxis libertadora) que levará à construção de uma nova ordem social. O processo educativo deve ser entendido como o processo pelo qual os indivíduos produzem a sua existência (homem-cidadão, sujeito produtor do seu próprio processo histórico), numa perspectiva abrangente (em vários sentidos) e como meio de combate a uma alienação crescente, típica das sociedades capitalistas. A ideia de que a necessidade capitalista de uma força de trabalho mais flexível obriga à introdução da escolaridade básica pública e à constituição das escolas técnicas é também desenvolvida no primeiro volume da obra “O Capital”, publicada em três tomos entre 1867 e 1894. (Morrow e Torres, 1997: 25).

A formação/instrução do proletariado é a porta para o conhecimento, mas também a porta para a transformação da sociedade. Este é o carácter revolucionário da educação (Santos, 2005b); a evolução é sempre um produto revolucionário.

A implementação da educação politécnica-industrial é outro dos paradigmas educativos em análise e discussão desde Karl Marx.

A educação em Émile Durkheim

A sociologia estruturalista – funcionalista – sistémica de Émile Durkheim (1858-1917) é a sociologia da objetivação do social, da coisificação das relações sociais (Cruz, 1989: XI). Esta ciência autónoma e

empírica, assente na teoria do 'fato social', é a solução científica para decifrar o mundo. Em poucas palavras, digamos que é uma sociologia do consenso e da ordem, da coesão social, da moral (entendida como 'produto social'). Marx está para as relações de poder como Durkheim está para as relações de coesão social. A sociologia durkheimiana ensina o respeito pelas normas colectivas (Aron, 1991: 383).

A teoria da educação durkheimiana inspira-se na sua teoria sociológica geral. Durkheim interessou-se desde cedo pela educação enquanto objeto de estudo sociológico; pelo carácter social-histórico do fenómeno educativo; pelos métodos de educação de cada sociedade em determinado período histórico; pela forma como uma sociedade disciplina e integra através da educação; pela forma como favorece a realização dos seus membros. Foi o primeiro autor clássico a afirmar a educação como processo social, como fenómeno social, capaz de ser descrito, analisado e explicado sociologicamente (Sebastião, 2009: 23), como "função essencialmente social" (Durkheim, 2009: 61), como "coisa eminentemente social" (Durkheim, 2009: 94). Este clássico da pedagogia francesa, teórico fundador da sociologia da educação, considera que os fins da educação devem ser determinados pela sociologia. A sua teoria define a educação como 'bem' social.

A sociedade, considerada como meio, condiciona o sistema de educação. Todo o sistema de educação exprime uma sociedade, responde a exigências sociais, mas tem também por função perpetuar os valores da colectividade. A estrutura da sociedade, considerada como causa, determina a estrutura do sistema de educação, e este tem por fim ligar os indivíduos à coletividade e convencê-los a tomarem como objeto do seu respeito ou da sua dedicação a própria sociedade. (Aron, 1991: 374).

Tal como vimos na proposta educativa de Marx, também o modelo durkheimiano de ensino assenta na ideia de uma escolarização pública e laica [embora defenda que a educação deva ser submetida à ação do Estado, Durkheim não prevê a monopolização estatal do ensino: "o indivíduo é mais facilmente inovador do que o Estado" (Durkheim, 2009:

61)]. E, tal como no marxismo, está lhe subjacente uma teoria da 'reprodução'. Durkheim vê a transmissão do saber como modo de perpetuação da ordem social, de reprodução da organização social. A educação tem uma função social, colectiva. Uma sociedade predominantemente caracterizada pela solidariedade orgânica assenta na difusão de valores morais e na divisão do trabalho. A consolidação deste tipo de solidariedade passa pela difusão de uma educação secular e científica (Sebastião, 2009: 25), educação que contribui para a coesão social, através da inculcação moral e da qualificação e redistribuição dos indivíduos pela estrutura social (Sebastião, 2009: 28).

Como salienta Ortega, no texto *La Educación como Forma de Dominación: Una Interpretación de la Sociología de la Educación Durkheimiana*, "a escola configura-se como instituição total, envolvente, que possibilita a individualidade apenas enquanto esta é uma expressão de uma função social concreta, da posição ocupada dentro da divisão social do trabalho". (Ortega, 1999: 13).

A proposta educativa de Durkheim assenta na socialização progressiva das novas gerações como meio de preservar a ordem social (a pedagogia reproduz a organização social). Para que haja educação é, pois, necessário "termos em presença uma geração de adultos e uma geração de jovens, e uma acção exercida pelos primeiros sobre os segundos" (Durkheim, 2009: 49).

Pela leitura da sua definição (a "fórmula") de educação, a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente. (Durkheim, 2009: 53) deduzimos a ampliação do conceito: a educação é a ação exercida por pais e professores sobre a criança; é uma ação que ocorre ininterruptamente; é uma ação que constitui a criança como um ser individual (e, nesta abordagem, aproxima-se, em termos de colaboração teórica, à psicologia), mas

também como um ser social [Durkheim afirma a existência no indivíduo de dois seres, distintos embora separáveis apenas por abstração: o “ser individual” (estados mentais particulares) e o “ser social” (sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem o grupo ou grupos a que pertencemos)].

O fim da educação é constituir esse “ser social” (Durkheim, 2009: 53)]. A educação perpetua e reforça a homogeneidade [entre os seus membros] fixando com antecedência na alma da criança as similitudes que a vida colectiva exige” (Durkheim, 2009: 52). Ela “cria no homem um novo ser” (Durkheim, 2009: 54): o ser novo que a ação colectiva, por via da educação, edifica assim em cada um de nós, representa o que há de melhor em nós, o que há em nós de verdadeiramente humano. O homem, com efeito, só é um homem porque vive em sociedade. (Durkheim, 2009: 57).

A educação é um processo de socialização constante do indivíduo que tem por finalidade “fazer dele um ser verdadeiramente humano” (Durkheim, 2009: 59), um ser novo, assegurando, simultaneamente e em consequência, “entre os cidadãos uma comunhão de ideias e de sentimentos sem os quais qualquer sociedade é impossível” (Durkheim, 2009: 61). Há, portanto, uma dupla consequência: a progressão individual e a manutenção social. Na sociologia durkheimiana, entre ‘sociedade’ e ‘indivíduo’ não existe propriamente conflito; pelo contrário, sociedade e indivíduo são idéias inter-dependentes.

Do ponto de vista durkheimiano, o sistema educativo deve ser meritocrático (de expressão das capacidades individuais) embora reconheça o peso da “herança cega”: “mesmo que o percurso de uma criança não fosse, em grande parte, predeterminado por uma hereditariedade cega, a diversidade moral das profissões não deixaria de arrastar consigo uma grande diversidade pedagógica” (Durkheim, 2009: 50). Neste particular, como cada profissão é caracterizada por uma bateria de competências teórico práticas, “a partir de uma certa idade, [a educação] não poderá manter-se a mesma para todos os indivíduos aos

quais se aplica” (Durkheim, 2009: 97), o que nos leva, por um lado, à ideia de uma crescente divisão do trabalho social, e, por outro, à de uma crescente especialização: é a sociedade que, para poder subsistir, precisa que o trabalho se divida entre os seus membros, e de uma forma mais do que de outra. É por isso que prepara com as suas próprias mãos, pela via da educação, os trabalhadores especializados de que precisa. É pois por ela e através dela que a educação é tão diversificada. (Durkheim, 2009: 98).

O significado social do trabalho do educador também é abordado. O professor (laico) deve acreditar na “sua tarefa e na grandeza da sua tarefa” já que ele é “a voz de uma grande pessoa moral que o ultrapassa: é a sociedade. Da mesma forma que o padre é o intérprete do seu deus, ele é o intérprete das grandes idéias morais do seu tempo e do seu país” (Durkheim, 2009: 69).

Este ‘intérprete’ deve atender à individualidade que há em cada criança e deve procurar “favorecer” o seu desenvolvimento (interessante como também Marx abordou a questão, embora de forma absolutamente distinta, ao criticar a concepção burguesa de educação que, na sua perspectiva, não considera as crianças como seres concretos mas como seres abstratos). “Em vez de aplicar a todos, de uma forma invariável, a mesma regulamentação impessoal e uniforme, deverá, pelo contrário, diversificar os métodos segundo os temperamentos e as características próprias de cada inteligência. (...) Uma educação empírica, maquinal, não pode deixar de ser compreensiva e niveladora” (Durkheim, 2009: 84).

Durkheim distingue educação de pedagogia. A educação é a matéria da pedagogia; a pedagogia é a reflexão sobre factos da educação, é, por assim dizer, uma teoria prática. Na mesma linha conceptual, define práticas educativas como modalidades da relação entre gerações, que servem de objecto a uma ciência: a ciência da educação. “As práticas educativas não são factos isolados uns dos outros; mas, para uma mesma sociedade, estão ligados num mesmo sistema em que todas as partes contribuem para um mesmo fim: é o sistema de educação próprio de um

lugar e de um tempo” (Durkheim, 2009: 75). As aspirações (ideais) de uma sociedade, que variam consoante o momento histórico que atravessa, traduzem-se em doutrinas pedagógicas que dependem, também elas, do estado do ensino em cada momento. “Só a história do ensino e da pedagogia permite determinar os fins que a educação deve seguir em cada momento (...) o ideal pedagógico de uma época exprime antes de mais o estado da sociedade na época considerada” (Durkheim, 2009: 89).

A educação é assim, na teoria durkheimiana, um meio de auto-renovação das sociedades, o ‘cimento’ que une os indivíduos numa suficiente homogeneidade (afirmando-se, simultaneamente, a coexistência da diversidade) que assegura a manutenção, a coesão social. Para além da família, por exemplo, a escola é um dos pilares do processo de socialização do indivíduo, mas também uma das instituições mais poderosas de ‘combate’ à anomia ao dispor de uma sociedade. O seu papel (central) na integração sucessiva de cidadãos em dada comunidade está implicitamente relacionado com a sua centralidade enquanto motor (e reprodutor) de diferenciação social. Os fins da educação são sociais, os meios que emprega são sociais, as necessidades a que responde são sociais. Mas também morais: a educação é um pilar basilar da construção (e manutenção) de uma comunidade moral.

As propostas educativas – pedagógicas de Durkheim mantêm a atualidade há mais de um século como referencial teórico metodológico a nível de reflexividade social [isto é, de investigação das funções do sistema educativo e dos processos educativos, desenvolvida a um nível teórico e/ou empírico], ou de acção social, implicada no curso histórico das sociedades (particularmente na questão das políticas educativas, e em concreto da ‘educação para a cidadania).

A educação em Max Weber

A sociologia funcionalista – compreensiva – interpretativa – explicativa de Max Weber (1864-1920) é a sociologia da ação social

dotada de sentido e de significado subjetivo: o sentido é interativo porque tem significado social; é subjetivo porque individual. A sociologia de Weber é a “ciência que se propõe compreender interpretativamente a ação social, para deste modo a explicar causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos” (Cruz, 1989: 584) [a ação é o comportamento humano dotado de sentido subjetivo; a ação social é a ação onde o sentido se refere ao comportamento, à conduta, de outras pessoas. Há quatro tipos de ação – a ação racional relativamente a um fim, a ação racional relativamente a um valor, a ação afetiva, a ação tradicional – a que correspondem três tipos de dominação – racional, carismática, tradicional]. Em poucas palavras, digamos que a sociologia weberiana é a uma teoria (racionalista) da ação social dotada de intencionalidade significativa (Cruz, 1989: XII).

Ao contrário de Durkheim, que pretendia explicar ‘fatos sociais’, Weber procura captar, para depois compreender e interpretar, conexões de sentido (o conteúdo simbólico) nas ações dos indivíduos. O entendimento dos fenômenos sociais é possível pelo método compreensivo: compreender significa, sempre, apreensão interpretativa do sentido. Weber defende a utilização do “tipo ideal”, o centro da sua doutrina racionalista. O conceito de “tipo ideal” liga-se à noção de compreensão, ao processo de racionalização e à concepção analítica e parcial da causalidade (Aron, 1991: 495). São exemplos de tipos ideais o capitalismo, a democracia, a sociedade, a burocracia, a lei. Olhemos mais de perto o tipo ideal “burocracia”: é a organização permanente da cooperação entre numerosos indivíduos, exercendo cada um deles uma função especializada. O burocrata exerce uma profissão separada da vida familiar, desligada, como poderíamos dizer, da personalidade que lhe é própria. (Aron, 1991: 507).

Ao contrário de Marx, para Weber a característica mais evidente da sociedade capitalista é a racionalização burocrática. A estrutura social de

poder assenta em três tipos de ordem: a económica (que se exprime nas classes), a social (que se exprime no status) e a da luta pelo poder (que se exprime nos partidos).

Tal como em Karl Marx, a educação não é a temática dominante na obra de Max Weber. Na verdade, a sua influência nesta área data de finais dos anos 60, início dos anos 70 do século XX e pode sistematizar-se da seguinte forma: Weber trabalha um modelo implícito de reprodução no âmbito da teoria da burocracia, atribuindo ao Estado um papel de agente de uma racionalização societal global e de mediador de conflitos entre grupos sociais (Morrow e Torres, 1997: 27).

A proposta weberiana possibilita a compreensão da dinâmica (micro e macro) do fenómeno educativo, nomeadamente as suas relações/conexões com outras esferas do social (instituições e grupos, por exemplo). A educação, relação associativa (como qualquer relação social), modo de preparação dos homens para a vida social, é para Weber (tal como para Karl Marx) um mecanismo que contribui para a manutenção de uma situação de dominação de um grupo em relação a outro (na perspectiva weberiana, seja a dominação racional, carismática ou tradicional). Os exames nas universidades são exemplo dessa dominação (“obediência”).

Mas vai mais longe: segundo Weber, a ambivalência dos exames traduz-se, por um lado, na seleção de indivíduos de classes sociais privilegiadas que vêm a ocupar posições privilegiadas na sociedade: por outro, esse sistema pode resultar na constituição (e reprodução) de uma ‘casta’ privilegiada. O diploma, símbolo de prestígio social, ao mesmo tempo que certifica a especialização dos indivíduos (“peritos”), abre portas à obtenção de vantagens (económicas e sociais, por exemplo) pelo ingresso nas instituições públicas e privadas e pela ocupação de cargos nessas estruturas (burocráticas). A selecção social é um elemento permanente na sociedade e a educação contribui para essa selecção social, favorecendo o êxito individual. O diploma é um critério de selecção social. A educação é, portanto, fator de estratificação social.

A escola é palco de relações de poder, logo de dominação (combina a dominação tradicional com a burocrática). No centro da proposta weberiana está a identificação de três tipos de educação: a carismática; a humanista (“de cultivo”); a racional-burocrática (especializada). Historicamente, os dois pólos opostos no campo das finalidades educacionais são: despertar o carisma, isto é, qualidades heróicas ou dons mágicos; e transmitir o conhecimento especializado. O primeiro tipo corresponde à estrutura carismática do domínio; o segundo corresponde à estrutura (moderna) de domínio, racional e burocrático. Os dois tipos não se opõem, sem ter conexões ou transições entre si.

O herói guerreiro ou o mágico também necessita de treino especial, e o funcionário especializado em geral não é preparado exclusivamente para o conhecimento. São porém pólos opostos dos tipos de educação e formam contrastes mais radicais. Entre eles estão aqueles tipos que pretendem preparar o aluno para a conduta da vida, seja de carácter mundano ou religioso. (Weber, 1971: 482).

Os três tipos de dominação correspondem aos três tipos de educação, sendo que cada um deles é mais ou menos valorizado pelas instituições burocráticas políticas-económicas-sociais em determinada época: a dominação carismática corresponde à educação de carisma, sendo identificada com a antiguidade; a dominação tradicional prende-se com a educação humanista (do “homem culto”), sendo característica do patriarcalismo; a dominação racional relaciona-se com uma educação racional burocrática (“do especialista”) e encontra-se subjacente ao capitalismo. As instâncias dominantes em cada período histórico participam na definição das finalidades da educação.

Como sabemos, o capitalismo é, para Weber, a forma mais elevada de racionalização. Numa sociedade capitalista-racional burocrática, os indivíduos distinguem-se pelas suas qualificações (havendo necessidade de “funcionários especializados”, “profissionalmente mais informados”): a educação é o elemento que contribui para a selecção social, é um dos recursos possíveis para se manter – ou melhorar – o

status (e quanto mais reduzido for o grupo, maior o prestígio social dos seus membros). Também para Weber, tal como para Durkheim, a educação é um processo de socialização permanente, constante (que, para além da escola, se consubstancia igualmente na família), de reprodução e manutenção social.

A actualidade do pensamento weberiano é por demais evidente: está presente no crescente processo de burocratização das sociedades (e das instituições, dos processos e dos sistemas educativos), está presente na necessidade de especialização (nomeadamente tecnológica, tendo no horizonte a sociedade 'da informação' ou 'do conhecimento'), está presente na diversificação de formas de educação (traduzida em currículos e políticas educativas renovadas a grande rotação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No pensamento marxista, a educação é um espaço de reprodução ideológica dos interesses da classe dominante (a burguesia); em Durkheim, a educação é vista como instituição integradora essencial à ordem social; na perspectiva weberiana, a educação é fonte de um novo princípio de controle, enquanto racionalidade instrumental de dominação burocrática (Morrow e Torres, 1997: 24). Se em Marx a educação pode oprimir ou emancipar o indivíduo (no sentido de "libertação"); em Durkheim, a educação é o mecanismo pelo qual ele se torna membro de uma sociedade (se torna "um ser novo"). Weber vai mais longe: a educação é factor de selecção e de estratificação sociais. Marx e Durkheim centraram-se no poder das forças externas ao indivíduo; Weber centrou-se na capacidade de ação do indivíduo sobre o exterior.

Margaret Archer, no texto *The sociology of educational systems*, sintetiza, numa lógica comparativa, o pensamento dos três clássicos: os três autores partilham uma orientação comum, apesar das suas diferentes abordagens teóricas. Em primeiro lugar, unanimemente trataram a educação como instituição social macroscópica, e não como um amontoado de organizações (escolas, faculdades, universidades) ou como

um conjunto de coletividades (professores, alunos e diretores), nem como um aglomerado de propriedades separadas (inputs, process, outputs).

Em segundo lugar, Marx, Weber e Durkheim colocaram firmemente a instituição educacional na estrutura social mais ampla e propuseram problemas interessantes sobre a sua relação com outras instituições sociais (economia, burocracia e ação política, respectivamente). Em terceiro lugar, todos os três perceberam que a posição da educação na estrutura social e sua relação com outras instituições eram a chave para compreender a dinâmica da mudança educacional. Embora somente Durkheim tenha teorizado profundamente sobre os reais mecanismos de desenvolvimento educacional, nenhum deles deixou dúvidas de que esta deveria ser uma parte integrante das suas macroteorias – para Marx, a mudança educacional nasceu do jogo dialético entre infra-estrutura e superestrutura; para Weber, ela estava associada à dinâmica de burocratização, embora esta ligação estivesse ‘escondida em algum ponto decisivo’; para Durkheim, ela estaria, e deveria estar, unida à acção política e, deste modo, ao desenvolvimento de uma sociedade orgânica integrada e normativa. (Archer, 1980: 234).

Evidentemente, o pensamento dos clássicos condiciona, enquanto pilar seminal reflexivo, o pensamento dos contemporâneos. Há algumas correlações lógicas (embora não exaustivas): a que une Marx a Althusser, Establet e Baudelot, Bourdieu e Passeron, Dahrendorf; a que une Durkheim a Parsons, Merton ou Basil Bernstein, mas também Lévi-Strauss, Saussure, Barthes; a que une Weber a Parsons, Bourdieu e Passeron, Boudon. Só a partir da leitura das teorias clássicas da sociologia se poderá chegar a um entendimento mínimo do que foi (e do que é) “pensar a educação”.

REFERÊNCIA

Archer, M. (1980). “The sociology of educational systems” in T. Bottomore., S. Nowak, & M. Sokolowska, *Sociology of the State of Art*. London: Sage Publications.

Aron, R. (1991). *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Cruz, M. B. (1989). *Teorias Sociológicas – Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Durkheim, E. (2009). *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Marx, K. (1978). *Crítica da Educação e do Ensino*. Lisboa: Moraes.

Morrow, R. A., & Torres, C. A. (1997). *Teoria Social e Educação: Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural*. Porto: Edições Afrontamento.

Ortega, F. (1999). "La educación como forma de dominación: una interpretación de la sociología de la educación durkheimiana" in M. F. Enguita, *Sociología de la Educación*. Barcelona: Ariel.

Santos, B. S. (2005a). "A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade" in *Educação, Sociedade & Culturas*, No 23, 137-202.

Santos, R. (2005b). "Considerações sobre a educação na perspectiva marxista" in *Espaço Académico*, No 44, Ano IV, ISSN 1519-6186.

Sebastião, J. (2009). *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajectórias Escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Weber, M. (1971). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

AS DIVERSAS CARACTERÍSTICAS DAS CARTAS E AS CARTAS NO SISTEMA PRISIONAL

Cleber de Camargo Azevedo
Renan Alan Canteri
Peterson da Mota Cordeiro
Marckyrios Roberto Paludo
Izanio de Oliveira de Souza Guitierre Silva
Hozana Barros dos A. A. Mayrink

RESUMO

Há vários tipos de cartas, destacam-se nas mais usadas, apresentando as características, formalidades e suas tipologias. Focando no sistema prisional, as dificuldades que alguns detentos têm em escrever e ler, por muitas vezes sua escolaridade ser extremamente baixa, isso não significa que são analfabetos, mas sim semianalfabetos. Muitos conseguem escrever com dificuldades e detém de uma caligrafia que dificulta o seu entendimento, trazendo a vergonha de escrever uma carta para sua família, e a dificuldade para a leitura e compreensão destas, assim com o problema identificado, procuramos a solução desta e descrevemos neste artigo de forma bem simples e clara, sendo um projeto-piloto integrando a pedagogia e o serviço social, a pedagogia com a orientação entre a escrita das cartas e leituras das mesmas para o detento e o serviço social com a aproximação do detento para com a família, fazendo este não perder o contato com a mesma, claro que existem casos e casos, contudo não podemos fazer distinções, as cartas depois de escritas deve passar por uma censura do sistema prisional, onde estes leem a carta para a verificação do conteúdo, impedindo ameaças, chantagens, abusos psicológicos, pagamentos e compras suspeitas, entre outros. Com toda essa censura que as cartas devem passar, elas demoram para ser enviadas pois há a demanda de funcionários para este serviço específico, existe o número de cartas escritas e o número de detentos em cada unidade, como elas são chamadas de cartas sociais tem a demora do próprio correio, pois estas não vão com selos de alto valor ou de determinado peso, isso faz com que as correspondências demorem em média três meses entre o envio e o recebimento do destinatário e entorno de vinte dias para o retorno de uma resposta, verificado a discrepância do tempo é que o retorno são de cartas registradas, sedex, seladas com selos de valor bem superior aos de envio, e nem todos os detentos acabam tendo um retorno de sua família pois alguns não sabem o endereço correto ou até a família não se importa com este que está em sua unidade prisional. Neste artigo foi descrito a metodologia usada, as características, métodos de escrita, preenchimento de envio. Foi diagnosticado um problema e sua solução como sendo um projeto-piloto a ser implantado nas diversas unidades prisionais. Existem, então, várias formas, tipos,

gêneros de cartas e a chamada expressivamente como “chorona” deve ter um controle e podendo ter um projeto para que elas sejam escritas de melhor forma e que passem pela censura existente.

Palavras-chave: Cartas; Gênero; Projeto-piloto; Unidade Prisional.

1 INTRODUÇÃO

Falaremos mais nos tipos de carta ditas como: precatória/rogatória, registrada, demissional, recomendativa, a considerada de habilitação e a recebida no sistema prisional. Esta última será dada uma abordagem mais específica, mais detalhada.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado com tipo exploratório hipotético - dedutivo, a partir de pesquisa bibliográfica disponibilizado no material de apoio da fase 2, e artigos disponíveis na biblioteca virtual Pearson, para descrever o que é uma carta, a maneira correta de escrever, os vícios que temos em escrever, as dificuldades no sistema prisional.

O método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento.

O trabalho foi feito a partir de pesquisa bibliográfica (CERVO et al., 2007), usando revistas científicas, artigos eletrônicos nos assuntos, referente a perguntas feitas pelo docente.

Para Marconi e Lakatos (2003), a metodologia nasce da concepção sobre o que pode ser realizado e a partir da “tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como lógico, racional, eficiente e eficaz”. Consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características.

Para Gil (1999, apud Marconi e Lakatos, 2003), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento.

Para Marconi e Lakatos (2003), por meio do teste piloto, pode ocorrer: estimativa dos resultados, alteração das hipóteses, modificação das variáveis, como também a relação entre as mesmas; desta forma, oferecendo maior segurança e precisão para o desenvolvimento da pesquisa.

O tipo é exploratório usando o método de pesquisa hipotético – dedutivo.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 As cartas

Para ser considerado carta esta deve apresentar algumas características. Elas devem conter obrigatoriamente um assunto, uma quantidade maior do que 50 palavras ou imagem (ns) que represente algo ao receptor, um remetente identificável por quem for recebê-lo. O contrário disso é considerado um recado, quando não há identificação do remetente; ou um bilhete, quando a quantidade de palavras é inferior a 50 palavras.

Motta (2013) diz que a carta deve conter em seu corpo textual e técnica para envio os seguintes:

- Um assunto da carta, que deve ser apresentado em parágrafos e de forma clara, concisa e objetiva.
- Em média, uma carta tem três parágrafos:
 - a) informação inicial (apresentação do tema);
 - b) desenvolvimento do tema;
 - c) conclusão.
- O corpo da carta fica entre o vocativo e a despedida ou fecho.
- Código de Endereçamento Postal (CEP).

As cartas podem ser entregues de diversas formas, tendo todas que ser com o objeto físico:

- Pessoalmente ou por terceiros. ambos sem contato físico com o receptor;
- pessoalmente ou por terceiros, ambos diretamente em mãos do receptor;
- por correspondência;
- por animais adestrados;
- postumamente através de testamenteiro.

A carta pode ser escrita em qualquer tipo de papel e usar qualquer tipo de tinta. Pode ser envelopado, dobrado, confidencial, e outros tipos. Há diversas formas de escrever e se enviar uma carta, o que deve ser levado em conta é ela ser reconhecível e decifrável, tanto por quem recebe quanto por quem for entregar.

Sobre o CEP (Código de Endereço Postal) para que possam ser enviadas cartas por meio de correspondência enviada por terceiros, Motta (2013) diz:

O número do código de endereçamento postal é padronizado para todo o país. Ele é composto de cinco dígitos + hífen + três dígitos. Seus números não devem ser lidos por inteiro, motivo pelo qual não se deve colocar ponto separando milhares (caso haja qualquer ponto, ou vírgula, ou outro sinal, a leitora óptica dos Correios rejeitará a leitura). A maioria das grandes cidades já está codificada por ruas. Na cidade de São Paulo você pode encontrar CEPs inclusive para alguns prédios. Quando a sua carta for endereçada para caixa postal, procure o CEP correspondente (lembre-se de que você não colocará o endereço: rua, número e bairro). (Motta, 2013, p. 48)

Existem vários tipos de cartas em relação a escrita, podendo ser ela formal ou informal. As cartas informativas, as românticas, as emotivas, as de pedidos, a para autorizações, as de recomendações, de suplicas, as mistas, e diversas outras.

Algumas observações sobre os tipos textuais:

Apresenta-se os gêneros textuais, não confundindo com a expressão "tipo de texto", pois ela é equivocadamente empregada quando, por exemplo, você escreve uma carta pessoal. Ao escrever, por

exemplo, algo para sua mãe o gênero textual é pessoal. Existem diversos tipos de gêneros textuais como vistos escritos em "editorial, horóscopo/receita médica, bula de remédio, poema, piada, conversaçoão casual, entrevista jornalística, artigo científico, resumo de um artigo, prefácio de um livro". (MARCUSCHI).

"Veja-se o caso da carta pessoal, que pode conter uma sequência narrativa (conta uma historinha), uma argumentação (argumenta em função de algo), uma descrição (descreve uma situação) e assim por diante". (MARCUSCHI, p. 23).

Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto. O segredo da coesão textual está precisamente na habilidade demonstrada em fazer essa "costura" das sequências tipológicas como uma armação de base, ou seja, uma malha infraestrutural do texto.

Quando se nomeia um certo texto como "narrativo", "descritivo" ou "argumentativo", não se está nomeando o gênero e sim o predomínio de um tipo de sequência de base.

Não tem como falar em carta sem abordar sobre o e-mail, pois a palavra inglesa "mail" significa em português "correspondência" ou "correio". E o "e" que antecede o hífen simboliza "eletronic", ou seja, "eletrônico". Sendo assim, e-mail é o correio eletrônico. São somente três as diferenças entre o envio de uma carta por correspondência e por e-mail, são elas:

- Envio e recebimento imediato sem contato físico;
- utilização de meio virtual, eletrônico, com uso de internet, endereço em site (o "@" - arroba);
- podendo conter cópia (s) entregues instantaneamente e idênticas.

A "carta" de direção, ou seja, a habilitação para dirigir, a CNH (Carteira Nacional de Habilitação), é um termo antigo usado para designar

a carteira de habilitação, pois estas eram entregues envelopados no órgão

competente, mas não é considerado carta, só levou esse conceito histórico.

A carta registrada simplesmente é o cadastro com termo de recebimento e posteriormente de entrega desta por um órgão competente que se responsabilizará por entregá-la ao destinatário ou um responsável próximo a este, podendo ser um familiar, cônjuge, amigo, ou outro, desde que este resida ou esteja no endereço de destino da carta. Com a evolução no meio virtual agora podemos acompanhar o passo a passo desde o recebimento da carta pelo órgão de envio de correspondência até a entrega desta a um responsável ou o próprio destinatário, por meio de um site deste órgão. No Brasil o mais comum e mais utilizado é o sistema governamental chamado de Correios.

A carta de demissão normalmente contém os dados de quem está sendo demitido, os motivos para essa atitude, os direitos que este possui em relação a empresa após esta decisão e os dados do responsável pela demissão. É mais utilizado este tipo de carta por médias e macro empresas, e por empregadores que contratam o indivíduo e assinando sua carteira de trabalho.

A carta de recomendação, vinculada a partir da entrega da carta de demissão, não é obrigatória ser feita por quem demitiu, é pedida pelo então ex-empregado contendo elogios ressaltando suas qualidades como pessoa e funções desempenhadas relativas ao seu trabalho feito para o empregador. Contém a mesma forma de estrutura da carta de demissão, com exceção de não ser inserido o motivo pela demissão e acrescido pela identificação do local de trabalho e uma forma de entrar em contato para mais informações sobre estes. O então ex-empregado usa esse tipo de carta para tentar acrescentar a seu currículo na busca de um novo emprego, apresentando-a a quem for fazer a entrevista de emprego e/ou empregador responsável pelo recebimento da carta.

A carta precatória é qualquer carta formal contendo alguma execução de direito dentro do próprio país. Para fora do país o termo é carta rogatória, mas serve para o mesmo fim. Ouvimos na mídia a

utilização deste tipo de carta pelos ministros e juízes, É uma ação de um juiz de uma comarca\ ou estado para outro. A carta rogatória cabe somente aos ministros do Supremo Tribunal de Justiça (STF) enviado a órgãos competentes de outro país. Infelizmente é utilizado por alguns de forma a atrasar o processo criminal ou para prejudicar um réu que tenha algum tipo de desavença com o juiz ou conhecido íntimo deste.

Voltando ao tema sobre "linguagem", temos a utilização em expressão na forma de gíria a palavra "chorona" para designar o recebimento de carta por meio externo no sistema prisional.

As cartas pessoais e que são afetivas são muito importantes no sistema prisional, pois elas são uma das únicas formas de estabelecer contato com o meio externo com um familiar, um amigo, um cônjuge, etc; que informem situações do que está acontecendo com eles e com o processo jurídico, por exemplo.

Essas "choronas" passam por uma censura dentro da unidade penal, a inviolabilidade da correspondência não cabe aqui, pois como diz em seu próprio artigo na Constituição Federal, essas cartas podem ser verificadas pois podem conter conteúdo que pode ser usado no processo penal. Então, para que isso não aconteça e essa chorona seja "barrada" na censura ou levada para delegacia como suspeito, não devem conter algumas coisas tipo, ameaças, pagamentos e compras suspeitas, incitação ao crime, chantagens, apologia ao crime, palavras racistas, e outros.

Normalmente essas cartas (choronas) possuem perguntas de "como está você?", identificando a data de envio, a pessoa que está escrevendo, uma despedida carinhosa, e em alguns casos pode ser motivo ou forma de comunicação para um término de relacionamento.

Para enviar uma "chorona" deve ser colocado a carta envelopada e não fechada em local específico para que o serviço social da unidade penal possa encaminhar à censura e assim esta seja selada (se não possuiu selo), fechada e enviada. Normalmente demora entre um a três meses para que essa carta chegue ao destinatário e, se não for por carta registrada, de quinze dias a dois meses para chegar até o sistema

prisional e entregue ao preso, e se for registrada entre três e quinze dias.

Para que as cartas não sejam escritas com erros e sem coesão, um projeto-piloto está sendo implantado e pensado na melhor forma para que seja colocado funcionários ou próprios presos qualificados, para que auxiliem a escrita dessas cartas no setor pedagógico do sistema prisional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas possuem papel importante de comunicação desde os tempos mais antigos, existindo vários tipos textuais, de formatação, de gênero, e, mesmo em desuso na atualidade, ela é ainda usada muito entre o sistema prisional e o meio exterior.

Concluimos que existem diversas tipologias de cartas, mas analisamos uma em especial que são as cartas do sistema prisional, e as dificuldades encontradas. Mas não adianta focarmos só no problema, assim identificamos essa questão, e trabalhamos para a solução deste, para que a falta de comunicação entre o detento e a família não se perca através do tempo que ele permanecerá no sistema prisional.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado L. et al. **Metodologia Científica**. Editora Pearson, 6ª edição. São Paulo/SP. 167p. 2007.

BARROS, Isabela Pereira. **À redação do diário – uma análise das cartas dos leitores do Diário de S. Paulo**. São Paulo/SP. 2009.

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. **Cartas do cárcere: horizontes de resistência política**. 2019.

HORTA, Nicole Marinho et al. **Carta: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação**. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação. 16p. 2018.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. Editora Atlas, 5ª ed. São Paulo/SP. 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definições e funcionalidade**.

MOTTA, Katya Maia. **Redação técnica**. Instituto Monitor, 5ª Ed.. 146 p. 2013.

PINTON, Francieli Matzenbacher; GONÇALVES, Cristiane. **Análise crítica do gênero carta do leitor no jornal gaúcho Zero Hora**. Revista Letras Raras. 2019.

PONCIANO, Julio Cesar. **Cartas na prisão: narrativa e alteridade**. 159p. 2007.

HABEAS CORPUS: UMA PERSPECTIVA DE DETENTAS MÃES E GESTANTES

Jenifer Paloma Markoski Mariano
Hozana Barros dos A. A. M. Mayrink

RESUMO

Este trabalho terá como tema principal, habeas corpus no sistema prisional penitenciário feminino, terá como objetivo falar especificadamente sobre as detentas mães e gestantes. Inicialmente iremos falar sobre a influência do feminismo junto a criminologia, onde permitiu visibilidade a mulher no sistema prisional, onde são muito julgadas por aspectos morais, que muitas das vezes acabam dando punições que não estão de acordo com crime cometido pois são punições mais severas. Irá abordar também mulheres que atuaram no crime de tráfico de drogas, falaremos sobre a lei 13.257\06 que mesmo dando o direito de prisão domiciliar, mas diante do sistema penal androcêntrico e classista não obteve resultados que seriam eficazes. Em outro sentido, a tese original de habeas corpus, que após retirar a natureza hedionda do tráfico, sobre o recorte de gênero, contribuiu para o desimpedimento do sistema penitenciário feminino.

Palavras-chave: Habeas Corpus, Detentas mães e Gestantes, Criminologia Feminista, Prisão Domiciliar.

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1960 a mulher finalmente passou a ser objeto de análise criminológica, essencial para a problematizar a invisibilidade feminina a elas aplicadas por meio de Criminologia Feminista no que questiona o papel da mulher na sociedade.

É uma realidade a superlotação dos presídios e cadeia pública, tanto masculinos quanto femininos, por falta de infraestruturas básicas que as carceragens brasileiras estão sujeitas, pois não possui qualquer conjuntura para abrigar detentas gestantes ou mães de menores com até doze anos incompletos que precisam de cuidados com seus filhos em tais ambientes.

A preocupação surge com a efetivação dos direitos básicos para as detentas e seus filhos menores, que teve como objetivo a impetração do Habeas Corpus coletivo nv143.641, o pedido de concessão da prisão

domiciliar para as detentas gestantes ou mães de menores de doze anos incompleto em substituição á prisão preventiva. Com o julgamento do Habeas Corpus coletivo n 143.641, pelo Supremo Tribunal Federal, impactou na concessão da prisão domiciliar em substituição á prisão preventiva de detentas gestantes ou mães de menores de até doze anos incompleto, á luz da legislação processual penal pátria e da lei 13.257\16 conhecida como Estatuto da Primeira Infância.

Sobre as instituições prisionais e mulheres grávidas ou com filhos pequenos, esse tema tão intrigante que surge questionamentos e dúvidas nas mais variadas áreas, uma realidade bastante difícil de discutir e modificar a vivência por estas mulheres. Atualmente tem a possibilidade a partir do Habeas corpus 143.641, pedir a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar ou concessão de liberdade provisória, essa medida vai ser mediante ao crime praticado, as exceções são em casos de grave ameaça ou em situações de violência como latrocínio, homicídio.

Sob uma perspectiva de gênero, voltado para a realidade das detentas mães e gestante analisa o impacto do habeas corpus 118.533\16 que compõem a maioria das detentas dos estabelecimentos prisionais femininas, sendo mais da metade condenada pelo crime de tráfico de drogas privilegiados.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho se utiliza da pesquisa qualitativa e dedutiva, com o método bibliográfica e revisão de dados, visto que se destina ao aprofundamento de institutos jurídicos aplicados a relações sociais, a Doutrina sobre Criminologia Feminista foi elemento fundamental para o desenvolvimento do tema.

Caracteriza-se, ainda, como uma pesquisa exploratória, que busca analisar o tema a partir do conhecimento já existente sobre ele, a utilização de dados primários e secundários buscados através de livros, periódicos, jornais, teses, artigos, bem como, a legislação pertinente,

Constituição Federal, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e legislação pátria, Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Lei prevê novas possibilidades de concessão de prisão domiciliar, no entanto, diante da possibilidade de uma análise subjetiva pelo juiz da execução, acaba se mostrando ineficiente quanto à desobstrução dos estabelecimentos femininos.

A decisão do Supremo apresentou um impacto muito maior no sistema criminal, uma vez que reconheceu a não hediondez do tráfico privilegiado a partir de uma análise estrutural da invisibilidade das mulheres no sistema punitivo, o instituto do encarceramento domiciliar é predominantemente previsto como medida cautelar ao redor do mundo, seja em substituição à prisão preventiva previamente decretada, como é conjecturado no ordenamento jurídico pátrio, ou mesmo enquanto medida alternativa àquele tipo de prisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRESAS MÃES E GESTANTES

O Habeas Corpus é solicitado pois busca assegurar uma qualidade de vida melhor para a grávida e o feto, pois as penitenciárias femininas estão em estados muito precário, onde se quer há condições de abrigar uma pessoa comum quem dirá uma gestante. A lei 13.257\16 foi ampliada apenas para as gestantes que estivessem no sétimo mês de gestação ou que estivesse em uma gestação de risco.

No artigo 318 do processo penal, o legislador da o direito da condição pessoal da gestante de deixa o sistema prisional ou prisão preventiva para ter o direito da prisão domiciliar cautelar, para que esse benefício seja concedido é necessário a comprovação da gestação, sem que seja necessário a mulher está em uma gravidez de risco ou mesmo em que período gestacional se encontra.

Continuando o entendimento da lei 13.257\16 do artigo 318 do código penal, da o direito da mãe e do filho menor de até 12 anos, a mãe

tem como permissão da prisão domiciliar na medida cautelar deixando assim a prisão preventiva. Em alguns casos, as atenções são mais voltadas aos cuidados que as crianças nesta idade necessitam, principalmente os bebês, ao exemplo do artigo 318 do código do processo penal, que dá o direito da mãe sair em prisão domiciliar se seu filho é portador de alguma deficiência, e a criança teria que ter menos de 6 anos.

Diante de tudo isso, as detentas mães ou gestantes enfrentam grandes desafios, mais o pior desafio é o abandono de seus familiares e do seu parceiro, o abandono dos familiares muitas das vezes são comuns pois eles sentem vergonha de ter um parente preso, muitas das vezes as mães não querem que seus filhos venham na visita por conta dos constrangimentos que as crianças tem que passar, que por sua vez cresce sem ver a mãe, que para eles as vezes é um triste abandono.

Devido a esse abandono muitas detentas acabam perdendo a guarda de seus filhos que raramente ficam a cargo do pai, a desigualdade é bem nítida pois "a guarda da maioria dos filhos de homens presos é assumida por suas companheiras (86,9%), ao passo que apenas (19,5%) dos filhos de presidiária ficam a cargo de seus companheiros". Como já dizia são raros os casos em que o pai fica com o filho, que as vezes os menores são encaminhados para seus parentes mais próximos ou como acontece na maioria das vão para o abrigo.

Saber que seus filhos estão passando por isso tudo acaba deixando aumentar a pena dessas mães, e muita das vezes as crianças vão para o abrigo e são adotadas, muitas das vezes as mães não ficam sabendo da adoção de seus filhos e tem que lidar com mais uma desilusão logo quando saem para o regime semiaberto.

A DUPLA PENALIZAÇÃO DA MULHER

Nana Queiroz e Débora Diniz, registraram relatos de detentas sobre suas histórias de vida e os mais variados fatores sociais que as levam ao crime, o motivo mais recorrente é que a maioria delas são "chefes de família" e por enfrentarem dificuldades financeiras, geralmente agravadas

pela prisão do companheiro, acabam vendo no tráfico de drogas um meio de manter o sustento.

Depois de presa, ainda sofrem com o abandono familiar, impedimento de ver os próprios filhos e todas as mazelas do sistema penitenciário enfrentado pelos homens. Além de julgada pela sociedade e condenadas por um sistema machista as detentas se tornam invisíveis tendo baixíssimos índices de ressocialização, a exclusão sofrida após a saída da prisão é pior do que enfrentada pelos homens, uma vez que é aceito um comportamento desviante masculino, justificado pelo instinto e natureza agressiva do homem, diferente da mulher que deve ser um exemplo de mãe, esposa e submissão, sendo inaceitável qualquer atitude que a desvie de seus papéis.

A situação se agrava nos presídios femininos, além dos problemas herdados dos presídios masculinos, onde eram colocadas inicialmente, as detentas possuem formas particulares de discriminação, um exemplo é em relação ao corpo de funcionários das prisões que se aproveitam de sua posição para cometer abusos, geralmente de cunho sexual devido à violência de gênero. O Estado ignora o fato de essas detentas serem humanas, de possuírem direitos e necessidades específicas, ainda com o apoio da população, que contribui com estigma social de que o preso está na cadeia para sofrer, resultando em um descaso geral.

“Para considerar a questão de gênero no sistema penal, há que se ir além do mero gesto de pintar os muros da unidade de cor de rosa; dizer que a mulher é mais emocional; e tornar acessíveis os remédios controlados que ajudam a dormir. Contemplar a questão da mulher presa significa muito mais do que desenvolver concursos de “Miss Penitenciária”, como vem ocorrendo com frequência. O concurso de beleza na penitenciária reforça os estereótipos de beleza impostos às mulheres através das capas de revistas, cinema e das grandes telenovelas. Sendo assim, 99% da população prisional mais uma vez sentir-se-á feia perante os padrões de beleza, pois apenas uma sairá vencedora.”

O atendimento à saúde é precário, não há acompanhamento psicológico ou ginecológico, ao menos para gestantes. São diversos os casos de presas que não conseguem atendimento médico, a necessidade da mulher em ter um acompanhamento ginecológico preventivo anual. Uma gestante relatou que foi agredida por um policial e somente ao apresentar sangramento conseguiu atendimento médico, outra não conseguia amamentar e por complicações maiores desenvolveu tumores nos seios que poderiam ter sido evitados por meio de consultas e exames preventivos com especialistas.

A prisão dessas mulheres não resolve o problema da segurança pública, causa um grande transtorno na vida da família, punindo indiretamente seus filhos, por não possuírem assistência e afeto dos pais, além de passarem por constrangimentos ao visitá-los sofrem com o peso da exclusão social muito cedo em sua maioria acabam adentrando o mundo do crime. Diante da dificuldade de efetivar formas de tratamento mais eficazes às detentas mães e gestantes, a solução mais viável seria a adoção de medidas alternativas e uma política de desencarceramento.

FEMINISMOS E CRIMINOLOGIAS

Com o intuito de realizarmos um recorte de gênero, inicialmente identificaremos os movimentos dos Feminismos, em seguida, das Criminologias, e de que forma esses movimentos foi alcançado no nascimento de uma Criminologia Feminista, ou, acima disso, de Criminologias Críticas com recortes de gênero.

O feminismo se origina de uma crítica social, em busca não só da emancipação da mulher, mas da conscientização pela luta de classes, sexo e demais desigualdades. Por isso, se trata de um ato político, que apesar de possuir diversas vertentes, parte de uma base comum. Apesar dessa dupla visão, o movimento feminista é dividido em três tópicos, sendo o primeiro os sufrágios, com uma política voltada somente aos direitos das mulheres brancas de classe média.

O segundo tópico surgiu na década de 60, além de relatar as questões sociais, trouxe novos questionamentos sobre o feminismo. O terceiro tópico cita os embates teóricos sobre gênero e sexualidade, tendo como principal difusora Judith Butler e suas ideias de gênero como performatividade.

Inicialmente a luta pelo sufrágio universal não incluía mulheres, com isso no século XIX as mulheres reconheceram que estavam muito submissa a todos, em um momento em que se decidia o fim da escravidão as mulheres decidem se unir para ter seus direitos, dando início ao movimento sufragista. O direito ao voto, por exemplo, era uma realidade ainda muito distante das mulheres menos favorecidas, definitivamente não eram representadas por um movimento elitizado e academicista que visava à igualdade entre mulheres brancas e homens de melhores condições financeiras. As mulheres brancas ignoraram que a problemática do patriarcado era estrutural e ia muito além de suas reivindicações, tornando ainda mais invisíveis as trabalhadoras do campo, negras, pertencentes a classes desfavorecidas.

O século XIX também foi caracterizado por lutas operárias, que envolviam ambos os sexos. Mas, em tempos de busca pela emancipação feminina, operárias da fábrica têxtil entraram em greve, devido às condições de trabalho insalubre, sendo violentamente reprimidas, acontecimento que mais tarde deu origem ao chamado Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

CONCLUSÃO

Neste trabalho vamos demonstrar o impacto ocasionado pela escolha do método correto para a elaboração de uma legislação que permita o caminho para o desencarceramento feminino. A Criminologia Feminista trouxe repostas quanto às condenações de mulheres pelo tráfico de drogas, vítimas de uma sociedade patriarcal que se tornam agentes do crime e se deparam com a invisibilidade fruto do androcêntrico da esfera penal.

Foram citadas no trabalho diversas garantias e previsões em leis voltadas para a mulheres, permitindo uma experiência menos insalubre durante o cumprimento da condenação. O problema não é a ausência de leis e sim a não efetivação ou ineficácia destas, diante da inadequação às realidades, resultado da deficiência do Legislativo e Judiciário quanto a desconsideração dos recortes de gênero dentro da regulamentação jurídica.

A atuação do Supremo Tribunal Federal na decisão do Habeas Corpus 118.533/16 foi acertada, apesar do fato não apresentar condições favoráveis para o desenvolvimento da tese, voltou-se para a realidade das presas no Brasil e a carência de medidas alternativas que permitam de fato a ressocialização e/ou a aplicação de sanções proporcionais ao crime cometido.

Ainda em relação a proporcionalidade, cabe falar sobre o menor grau de reprovabilidade do tráfico privilegiado e, portanto, a desnecessidade de enquadrá-lo como equiparado a hediondo, como ocorre no tráfico ilícito de entorpecentes, passando a correr pelo processo de execução comum e com isso se garante a facilidade de progressão de regime, concessão de graça, indulto e anistia, dentre outros benefícios que culminam em uma política voltada para o desencarceramento feminino.

Sugerem-se novas pesquisas em relação à temática da maternidade no cárcere e o Habeas Corpus 143.641/SP visto no que pode ser explorado de forma mais específica, como a atuação do psicólogo com mulheres grávidas nessas instituições em relação ao conhecimento das detentas sobre o Habeas Corpus 143641/SP e expectativas/ perspectivas para si e seu filho futuramente, a maioria diz já ter escutado falar, mas não sabem dizer quais os pré-requisitos e nem em qual artigo se enquadra.

As detentas que já entraram com o pedido, tiveram os mesmos recusados por ser mediante grave violência. Como expectativas futuras para si e seus filhos, o discurso é de que pretendem mudar de vida, que

isso não é vida para ninguém. Relatam que ali é um momento que tem para refletir sobre a vida e pensar mais em seus familiares e futuro.

Os sentimentos das mães diante de uma escolha de com quem deixar os filhos são diversos, desde tranquilidade por ficarem com familiares até tristeza, frustração e culpa. As mães que ainda não passaram por essa escolha dizem preferir nem pensar nesse assunto por ser um momento muito difícil, onde traz à tona a culpa que elas têm frente a essa decisão.

A decisão do Supremo Tribunal Federal em via do habeas corpus coletivo nº 143.641 é merecedora de louvor, tanto em razão das inovações implementadas na jurisprudência pátria, quanto no tocante aos benefícios que a deliberação proporcionará às pacientes do writ, notadamente as gestantes, puérperas e mães de crianças ou deficientes e, ainda, seus respectivos descendentes.

Há de se considerar que, em que pese a legislação brasileira preveja o instituto do habeas corpus até mesmo na Constituição Federal de 1988, o faz com lacunas significativas, o que torna necessária a aplicação analógica dos regramentos de outros remédios constitucionais para suprir este déficit, tais como a Lei nº 13.300/16, que disciplina o mandado de injunção, e a Lei nº 12.016/09, que regulamenta o mandado de segurança. Neste sentido, faz-se mister a correta interpretação de tais normas em face do instituto do habeas corpus, não podendo permitir-se que a omissão em regulamentar especificamente esse instituto resulte em cerceamento de direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniel A. D. A desconsideração da natureza hedionda do tráfico privilegiado de drogas. Revista do Centro de estudos e pesquisas jurídicas, Bahia, v.18, p. 21-67, 2015.

ALVES, Branca; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. Brasília: Brasiliense, 1981 p.40-41 AMORIM, Silvia. Adriana Ancelmo: Prisão domiciliar para mulheres grávidas ou com filhos pequenos é rara. 2017.

ANDRADE, Vera Regina de. Sexo e gênero: a mulher e o feminino na

Criminologia e no sistema de justiça criminal. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 12, n. 138, p. 1-3. Disponível em: <http://www.geocities.ws/criminologia.critica/artigos/sexo_genero.pdf>.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. 2016.

CAMPOS, Ricardo Ribeiro. A prisão provisória no direito comparado. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 12, n. 1570, 19 out. 2007.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Comentários à Lei 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2016/03/comentarios-lei-132572016-estatuto-da.html>>.

STF. HC: HABEAS CORPUS 143.641 SÃO PAULO. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. DJ: 20/02/2018. STF, 2018.

STF. HABEAS CORPUS: MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 148.459 DISTRITO FEDERAL. Relator: Ministro Alexandre de Moraes.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 143641. Paciente: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestante, de puérperas ou de mães de crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Relator: Ricardo Lewandowski. São Paulo, 20 de fev de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>

TOSI, Marcela. A conquista do direito ao voto feminino. Disponível em: www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino.

WIKIPÉDIA. Sufrágio Feminino. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sufr%C3%Algio_feminino.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF reafirma inconstitucionalidade da regra que proíbe liberdade provisória a presos por tráfico de drogas. Disponível em: www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.aspxidConteudo=35443.

BRASIL, Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras

CONTEXTO HISTÓRICO DA ESTATÍSTICA NA GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Ayla Alcina Martins Schilipake
Débora Jusviak Santos
Abadia de Lourdes da Cunha

RESUMO

Neste artigo mostraremos onde se iniciou a estatística, contando a sua origem histórica no Brasil e no mundo, desde o início dos tempos, de forma empírica onde veremos que a estatística está no nosso passado, presente e futuro. A estatística não se resume somente números, tabelas e gráficos ela permite análise de dados com fundamentos concretos da realidade social, exemplo maior está no IBGE, que usa estatística como base para fornecer dados sobre a população, dados estes como mortalidade infantil, violência, abandono escolar, entre outras e a partir de qual momento ela se tornou ciência. Mostraremos o uso da estatística nos recenseamentos, no qual seu uso é indispensável, abordando quais os métodos da estatística são usados em órgãos governamentais, com foco em projetos do governo e sociais, ajudando a melhorar a vida de pessoas mais carentes, e na tomada de decisão inclusive de empresas privadas. Essas informações foram feitas através de pesquisas bibliográficas com método hipotético-dedutivo, relatando como o conhecimento da estatística no serviço social é relevante e essencial. Com o qual se pode entender o significado da estatística para o profissional do Serviço Social. Onde concluímos que a estatística é indispensável não só para políticas governamentais, mais ter esse conhecimento facilita a vida em geral, tendo ciência que a estatística também auxilia na busca de conhecimento sobre a nossa sociedade criando assim o novo intelectual político.

Palavras-chave: Estatística; História; Política Social; Serviço Social; Recenseamento.

1 INTRODUÇÃO

A estatística inicialmente estava relacionada com as necessidades do estado "na formulação de políticas públicas, fornecendo dados demográficos econômicos à administração pública"(Wikipedia). Onde a participação teórica passou a englobar outras áreas só no começo do século XIX , para analisar e incluir análise de dados. Este artigo foi realizado para apresentar a trajetória da estatística na história, sua

origem, a utilização de seus métodos para a realização dos recenseamentos onde tem parte fundamental.

Hoje em dia a estatística está espalhada em vários setores como na medicina, no setor industrial, nas escolas, na agricultura entre outros e sua utilização ainda continua fundamental no setor público. Um desses setores é o IBGE, onde a sua missão é "identificar e analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evolui através do trabalho e da produção da sociedade, revelando como as sociedades vivem" (IGNÁCIO, 2010, p. 2). E nesse contexto será mostrado como a estatística é fundamental na tomada de decisão seja no setor público ou privado e qual a sua relevância para o profissional do serviço social.

2 METODOLOGIA

Neste presente artigo, mostraremos o contexto histórico da estatística, sua contribuição e utilização no serviço social, e como os seus métodos são utilizados no recenseamento e políticas públicas. E para que tais questionamentos sejam respondidos a pesquisa bibliográfica será o método de obtenção de dados. "Toda investigação nasce de algum problema teórico/prático sentido. Este dirá o que é relevante ou irrelevante observar, os dados que devem ser selecionados. Esta seleção exige uma hipótese, conjectura e/ou suposição que servirá de referência" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 97). Usando o método hipotético-dedutivo em conjunto com a pesquisa exploratória para que obtivéssemos conhecimentos distintos sobre o tema. E logo após se tornando descritiva onde e feito algumas análises e interpretação do conhecimento adquirido onde "Uma procura de tais fontes documentais ou bibliográficas, torna-se indispensável para a não-duplicação de esforços, a não-descoberta de ideias já expressas a não inclusão de lugares-comuns no trabalho"(MARCONI; LAKATOS,2003, p. 225).

3 INÍCIO DA ESTATÍSTICA

A estatística surgiu quando governos viram a necessidade de obter informações quantitativas e qualitativas dos seus pertences, populações e riquezas. Tendo em vista fins militares e tributários.

Há levantamentos feitos na China a mais de 2000 anos antes da era cristã que constatam o uso da estatística, arqueologistas descobriram que no antigo Egito os faraós já utilizavam a estatística, o primeiro registro egípcio foi de presos de guerra na data de 5000 a.c e para saber sobre colheita, para construir as pirâmides se usava estatística. "A estatística constitui a ciência dos dados." (MOORE , 2000 , p.8).

Na China em 2.238 a.c, o imperador YAO pediu que fizessem o primeiro recenseamento com fins agrícolas e comerciais. Os romanos faziam o recenseamento de nascidos e mortos para cobrar impostos em cima desses dados e na Inglaterra o primeiro recenseamento foi feito em 1085 intitulado "Doomsday Book" onde havia informações sobre terras, proprietários e o uso da terra. Com o renascimento começou a coleta de dados para ajudar na administração pública onde os reis e rainhas ensinavam estatística aos príncipes para no futuro saberem lidar com suas riquezas e súditos.

Conhecer os dados das pesquisas censitárias, ou seja, conhecer os números de cada categoria de pessoas e coisas do reino, a fim de administrá-lo da melhor forma, fazia parte da educação dos príncipes. Nesse período a França acrescenta as pesquisas censitárias que até então era uma simples operação de contagem de pessoas, as informações sobre sexo, idade, profissão, mais o censo de meios de produção. (MARTIN, 2001).

A Alemanha fez a estatística virar uma forma de ciência e buscou melhorá-la. Vem do alemão STATISTIK introduzido por Gottfried Achenwall (1749) que buscava primeiramente a análise de dados sobre o estado, a "ciência do estado" então chamada de aritmética política. O propósito original de STATISTIK era fornecer dados a serem usados pelo governo e outras organizações. A Revolução Industrial trouxe uma nova forma de estatística visando uma nova forma de produção, organização

de trabalho, produtividade e número de funcionários. “Visualizando a classe trabalhadora como mero atributo do capital, como um modo de existência desde, os capitalistas não hesitavam em criar formas coercitivas de recrutamento de operários e de sua abusiva exploração.” (MARTINELLI, 2009, p.55).

3.1 A ESTATÍSTICA NO BRASIL

Teve início nos tempos de escravidão para contagem e avaliação de escravos, a Sociedade Estatística do Brasil foi criada em 16 de junho de 1854, dirigida por Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1796-1865) o futuro marquês de Abrantes. O IBGE teve raízes nessa época durante o império, mas antes do IBGE entre 1750-1865 era a coroa portuguesa quem fazia levantamentos populacionais mas esse sistema era muito precário, na segunda metade do século XIX eram os juizes e chefes de polícia que faziam esses levantamentos. O IBGE foi criado em 28 de maio de 1936 e a partir de 1940 se iniciou os censos modernos decenais (tipo de censo), não ocorrendo apenas em 1990 que foi adiado para 1991, devido a falta de recursos segundo o governo COLLOR.

O IBGE orienta e coordena o desenvolvimento em todo território Nacional com levantamentos, recenseamentos e informações sobre geografia, cartografia, demográfica e socioeconômicas, para com isso executar programas e projetos de desenvolvimento nacional.

O IBGE realiza :

- edição quadrimestral de um boletim, promovendo troca de informações, divulgação de suas atividades e debates;
- edição da revista Brasileira de Probabilidade e Estatística da REBRAPE;
- promoções e realização de reuniões regionais;
- realização a cada dois anos do Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística;
- entre outras atividades.

Para perceber de forma mais clara os impactos dos programas deve-se buscar medidas e indicadores mais específicos e sensíveis aos efeitos por eles gerados, uma das formas de operacionalizar isso é avaliando efeitos sobre grupos específicos da população, seja em termos de renda , idade , raça , sexo ou localização espacial (...) deve-se procurar também desenvolver estratégias metodológicas avaliativas de natureza quantitativas com pesquisa de opinião ou grupos de discussões , incorporando indicadores subjetivos na avaliação. Neste sentido, os impactos podem ser avaliados em uma perspectiva mais restrita ou mais ampla, considerando o tamanho da população afetada , o espaço de tempo considerando para a referência dos impactos percebidos pela população . (ANTICO E JANNUZZI,??).

3.2 DEFINIÇÃO DE RECENSEAMENTO

É a coleta de dados realizada por meio de pesquisa presencial aplicando-se o questionário a todas as pessoas residentes em todo território nacional (ex:demográfica), os quesitos dos questionamentos são combinados entre os governos ,para fornecer o máximo de informações úteis, também existe a técnica de amostragem probabilística , o tempo previsto entre o início da coleta e a liberação de dados é de 3 anos , os recenseadores do IBGE são identificados com colete, crachá e um computador de mão, eles coletam as informações através de uma entrevista direta com perguntas listadas em um questionário e todas as informações prestadas ao IBGE são confidenciais o sigilo é garantido por lei.

Há diversos tipos de censos como: demográficos,eleitoral,escolar e agropecuário. O censo é muito importante para o Brasil, produz informações imprescindíveis para definição de políticas públicas e tomada de decisões, também auxilia em programas que ajudam a população mais carente, o poder público utiliza o censo para melhorar a vida das pessoas. EX : Programa Bolsa Família ou Auxilio Brasil, Auxílio Emergencial e demais programas sociais. Também é usado o censo para saber sobre mortalidade infantil, índice de criminalidade, violência contra mulher, aprendizados nas escolas e índice de drogadição.

EX : Censo De Drogadição, Pesquisa Da Fiocruz:

Pesquisadores entrevistaram cerca de 17 mil pessoas com idade

entre 12 e 65 anos em todo território nacional com objetivo de avaliar parâmetros epidemiológicos do uso de drogas , o 3º levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população Brasileira , foi coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e contou com a parceria do IBGE. 3,2 % dos brasileiros usavam substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores que equivale a 4,9 milhões de pessoas, a substância mais consumida é a maconha 7,7 % dos brasileiros já fizeram uso de maconha ao menos uma vez, em 2º lugar vem a cocaína 3,1 % dos brasileiros já consumiram a substância ,aproximadamente 1,4 milhão de pessoas entre 12 e 65 anos já usaram crack que corresponde a 0,9 % da população. “Com relação ao crack, os números do levantamento são importantes, justamente por revelar uma discrepância. Explica Inácio Bastos”.(FIOCRUZ 2013).

EX: Pesquisa censitária da população em situação de rua, pesquisa amostral do perfil socioeconômico, a pesquisa foi feita em centro de acolhida.(pesquisa do autor dados hipotéticos).

TIPO	Nº DE PESSOAS	%	AMOSTRA
ADULTO	9,125	83,4	774
MULHER	537	4,9	45
FAMÍLIA	553	5,1	47
IDOSO	688	6,3	58
MULHER TRANS	35	0,3	3
TOTAL	11,693	1,000	927

FONTE:PEREIRA, Polyana A. P.. Política social.

VÍNCULO FAMILIAR/ APOIO

SOZINHO	25,9%
ESPOSA, MARIDO E FILHO	21,9%
OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA	13,4%
SÓ MÃE	9,9%
SÓ PAI	2,1%
NÃO SABE	0,06%
NÃO RESPONDEU	0,1%

FONTE: PRÓPRIO AUTOR

4 ESTATÍSTICA NA GESTÃO PÚBLICA

A estatística é utilizada na pesquisa científica buscando o melhor uso dos recursos econômicos nos processos de produção, e nas pesquisas que exigem levantamento por amostragem em vários contextos. Ao analisar dados que contenham muitas variáveis é preciso solucionar as que sejam consideradas mais relevantes, e é isso o que muito têm se feito na economia, Souza 2010 citado na obra de Ignácio diz:

Atualmente as Ciências econômicas têm buscado os caminhos alternativos para para explicar fatos econômicos, utilizando métodos estatísticos multivariados, através de técnicas de análise fatorial, análise discriminante e correlação canônica, como alternativa eficiente para escolha de variáveis necessárias ao bom desempenho da economia, dependendo do problema a ser estudado (IGNÁCIO,2010, p. 11).

Quando um gestor se propõe criar um projeto social para apresentar no setor público, ele passa pelas seguintes seguintes etapas:

- Apresentação; (pode ser feito por, presidente da república, procurador geral da república, supremo Tribunal Federal, por tribunais superiores e cidadãos);

- Casa iniciadora e revisora;(os processos começam a tramitar na câmara);
- Análise de comissões;(onde ela pode ser passada para: comissão especial, análise conclusiva nas comissões e urgência);
- Aprovação:(os projetos são aprovados com maioria dos votos (maioria simples),desde que esteja presente no plenário).

E para uma integra e sólida apresentação a estatística é o método utilizado, onde as suas fases: de coleta, observação e apresentação dá legitimidade para os pesquisadores, seus métodos mostram com clareza dados que indicam sua demanda, seja especial ou de urgência ou necessite de várias aprovações e após ser analisada possa ser aprovada.

Conforme Howlett et al., 2013 afirma que " a efetividade das políticas sociais depende de vários fatores e a formação estatística cumpre um papel fundamental, considerado em todas as etapas de viabilização de um programa público", citado por Jannuzzi em 2018.

Na criação de uma política social é necessária a obtenção de dados minuciosos onde segundo Jannuzzi:

É necessário produzir informação estudos de diferentes naturezas- levantamentos diagnósticos detalhados, sistemas de indicadores de monitoramento de ações pesquisa de avaliação de processos e de resultados de programas, investigação de potenciais impactos externalidades negativas- valendo-se de uma combinação plural de metodologias (quali, quanti e participativas), com abordagem de diferentes sujeitos envolvidos (beneficiários, usuários, técnicos na ponta e gestores). (JANNUZZI,2018,p. 2).

Considerando que a informação é uma ferramenta de muito poder na sociedade, o seu uso tem que ser feito de forma íntegra e correta. E no que diz respeito à políticas sociais as informações necessitam ser coletadas sem nenhum erro e a metodologia estatística é indispensável, principalmente pois os seus métodos, dão ao projeto legitimidade e transparência, características essa que é essencial na política social.

O gestor do serviço público, ao realizar coletas de dados para

levantamentos de qualquer projeto social, necessita de métodos estatísticos para apresentar a grande quantidade de dados que foram coletados, tornando possível a demonstração da importância do projeto apresentado. Concordamos com Jannuzzi ao dizer que " há estatísticas públicas em especial indicadores sociais, cumprem um papel fundamental no dimensionamento de questões sociais latentes na sociedade que, vocalizadas adequadamente podem entrar na agenda prioritária do governo"(JANNUZZI,2018, p. 3).

Ao elaborar este artigo mediante a pesquisa notou-se que no Brasil, a estatística é utilizada em vários setores da política pública como os censos demográficos, a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) que agora é PNAD-Contínua e a pesquisa de informações básicas municipais (Munic), onde esses órgãos públicos têm a estatística como base para coleta de dados, análise e gestão. Onde suas regras na obtenção de respostas e método de pesquisa é indispensável.

As estatísticas públicas, têm sido fundamentais na elaboração de políticas públicas, nos três níveis do governo, pois viabilizam a estruturação de análises socioeconômicas com amplitude temática, particularidade territorial, e podendo ser comparado com outros dados coletados no decorrer da história, Jannuzzi 2018.

Ao se elaborar um projeto ou propor melhorias em áreas como saúde, educação, segurança entre outros é preciso ter um fundamento teórico onde é necessário, e para se elaborar é necessário fazer a pesquisa de população, coletar os dados corretamente e para que isso seja feito a estatística auxilia em todas as etapas. Sabemos que a estatística não é só isso, é um conjunto onde o uso de técnicas utilizadas para a formulação do projeto ou qualquer estudo científico da embasamento teórico para tomada de decisão necessária para o tema que se deseja resolver. Ao utilizar tais métodos a tomada de decisão se torna mais fácil, pois os dados coletados têm fundamentos concretos e confiáveis. O que é essencial em relação a projetos de política social.

Rao (1997) define estatística através da seguinte equação:

CONHECIMENTO INCERTO + CONHECIMENTO SOBRE A INCERTEZA = **CONHECIMENTO ÚTIL**, onde o objetivo da estatística é analisar os dados disponíveis e podem ser a certo grau incerto os transformando e obtemos resultados.

Vemos o uso da estatística na política através de índice de mortalidade infantil, no gráfico sobre o avanço da violência doméstica, o índice de analfabetos entre outros. E no governo o IBGE é responsável por essa coleta, análise e apresentação de dados, para fazer esse trabalho cobrindo todo o território nacional o IBGE possui: 27 Unidades Estaduais, sendo 26 nas capitais e 1 no Distrito Federal; 27 setores de Documentação e Disseminação de informações, 26 nas capitais e um no Distrito Federal; 533 Agências de Coleta de dados nos principais municípios; uma Reserva Ecológica situada em Roncador a 35 quilômetros ao sul de Brasília. (IBGE, 2010).

4.1 TOMADA DE DECISÃO

Durante o trabalho do gestor na política surgem questões como qual a quantidade de recursos necessários será destinada às escolas em tal ano? Qual a probabilidade de um cidadão fumante desenvolver um câncer e recorrer ao serviço público de saúde? Certo medicamento garante quantos porcentos de cura? Qual será o valor de uma cesta básica no próximo mês?

A resposta e como consequência a tomada de decisão perante estas respostas estão sujeitas a erro, mas cabe ao pesquisador/gestor minimizá-los, e "a estatística é a ciência que permite extrair dos dados a informação necessária para que seja possível tomar decisões acertadas com base em um determinado nível de confiança e margem de erro" segundo UFPE, 2010 citado por Ignácio 2010.

A estatística tem sido o método considerado indispensável para que o gestor tome a decisão correta perante um questionamento onde seus dados tornam viáveis a tomada de decisão certa onde segundo

Salzburg 2009 " a estatística revolucionou a ciência através de fornecimento de métodos úteis que sofisticam o processo de pesquisa na direção de melhores parâmetros de investigação permitindo orientar a tomada de decisões nas políticas socioeconômicas".

4.2 A RELEVÂNCIA DA ESTATÍSTICA NO SERVIÇO SOCIAL

O serviço social tem como função encontrar novos caminhos e melhorar caminho já existente em vários setores, e para que este trabalho seja feito é necessário técnicas obrigatórias e a nessa fase que entra estatística, onde "para que seja extraído conhecimento útil a partir dos dados recolhidos é necessário que estes sejam submetidos a procedimentos estatísticos"(SOUZA, 2017). Quando o trabalho do profissional do serviço social está voltado às políticas públicas a estatística torna-se de extrema importância, pois dá embasamento, confiabilidade e passa credibilidade. Pois os gestores públicos buscam tomar suas decisões através de dados estatísticos confiáveis buscando uma melhoria. Melhoria essa em áreas como por exemplo a "fome".

Os profissionais do serviço social necessitam fazer pesquisas de campo, coletar dados, selecionar amostras entre outras etapas onde o autor Ignácio 2010 cita Paris 2007 que diz o seguinte: "estratégias para redução da pobreza e do desenvolvimento Mundial apoiam-se na estatística. Sua utilização engloba desde a elaboração até a implementação de políticas e programas sociais.

Nós autores notamos a relevância da estatística para o assistente social ao realizar a busca de indicadores sociais onde tais indicadores são segundo Souza 2017 de uma grande valia para o desenvolvimento e implementação de programas, projetos ou serviços sociais. Onde "a informação estatística passa a ter uma base fundamental, eficiente para o desenvolvimento econômico e social entre outras para uma gestão transparente em geral e a informação estatística tornou-se fundamental para elaboração e tomada de decisão em todos os ramos científicos e principalmente em Ciências sociais." Segundo Kapingala 2026. Onde

reconhecemos que como estudantes de serviço social a utilização da estatística será uma constante em nossa profissão seja ela no setor público ou privado.

A estatística é definida como um conjunto de métodos e técnicas que envolvem todas as etapas de uma pesquisa onde planejamento, coordenação, levantamento de dados por meio de amostragem ou censo, aplicação de questionários, entrevistas e medições contendo a maior quantidade de informação possível, a consistência o processamento, análise interpretação dos dados para explicar fenômenos socioeconômicos o cálculo do nível de confiança e do erro existente na solução para uma variável e a disseminação de informação. (IGNÁCIO,2010, p. 7).

O serviço social tem como uma de suas modalidades a investigação pois quando elabora-se um projeto é necessário uma investigação minuciosa com busca de dados verídicos e relevantes. Nós como futuros assistentes sociais temos um papel relevante no que diz respeito a atuação em políticas públicas, tendo como foco principal as reais necessidades sociais da população. E para que isso seja feito de forma correta com clareza integridade a estatística é fundamental pois como Inácio 2010 afirma a estatística é responsável pelo planejamento de experimentos, interpretação dos dados obtidos através de pesquisas de campo e apresentação dos resultados de maneira a facilitar a tomada de decisões por parte do pesquisador ou gestor. Em Souza 2017 "é importante que os assistentes sociais apostem na literacia estatística de forma a responder devidamente a esses desafios da era atual".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este artigo concluímos que a estatística é utilizada desde o início dos tempos, na contagem populacional, na agricultura e que com o passar dos tempos e o aumento do conhecimento se tornou uma ciência e passou a ser utilizado em várias outras áreas. Mas continua sendo base para a política através de recenseamentos na busca de melhoria de ações governamentais e projetos, como também na

distribuição de recursos públicos, e no setor privado ela dá suporte no controle de produção, na demanda de determinado produto, e no controle de funcionários.

O uso da estatística é indispensável na tomada de decisões no setor público porque qualquer orçamento tem que ser analisado antes de ser aprovado, seja ele para ações sociais ou outro setor. Também vimos que a estatística não é um bicho de sete cabeças, e que como futuros assistentes sociais necessitamos ter esse conhecimento. Pois seus métodos não só de apresentação (gráficos e tabela), mais etapas de coleta de dados, modos como esses dados serão tratados é indispensável nesse setor. Ao se utilizar a estatística ou seja seus métodos qualquer projeto ou levantamento ganha confiabilidade e legitimidade fazendo com que a tomada de decisão seja mais correta, mas nunca esquecendo que a coleta de dados e apresentação pode ter falhas mas cabe ao gestor/pesquisador evitar que elas aconteçam.

REFERÊNCIAS

ANTICO, Cláudia, JANNUZZI P. M.. **Indicadores e gestão de políticas.** <www.fundap.sp.gov.br> acesso em 20 de março de 2022

FARIA, A. Soares. **Introdução da estatística.** Rio de Janeiro de Itc, 2003.

História da estatística. Wikipedia. Site: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_estat%C3%ADstica> Acesso dia 22 de março de 2022.

IGNÁCIO, S. A.. **A importância da estatística para o processo de conhecimento e tomada de decisão.** Notas técnicas Ipardes nº6: Curitiba, 2010.

JANNUZZI, Paulo Martino. **A importância da informação da estatística para políticas sociais no Brasil:** breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. Ponto de Vista: Belo Horizonte, 2018.

KAPINGALA, Petro. **A importância da informação na formação científica dos futuros profissionais.** Revista Magazine de Las Ciencias Facultad de Ciencias Jurídicas, Sociales y de la Educación. Universidad Técnica Babahoyo. Ecuador, 2016.

LEVIN , J . **Estatística básica e sua prática.** Rio de janeiro: ed Itc 2000. <[www.tag.blogspot.com/estatística básica](http://www.tag.blogspot.com/estatística_básica)> acesso em 20/03/2022.

MARTIN, Olivier. **Da estatística política à sociologia estatística.** Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX) 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/MJK4YkdbbhfQY843NjHhBrx/>> Acesso em: 21 mar. 22.

POMPEU, José Maria. **Breve História da estatística.** Memória. Brasília DF, Embrapa informações tecnológicas , 2004 , p. 11

PEREIRA, Polyana A.. **Política social:** Temas e questões. 2 ed . São Paulo:Cortez, 2009 , p. 214 .

SALSBURG, D.. **Uma Senhora toma chá ...** como a estatística revolucionou a ciência no século XX. Tradução de José Maurício Gradel. Rio de janeiro: Jorge Zahar,2009.

SOUSA, Áurea. **A Ciência Estatística e os Indicadores Sociais No âmbito do Serviço Social.** Opinião/regional: Correio dos Açores, 2017.

Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei. Câmara legislativa. Site <[HTTPS://www.camara.leg.br/noticias/573454-SAIBA-MAIS-SOBRE-A-TRAMITACAO-DE-PROJETOS-DE-LEI](https://www.camara.leg.br/noticias/573454-SAIBA-MAIS-SOBRE-A-TRAMITACAO-DE-PROJETOS-DE-LEI)> Publicado 20/08/2012. Acesso dia 20 de março de 2022.

MOBILIDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVE REVISÃO

ROZA, Ricardo José Vieira da Roza
Caio Bismark

RESUMO

Neste trabalho procura-se definir como a mobilidade social está intrinsecamente relacionada com a educação recebida pela sociedade. Nele estão inseridos dados coletados em alguns trabalhos e livros tornados públicos que são direcionados a esse tema. Usou-se o método hipotético - dedutivo para dar base a este trabalho e foi à técnica de pesquisa bibliográfica que baseou o mesmo. Tem-se o propósito, nesse trabalho, de motivar, aos que se fizerem leitores deste, a nunca duvidar do poder da educação na sua ascensão social, no decorrer de suas vidas. Comprova-se, com dados coletados em pesquisas inquestionáveis, formuladas por instituições sérias como o IBGE, a composição da pirâmide social que compõe a sociedade brasileira. Mostra-se, também, as barreiras que existem ainda a serem transpostas para que os indivíduos consigam uma otimização do seu acesso à uma educação mais uniforme.

Palavras-chave: Mobilidade social; Educação; Classes sociais.

1. INTRODUÇÃO

As universidades foram inventadas no século XII, no Brasil foi implantada no século XIX, mas até os dias atuais ainda não chegou-se a um consenso sobre os impasses e desafios que ela enfrenta perante sua sociedade.

No Brasil ela têm uma contradição enorme, no que tange à cientistas que dependem, cada vez mais, de recursos oriundos do Estado para desenvolverem suas pesquisas, mas não querem (e não devem) ser governados por ele e, já por parte do Estado, os governos querem direcionar as pesquisas para os setores que mais indicam retorno financeiro e que se mostram mais promissores, economicamente falando.

Em um mundo cada vez mais globalizado, há de se convir que não têm-se mais espaço profissional para mão de obra não especializada; ao menos algum grau de estudo tem que se adquirir para que o indivíduo se estabeleça profissionalmente e, a partir de então, evolua sua carreira e ascensão social.

Existe um artigo sob o título de "As universidades frente à estratégia do governo", de autoria de Héglio Trindade (1.999), que foca em discutir os pressupostos teóricos do projeto de reforma constitucional que pretende conceder autonomia às universidades públicas federais. Enaltece o autor que, excetuando as universidades estaduais paulistas, nunca as universidades públicas gozaram de autonomia administrativa e financeira, ainda que estejam previstas na Constituição Federal de 1.988. Trindade lembra também que, estimuladas pelos governos militares, as instituições privadas cresceram de forma acelerada em três décadas, passando de 40% das matrículas no ensino superior para cerca de 75% do total, apesar de 90% da pesquisa científica e tecnológica continuar sendo realizada pelo sistema público de ensino superior. A partir de uma ampla análise de experiências internacionais sobre processos de autonomia universitária, o artigo faz um exame crítico das propostas governamentais recentes sobre o tema e define um processo de implementação incremental da reforma, sempre respaldado pela participação dos diversos atores envolvidos.

Já no artigo "O público e o privado na educação superior brasileira: fronteiras em movimento?", escrito por Luiz Antônio Cunha (1.999) , vê-se que, do período colonial aos nossos dias, acontecem mudanças significativas entre o espaço público e o espaço privado. O autor afirma que a partir do golpe de 1.964 os governos militares aumentaram o ensino superior no Brasil, principalmente pela expansão das universidades federais e por uma extensa gama de incentivos à iniciativa privada. Por outro lado, o processo de democratização aumentou significativamente o controle administrativo e financeiro das universidades federais por parte da União, o que dificultou um crescimento maior dos seus cursos. O panorama atual é de larga hegemonia do setor privado, no que consiste aos cursos de graduação, embora não se possa subestimar o importante setor de pós-graduação (*stricto sensu*), compreendendo 58 mil alunos, na sua grande maioria, inscritos em universidades públicas e financiadas pela União.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho usou-se o método hipotético-dedutivo, onde foi usada a técnica de pesquisa bibliográfica de fonte secundária, usando-se documentação indireta obtidas no Google acadêmico para se obter o conteúdo aqui apresentado. Foi de caráter interpretativo que chegou-se ao resultado aqui exposto. Explorou-se esse conteúdo de forma descritiva, reflexiva e analítica para melhor dissertar este trabalho.

“Qualquer atividade por mais simples que seja necessita de um método para ser realizada. Método é um conjunto de processos para atingir determinados resultados. Emprega-se em qualquer domínio para se alcançar determinado fim ou fins” “O método é a estratégia da ação, indica o que fazer. A técnica é a tática da ação, indica como fazer. O método é mais amplo, mais geral, estabelece o caminho correto para chegar ao fim. A técnica assegura a instrumentação específica da ação. Por conseguinte, um mesmo método permite a utilização de diferentes técnicas, porém, entre eles haverá uma mais adequada do que as outras.” LEÃO, Lourdes Meireles. Metodologia do Estudo e Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 20.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil continua sendo uma sociedade de contrastes, com muita mobilidade social e enorme desigualdade.

Dados do IBGE, que foram coletados em 1.973 e comparados com os de 1.996, se mostraram semelhantes em relação à mobilidade social no Brasil.

Esses dados têm como fonte os chefes de família homens entre 20 e 64 anos de idade de todos os estados da Federação.

Esses estudos de mobilidade social procuram captar a evolução das sociedades através de décadas e não por curtos prazos. Sendo bem ampla a faixa etária das pessoas que serviram de amostra para essa pesquisa ,

permitiu-se um olhar bem dimensionado da trajetória social entre gerações e dentro da mesma geração, sendo observadas as mudanças de longo prazo e grande profundidade.

Constatou-se que a mobilidade social continua intensa e a estrutura social permanece desigual. A maior parte da sociedade que ascende é de curta distância, isso quer dizer que muitos sobem pouco e poucos sobem muito, por isso que a desigualdade persiste e, cada vez mais, aumenta.

Entre 1.950 e 1.970 houve, no Brasil, uma grande transformação do mercado de trabalho na indústria, no comércio, nos bancos, nas empresas estatais, na administração direta e, também, outros avanços que proporcionaram uma mobilidade social predominantemente estrutural na nossa sociedade.

Nota-se, porém, que a chamada mobilidade circular, que é onde, para uma pessoa subir na hierarquia social, outra tem que desocupar a posição, quer seja descendo, aposentando ou morrendo, também podendo ser considerada a mobilidade por troca, pouca coisa mudou.

Atualmente, no Brasil, observa-se uma razoável subida da mobilidade circular onde saltou em 24% entre 1.973 e 1.996. Isso mostra que a educação é um dos pesos que contribuíram para essa mudança, juntamente com a qualificação e a competência dos indivíduos.

Nota-se que a estrutura social brasileira está expandindo-se para áreas importantes. No topo da pirâmide social brasileira, a elite, passou de 3,5% para quase 5% e a classe média-superior, ou seja, a classe média alta, saltou de 6% para quase 7,5%. No caso da elite o aumento foi de 43% e no caso da classe média-alta, 25%.

Mais notável ainda, nessa pesquisa aqui estudada, foi a redução da base da pirâmide social. Entre os pais dos chefes de família de 1.973, 65% pertenciam à classe baixa-inferior, composta de pescadores, lavradores, trabalhadores braçais do meio rural e outros. Já, entre seus filhos, esse percentual caiu para 32%. Em 1.996 a queda prosseguiu. Os pais dos chefes de família eram 55% e os filhos 24%.

Percebe-se, também, a ampliação da classe média, o que, também,

é notado nos dados de 1.973. Na pesquisa de 1.996, entre pais e filhos, a classe média alta-inferior, que é composta por trabalhadores qualificados e semiquilificados, passou de 16% para 27% e a classe média- superior, onde estão os profissionais de nível médio e médios proprietários, foi de 3,4% para 7.4%.

Atualmente o topo da estrutura social brasileira (classe alta e média-superior) engloba 12,3% dos chefes de família, diferentemente da pesquisa de 1.973, onde era de 9,8%. Isso representa um incremento acentuado de 25% nessa classe.

Na classe baixa-inferior (trabalhadores rurais não-qualificados) a reprodução é grande: 90% dos trabalhadores rurais são filhos de trabalhadores rurais. Mas no outro extremo da pirâmide social, a classe alta, essa reprodução é mínima: 18,4%. Isso significa que menos de 20% dos integrantes da classe alta do Brasil são filhos da própria classe alta, ou seja, 80% chegaram naquela posição vindo de classes mais baixas, demonstrando-se, assim, como a educação e profissionalização, que também é uma forma de educação, faz com que esse movimento aconteça.

3.1 O TRABALHO INFANTIL

Um grave problema que nossa sociedade ainda enfrenta, nos dias de hoje, apesar de ter evoluído muito, com leis mais severas e muita informação sendo apresentada pelos meios de comunicação e debates públicos sobre esse tema, é a precocidade de entrada no mercado de trabalho.

Na mesma pesquisa do IBGE de 1.973, os chefes de família homens que começaram a trabalhar com menos de 14 anos são mais de 70%, sendo a maioria na zona rural. Em 1.996 a análise voltou a apontar esse mesmo percentual, indicando a idade média do início do trabalho em 12,5 anos, mostrando assim o tamanho dessa precocidade nesse fenômeno.

Considerando-se os chefes de família homens com idade entre

14 e 64 anos, vê-se uma diminuição do quadro nesse grave fenômeno. Os indivíduos mais jovens que já são pessoas que têm um ciclo de vida excepcionalmente precoce quando comparados com outros de mesma idade e não são chefes de família e que não fazem parte da amostra. São indivíduos que tiveram probabilidades bem mais altas de começarem o trabalho precocemente. De fato, quando se analisam todos os indivíduos de menos de 14 anos no Brasil atual, a proporção dos que trabalham está em torno de apenas 9,0%(PNAD, 1.998).

3.2 MOBILIDADE SOCIAL E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Brasileiros de cores preta e parda encontram uma barreira muito maior a ser transposta para poderem ascender socialmente. A base da pirâmide social brasileira é composta por 16,5% de homens brancos, 25% de homens de cor preta e os pardos compõem 30,7%. Já, na classe média, a porcentagem inverte, sendo 35,7% de brancos, 18% de pardos e 14,2% de negros.

Outra faceta exposta nesta pesquisa demonstra a enorme diferença que existe na escolarização entre as raças que existem no Brasil. Esses dados apontam que as pessoas de cores preta e parda que nasceram em famílias das classes mais altas correm mais risco de descer na estrutura social do que as de cor branca, sem que o grau de escolaridade interfira nesse resultado.

Estratos Sociais e Valores Médios de Ocupações Representativas

EXTRATO SOCIAL	OCUPAÇÕES REPRESENTATIVAS	ÍNDICE STATUS SOCIAL	RENDIMENTO (R\$)	ANOS DE ESCOLA
Baixo Inferior: trabalhadores rurais não qualificados	Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores	2,90	222,16	2,19
Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados	Comerciantes por conta própria; vigias serventes; braçais; vendedores ambulantes; empregadas domésticas	6,49	440,35	4,94
Médio Inferior: trabalhadores qualificados e semi-qualificados	Motoristas; pedreiros mecânicos; marceneiros; carpinteiros; pintores; soldadores; eletricitas de instalações	8,68	538,08	5,19
Médio: trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; Praças das Forças Armadas.	17,01	995,46	8,71
Médio Superior: profissionais de nível médio e médios proprietários	Criadores de gado; diretores; assessores e chefes no serviço público; administradores na indústria e no comércio; chefes de seção; representantes comerciais	27,19	1.498,97	10,05
Alto: Profissionais de nível superior e grandes proprietários.	Empresários na indústria; administradores de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas.	44,06	2.344,20	12,79

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, conclui-se que os brasileiros continuam entrando e saindo de diferentes classes sociais. Isso sugere que os pobres não permanecem pobres o resto da vida. Nas classes baixas saem uns, entram outros, Então , assim como há novos ricos, há também novos pobres.

Enfim, o Brasil mostra sinais de progresso, mas há muitos obstáculos a serem transpostos para que se acabem com as desigualdades sociais e que haja uma efetiva e justa mobilidade em nossa sociedade. A Precocidade de entrada no mercado de trabalho terá que ser combatida com mais vigor, com uma maior duração do período escolar.

A necessidade de competir no mercado de trabalho terá de ser amparada por uma educação de melhor qualidade.

A urgência para se reduzir as discriminações raciais terá de ser trabalhada dentro das teses da democracia racial, como bem escreveu Fernando Henrique Cardoso, no prefácio do livro de José Pastore.

Tudo indica que o Brasil vai deslanchar com um grande volume de mobilidade social ascendente. Mas a crescente racionalização dos processos produtivos, a revolução tecnológica e o aumento da competição exigirão uma substancial melhoria na qualidade do fator trabalho para que a ascensão social prossiga.

Doravante, aumentará a mobilidade circular e diminuirá a mobilidade estrutural. Subir na escalada social dependerá cada vez mais de competência pessoal do indivíduo e sua dedicação para estudar e estar sempre disposto a se "reciclar" intelectualmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IBGE; 1.973 E 1996.

CUNHA, Luiz Antônio; **Universidade em Ruínas na República dos Professores**; Petrópolis; Vozes; p. 39-56; 1.999.

LEÃO, Lourdes Meireles; **Metodologia do Estudo e Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores**; Petrópolis; Vozes; 2.016; p. 20.

PASTORE, José, SILVA, Nelson do Valle; **Mobilidade Social no Brasil**, Release- mobilidade; São Paulo; Makron Books; 2.000.

TRINDADE, Hélió (org); **Universidade em Ruínas na República dos Professores**; Petrópolis-Porto Alegre; Vozes/Cipede; 1.999.

TIPOS DE RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAIS: UM ESTUDO A LUZ DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

Lucas Eduardo Carneiro
Jhonathan Roger dos Santos Diniz
Leonildo Wagner de Jesus
Ewerton Paulo Lemes da Costa
Caio Bismarck S. Xavier

RESUMO

Neste artigo relataremos sobre quais as relações entre a educação e a mobilidade social, onde tratamos muito das dificuldades da mobilidade social e a educação em nosso país, pelo fato conforme o relatório do fórum Econômico Mundial está na 60ª posição, onde a nossa nota foi 52,1, numa escala de 0 a 100 considerando os fatores sobre oportunidades de trabalho; condições de trabalho; distribuição justa de salários; proteção social; acesso à tecnologia e aprendizado ao longo da vida; instituições inclusivas. Sendo cogitados os tipos de mobilidade social, vertical e a horizontal, onde a vertical implica a mudança socioeconômica, e a horizontal implica mudança de ocupação sem que haja mudança de classe social, e também nos apresenta a mobilidade ascendente que tem como principal caminho a ampliação do tempo de estudo formal e a mobilidade discente, tem como principal caminho a perda de renda. O objetivo geral deste artigo é retratar as relações entre educação e mobilidade, juntando os objetivos específicos, os tipos de mobilidade, os fatores que a influencia, ela no Brasil, a desigualdade, e a apresentação de séries deficiências que em nossos países na desvalorização, falta de vagas e outras variáveis. Para a ciência é relevante sim, pelo fato de deslocamento de indivíduos e grupos entre posições socioeconômicas diferentes, onde agrega para nossa sociedade nos mostrando de como a desigualdade no nosso país seja na educação, ou na mobilidade, nosso país tem taxas horríveis, que demonstra que devemos evoluir muito para podermos atingir certos resultados o que de uma pesquisa qualitativa teórica.

Palavras-chave: Mobilidade social- Sociedade- Educação - Desigualdade.

1. INTRODUÇÃO

Nosso trabalho foi elaborado para facilitar o entendimento e a compreensão sobre a pesquisa feita sobre o tema de educação e mobilidade social, onde o estudante ou o leitor adquira os

conhecimentos necessários para futuros trabalho acadêmicos, deixando claro que o objetivo desse trabalho é mostrar que a educação tem relação e é fundamental para que se tenha mobilidade social funcional. O método de pesquisa utilizado foi o exploratório e o hipotético-dedutivo, pesquisado pelo google, google acadêmico, plataforma Fanduca e revistas digitais. Falaremos sobre mobilidade social, horizontal, vertical, ascendente e descendente. Também sobre as desigualdades sociais no Brasil e os fatores que influênciam a mobilidade social.

2. METODOLOGIA

O método da pesquisa que utilizamos foi o exploratório, com pesquisa qualitativa e com o conhecimento adquirido seguimos para o método hipotético-dedutivo para responder às questões em pauta, onde foi usado as técnicas de coletas de dados e também resultados das buscas de informações. De acordo com REZENDE(2022); ALEXANDRE et.al.(2008) a pesquisa desenvolvida serve para obter dados descritivos, que expressam os sentidos dos fenômenos dentro da sociedade onde existe a relação da educação e a mobilidade social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1- As relações entre a educação e a mobilidade

Passamos a compreender que além da educação ser um direito para todo ser humano ele também pode colocar muito para o desenvolvimento não só do cidadão como também do país. A educação ela tem um fator muito importante pois ela é uma das maneiras mais eficientes de promover mudanças a nossa sociedade, além disso a nossa sociedade, a nossa evolução seja qual área for afetada e sendo assim a qualificação ser de extrema importância, segundo as palavras de um blog chamado unibh (2017):

A educação é um direito fundamental do ser humano e, além de colaborar para o desenvolvimento do indivíduo, é determinante para o crescimento do país. Na verdade, a educação é uma das maneiras mais eficientes de forjar cidadãos completos, questionadores, engajados e proativos, capazes de promover mudanças importantes na sociedade. A evolução social, econômica e cultural acontece por meio do conhecimento e do acesso a informações, necessários para que todos compreendam melhor o mundo, a ligação entre os fatos, os problemas, os desafios e, principalmente, o papel de cada um, diante deste cenário complexo

Sabendo também que o nível ou importância na escolaridade ajuda a ter influência direta na ascensão profissional. Sabemos que a educação ela não é só um diploma e sim muito mais pelo fato de para conquistarmos oportunidades novas no mercado de trabalho assim ajudando nos a podendo realizar sonhos e reduzindo a desigualdade e grande novas oportunidades e também não podemos deixar de citar o quanto a tecnologia vem ajudando no sentido na educação e mobilidade pelo fato de ela poder ser de fácil utilização.

3.2 Sobre a educação popular, social e comunitária relacionada à mobilidade social.

Com todas as qualidades de ensino no campo de significação pedagógica, é fundamental que nós alunos, tiremos o máximo de proveito neste conjunto educacional e de certa forma a absorção deste aprendizado. De acordo com as palavras de Alexandre et. al. (apud, FREIRE, et. al. 2008). Ainda em outras palavras, na observação dos autores, em relação à fragmentação, é realmente uma impressão que aparece em ver e observar as semelhanças teóricas da educação popular, social e comunitária. Segundo Antonio Gramsci (1968), por uma causa comum chamadas de movimentos sociais de "outro mundo possível". Existe o compromisso ético-social junto a transformação da sociedade ainda sabendo que tem as ideias conservadoras que se utilizam do modelo da educação popular.

Criado pelo regime Militar, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), iniciado em 1967, e terminou em 1985, método Paulo Freire, também diz em outras palavras, que a educação não é uma forma única de ensino, uma obrigação específica, mas sim uma possibilidade de contradições, ou seja, variedades de ensino dando ao docente autoridade de incidir para transformar realidades históricas. Lembrando que a educação popular, social e comunitária é exclusiva de todas as classes sociais.

Este estudo tem a finalidade de identificar pessoas com dificuldades, não só financeira, mas com vários problemas sociais, morais de natureza criminosa, como preconceito, discriminação e racismo, também pessoas com idade entre 14 e 25 anos que residem em favelas, com maior dificuldade de locomoção. Isto mostra a urgência da precisão de atenção que deve ser maior para esta classe social. ALEXANDRE et al. (apud FREIRE et al, 2008):

O que acontece com a educação popular, educação social e educação comunitária. Elas se situam no mesmo campo de significação pedagógica. É essa diversidade que configura a grande riqueza da educação popular, da educação social e da educação comunitária. A diversidade é a marca desse movimento de educação social, popular, cidadã, cívica, comunitária. Trata-se de uma rica diversidade que precisa ser compreendida, respeitada e valorizada. A primeira impressão que se tem é de fragmentação, mas se olharmos o conjunto desta obra, veremos que ela está unida - "cimentada", como diria Antonio Gramsci (1968) - por uma causa comum, chamada pelos movimentos sociais de "outro mundo possível". Por outro lado, existem visões conservadoras da educação que utilizam o rótulo da educação popular, comunitária ou social. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que durou de 1967 a 1985, criado pelo regime militar, dizia utilizar o "Método Paulo Freire". Ele chegou a falar de sua pedagogia emancipadora aos técnicos do MOBRAL, pouco antes dele ser extinto, em 1985. Paulo Freire insistia que a "história é possibilidade" e não determinação. Essas educações não têm como sujeitos apenas os mais empobrecidos e marginalizados. Paulo Freire enxergou isso com clareza no seu livro Pedagogia do oprimido (Freire, 1970). O objetivo deste estudo foi identificar quais fatores estão

associados a maiores chances de adolescentes de 16 a 19 anos, filhos de mulheres de baixa escolaridade, conseguirem concluir ao menos o ensino fundamental. Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1996 e 2012). Os resultados indicam que adolescentes do sexo feminino, brancos e aqueles com menor número de irmãos possuem maiores chances de mobilidade ascendente. Em 2012, o fato de o adolescente trabalhar também favoreceu a mobilidade educacional ascendente. A desigualdade sociais pode se manifestar de diferentes formas, no âmbito econômico, escola, profissional, de gênero, entre outros. Por isso, é comum também a utilização do termo no plural: desigualdades sociais. De forma contraditória, a cultura atual, principalmente a ocidental, tenta moldá-los e "formá-los" como seres homogêneos. Como consequência, os que não se enquadram nos referidos padrões e segundo as regras de normalização forjadas socialmente, recebem vários adjetivos: "anormais", "deficientes", "incapazes", "inválidos", etc.

3.3 Sobre a pesquisa o que é mobilidade social

Agora explicando um pouco sobre o que é mobilidade social, podemos definir como um deslocamento de classes, podendo ocorrer com gerações diferentes, as principais variáveis podemos citar a renda e a ocupação, não podendo deixar de citar que gênero, idade, etnia, escolaridade, afetam a mobilidade social, não podendo deixar de falar que quanto maior for a desigualdade social em um país, menor será a mobilidade, pois para mudanças requer muito um esforço dos governantes, pelo fato de que se unirem governos com empresas possibilitando oferecer novas oportunidades.

Pois tudo está satisfará ao longo de nossa vida, citando aonde que se tivermos umas educações dignas, salários justos, e além de igualdade em gêneros, nossa sociedade econômica evoluiu bastante, e poderíamos termos um país diferente assim podendo apresentar o que é mobilidade nas palavras de REZENDE,(2022):

Conforme a definição do sociólogo Anthony Giddens, mobilidade social é o "deslocamento de indivíduos e grupos entre posições socioeconômicas diferentes". Esse movimento de indivíduos ou famílias dá-se dentro do sistema de classes sociais, estruturado conforme as

categorias socioprofissionais. A mobilidade social pode ocorrer entre indivíduos de uma mesma geração (intrageneracional) ou entre indivíduos de gerações diferentes (intergeracional), pode ser ascendente, ou seja, ser uma mudança positiva de posição na hierarquia, ou ser descendente, produzir perda de posição e status.

3.4 Existem dois tipos de mobilidade social, horizontal e vertical

Entende-se que sobre mobilidade social existem dois tipos sendo horizontal e vertical, onde a horizontal pode ocorrer uma mudança de ocupação seja um cargo numa empresa ou num grupo social até na comunidade, sem que haja uma mudança na renda familiar. Já a vertical pode ocorrer mudanças de ocupação ou cargo e também na renda e posição socioeconômica, que ocorre quando uma pessoa consegue sair de uma faixa de renda para outra, classificando-se em ascendente e descendente, podemos ver que nas palavras de REZENDE, (2022).

Mobilidade social horizontal Implica mudança de ocupação sem que haja mudança de classe social, é como mudar de emprego e continuar na mesma faixa de renda. Também abrange a mudança de posição dentro de um grupo que confere autoridade e prestígio no campo simbólico, mas não muda a condição econômica. Mobilidade social vertical Por sua vez, implica mudança de posição socioeconômica, portanto, envolve não só a dimensão simbólica e social, mas também o poder aquisitivo.

Numa sociedade industrial moderna, estratificada conforme as profissões e com classes sociais definidas conforme a renda, a mobilidade vertical ocorre quando, por meio da ascensão profissional, o indivíduo consegue mover-se de uma faixa de renda para outra. Por exemplo, o indivíduo da classe C que ingressa no Ensino Superior forma-se, torna-se um profissional liberal e migra para a classe B. O principal caminho para galgar mobilidade social vertical é a educação formal. A mobilidade social vertical pode ser classificada em

ascendente e descendente. A mobilidade ascendente ocorre quando uma pessoa desloca-se para uma posição superior na pirâmide socioeconômica. Já a mobilidade descendente ocorre quando alguém perde posições e desloca-se para uma posição social inferior.

Ascendente acontece quando uma pessoa sai de uma classe social para outra no sentido subindo de posição, pois a ascendente é o tipo que alcança uma posição superior, por exemplo, quando uma pessoa termina seus estudos ou até mesmo faz uma faculdade e torna-se um bom profissional liberal e adquire uma renda melhor e assim sobe de classe. Agora a descendente é quando uma pessoa sai de uma classe social para outra no sentido descendo de classe, pois a descendente é o tipo que vai para uma posição inferior, por exemplo, uma pessoa com pouco estudo não consegue acompanhar a evolução com tecnologia e por outras profissões que vão sendo desvalorizada e o profissional destas profissões acabam caindo de classe. Portanto fica claro que o principal fator para que ocorra uma mobilidade social vertical é a educação, que adquire qualificação profissional, e ele consegue atingir um crescimento passando de uma classe inferior para uma superior (REZENDE, 2022).

3.5 Fatores que influenciam a mobilidade social

Pode se dizer que existem três fatores que podem influenciar para a mobilidade social, sendo o primeiro fator como renda salarial das famílias, tanto para a ampliação ou para sua destituição de posses para cima ou para baixo, já o segundo fator é a ocupação, que vem sempre aumentando seu espaço territorial até bairros com ligação ao centro, com a estruturação se formando em base social onde também não podemos deixar de citar a remuneração salarial, quanto maior for o salario melhores moradias, pois profissões mais remuneradas estão no topo da hierarquia, terceiro fator podemos dizer o quanto a educação formal é influente e interligada a mobilidade social, quanto maior a escolaridade maior a chance de se

encaixar em empregos bem remunerados assim podendo ter maior prestígio social, não podemos deixar de citar alguns aspectos negativos como a desigualdade racial e de gêneros, que se encaixa na mobilidade social interferindo na ocupação, escolaridade e renda. REZENDE,(2022):

3.6 Mobilidade social no Brasil

No entendimento sobre mobilidade social, a desigualdade é um fator que leva a mobilidade no país se abaixa o Brasil, por exemplo, eu segundo país mais desigual do mundo um estudo realizado no ano 2000 notou que houve um pequeno crescimento na mobilidade, mais de curta distância, pelo fato de nosso país ser muito rígido na qualificação formal no mercado de trabalho pelo fato de sua trajetória profissional ser de extrema limitação, sendo assim o rico se manteve em sua classe social enquanto os assalariados teve uma piora, não somente para os homens, mas principalmente para mulheres.

A mobilidade em nosso país é tão baixa que conforme a pesquisa do fórum econômico mundial, onde 82 países participantes, o Brasil conquistou a 60ª posição e não parando por aí, numa escala de 0 a 100 a nota de nosso país foi 52,1 com pior índice salarial nas palavras de REZENDE (2022). Conforme relatório do Fórum Econômico Mundial de 2020, num ranking de mobilidade social, entre 82 países, o Brasil está na 60ª posição. A nota do Brasil foi 52,1 numa escala de 0 a 100, sendo que o pior índice do país está na variável "distribuição justa de salários". O Índice Global de Mobilidade Social considera fatores como: oportunidades de trabalho condições de trabalho distribuição justa de salários proteção social acesso à saúde e educação acesso à tecnologia e aprendizado ao longo da vida qualidade e equidade da educação instituições inclusivas Esse relatório também mensura a mobilidade social ao calcular quantas gerações são necessárias para uma família de baixa renda atingir a

renda média do país. Na Dinamarca, um dos países que lideram o ranking de mobilidade social, as famílias de baixa renda levam duas gerações para atingir a renda média. No Brasil, são nove gerações. O relatório aponta a má elaboração de políticas públicas como responsável pela permanência da desigualdade e da baixa mobilidade social.

Mostrando que precisamos de nove gerações para uma família brasileira atingir uma renda média no país, e o responsável por tudo isto e a má elaboração de políticas públicas.

3.7 Possibilidades da mobilidade social

As razões que possibilitam a mobilidade social, uma delas são o acúmulo ou perda de riquezas e como se definem o seu padrão de renda em grupos, assim podemos ver como a mobilidade veio com mudanças radicais em vista das épocas passadas no período feudal para o capitalismo de hoje, separando grupos sociais de acordo com suas posses de capitais e qualidades profissionais. outra questão importante, Com melhores estudos e uma educação formal temos uma melhor remuneração salarial do que aqueles que não tem estudos por isso que a sociedade precisa da influência do governo com o propósito de equalizador mediando a mobilidade com a desigualdade para que isso não se rebaixe para uma classe de miserável, quando menos desigualdade menos mobilidade assim podendo facilitar as oportunidades hierárquica superior de rendas as classes. SENNA,(2020).

3.8 Desigualdade Social

A desigualdade social está presente em toda sociedade e em todos os países do mundo, seja ela por gênero, raça, cor, crença ou até grupo social, com isso a desigualdade limita esse grupos de ter acesso a educação melhor, saúde de qualidade, trabalho digno, casa própria, até mesmo meios de se locomover seja ela por carro ou

motos. segundo as palavras de (Rosseau), a desigualdade tende a se acumular Logo, determinados grupos de pessoas de classes sociais e econômicas mais favorecidas têm acesso a boas escolas, boas faculdades e, conseqüentemente, a bons empregos.

Com isso podemos relatar que muitas pessoas não conseguem sair desse modo de viver por gerações que vem passando de pai para filho devido os seus status social e suas dificuldades, sem bons estudo não tem como ter uma remuneração digna e onde dificulta uma família de crescer e desenvolver assim podemos dizer que são desiguais as classes. CARVALHO (apud ROSSEAU):

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a relação que existe entre educação e mobilidade social, conseguimos encontrar e identificar, a solução do problema composto, onde podemos focar, o quanto a educação é interligada e essencial para mobilidade social, pelo fato de que mesmo as nossas taxas de desenvolvimento educacional serem de tipo descendente, conseguimos avaliar que temos muito para evoluir.

Onde o objetivo encontrado através da nossa pesquisa, é o fato de nossos governantes não favorecerem uma educação adequada para grupos menos favorecidos, chegando a se tornar uma desigualdade, e desencadeando tipos de modalidades citadas, que permaneceram em mobilidade horizontal.

Este artigo ampliou muito a nossa compreensão, pelo fato de nos ensinar e estimular a se aprofundar mais em níveis de conhecimento ligado a diversa área da mobilidade, onde pode nos mostrar que ela está rotativamente relacionada a nossa vida diariamente.

Através da pesquisa, descobrimos diversos problemas, alguns citados, que pela falta de educação gera desigualdade social, e interfere no crescimento de classes ou grupos sociais.

E todos nossos levantamentos foram confirmados e

reafirmados, em cima de diversos estudos e pesquisas, confrontando sua veracidade, obtendo o mesmo resultado. Os objetivos gerais e específicos, foram alcançados ao analisar que ser confirmadamente que existe uma relação clara entre ambos, onde a mobilidade social não se desenvolveria sem a educação, e mostrar qual era a suas reações no desenvolvimento, crescimento, socioeconômico no país.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Carla. www.poletize.com.br/desigualdadesocial/, /31/07/2017

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA:** Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum

REZENDE, Milka de Oliveira. **"Mobilidade social";** *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mobilidade-social.htm>. Acesso em 31 de março de 2022

SENNA,AYRTON. Educa mais brasil 2020 educa mais brasil.com.br19/11/2020:

UNIBH, blog. Educação Inovação 2017, www.unib.br/blog 30/10/2020.

**EDUCAÇÃO: UM FATOR DE DESENVOLVIMENTO: SOCIAL,
POLÍTICA E CULTURAL**

Ricardo Batista Tirapele
Jackson Silva Ribeiro
Lucas Eduardo Carneiro
Jhonathan Roger dos Santos Diniz
Leonildo Wagner de Jesus
Ewerton Paulo Lemes da Costa
Caio Bismarck

RESUMO

O presente artigo compreende em sentido geral o fator da educação, desenvolvimento social, político e cultural. Por meio de reflexões acerca das referências gerais o desenvolvimento educacional tem como base principal os valores socioeconômicos e culturais, entregues pela sociedade com o passar do tempo. Em termos mais esclarecedores, na sua forma escola educação e desenvolvimento é um fenômeno social, com sua estrutura e evolução ligado diretamente às instituições de política públicas do Estado. As argumentações expostas têm compreendido as variadas dificuldades no processo determinante das políticas em suas análises dos propostos projetos, a atenção das decisões tomadas em suas escolhas nos caminhos de implementação, avaliações aplicadas que interagem as relações entre políticas públicas do Estado e sociedade. A importância deste trabalho é ter uma finalidade ampla de socializar mediante a cultura de seu núcleo de valores e aprendizagem global para as gerações atuando como ideias de progresso educacional a nível acadêmico e científico. Também na área da ciência, tem como base todos os princípios em desenvolvimento, educação, cultural e social, assim enriquecendo a concepção estudo da ciência, que por consequências natural de percurso, trás para a sociedade conhecimento profissional na área de trabalho e evolução tecnológica com suas descobertas. Está pesquisa é qualitativa teórica com duração de seis meses aproximadamente devido a evolução cotidiana da ciência na sociedade em termos geral.

Palavras-chave: Educação - Desenvolvimento Social - Política - Cultural

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado para os melhores fins de obter os resultados para atender seus devidos leitores, podendo assim esclarecer dúvidas sobre a Educação como fator do desenvolvimento

social, político e cultural. Podemos trazer que na educação temos muitas portas de conhecimento, sua estrutura e evolução, diretamente ligados à dinâmica da sociedade. Sociedade é a principal dependente de educação para seu crescimento e desenvolvimento para assim poder fazer uma nova geração de pessoas culta e letradas, saindo da cultura de pai para filho sendo ela herdada, para cultura de aprendizado, adquirindo experiências e conhecimento colocando em prática seu aprendizado. Contudo, com esse aprendizado podemos fazer com que o governo olhe mais para as classes menos favorecidas podendo facilitar os estudos e investindo mais na educação para seu crescimento podendo melhorar a mobilidade social. o método utilizado foi exploratório com o hipotético dedutivo onde pesquisamos pelo google acadêmico, revistas eletrônicas, plataforma da faculdade FANDUCA, assim conseguimos obter os devidos resultados.

2. METODOLOGIA

O método que utilizamos nesta pesquisa onde foi retirados devidos conhecimentos foi a exploratória, com dados qualitativos, foram utilizados materiais de apoio da plataforma da faculdade FANDUCA, como também livros como 'Sociologia Fundação Calouste Gulbenkian` Giddens Anthony (2008), google acadêmico, revistas eletrônicas, biografias e etc. Com o conhecimento adquirido podemos ir para o método hipotético dedutivo para assim podermos responder com maior clareza e objetividade as devidas questões, para assim formular o trabalho solicitado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Educação como um Fator de Desenvolvimento Social

Podemos entender que a base do desenvolvimento social retrata a educação como um fator principal sem deixar de notar ela de ser o pilar do país e o instrumento com capacidade de

desenvolvimento ou até mesmo evoluir, qualquer nação. Podemos notar o quanto a educação é fundamental não só para nossa nação mas sim pra todos aonde os pais que valoriza a educação crê-se a economia muito valoriza forte já os pais que não valorizam a educação em geral este sim crê-se nota economia a faz frágil seguindo as palavras de FREITAS (2022):

A Educação, que é um dos principais fatores que propiciam o desenvolvimento das nações, deve ser o pilar de um país. A educação é um instrumento capaz de desenvolver qualquer nação.

Podemos entender a educação como fator de ecodesenvolvimento social pode ter uma qualidade de vida melhor emprego moradia convívio social e devolver nosso conhecimento de forma livre, salpresado nossa ponte de vista e dedicar nossas escolhas de forma livre, e defender aquilo que adquirimos através da lei em nosso país podemos colocar tudo isso no país que vivemos através da educação que o indivíduo aprende a se desenvolver o conhecimento e seu direito.

A educação é um dos fatores principais para ocorrer desenvolvimento e crescimento no país, seja social, político e cultural, pois a educação é a base e a estrutura para que um país evolua, como explica com suas próprias palavras FREITAS (2022):

A Educação, que é um dos principais fatores que propiciam o desenvolvimento das nações, deve ser o pilar de um país. A educação é fundamental para a transformação de uma nação, os países que não valorizam a ética, o trabalho e a educação em geral, apresentam economia frágil, os rendimentos são inferiores, refletindo em todo segmento, como habitação, saúde, qualidade e expectativa de vida. O desenvolvimento é uma questão cultural, pois os países desenvolvidos se encontram nessa condição por causa da população que é instruída de conhecimento e que exerce a cidadania.

Podemos entender a educação como fator de desenvolvimento social, pois podemos ter uma qualidade de vida melhor, emprego,

moradia, convívio social e desenvolver nosso conhecimento de forma livre expressar e dedicar nossas escolhas defender aquilo que adquirimos através da lei em nosso país Brasil podemos colocar tudo isso em prática da forma que vivemos através da educação social e que o indivíduo aprende a se desenvolver e conhecer seus direitos na sociedade como citado abaixo nas palavras de SOUSA, FREIESLEBEN (2018):

A educação é uma arma poderosa. Através dela, um cidadão se torna mais crítico, tem mais oportunidades de emprego e melhoria na sua própria qualidade de vida. A importância de aprender para si mesmo é compartilhar os conhecimentos com os outros. É através desse compartilhamento que a educação atua diretamente no desenvolvimento econômico, social e cultural. Sem acesso ao conhecimento, ficamos sem saber de temas como direitos, meio ambiente, condições adequadas de trabalho e respeito.

Para falarmos sobre educação como fator de desenvolvimento social, devemos primeiro iniciar como a educação surgiu em nosso Brasil, ela chegou em nosso país através dos nossos descobridores, portugueses, pois passou mesmo a ser transmitidas mesmos, pelos padres jesuítas, é que naquela época utilizaram com a religião, como ferramenta para começar a domesticar aquele povo que eram os índios, de forma obrigatório, sendo assim criando um monopólio onde, eles ensinavam sempre a classe inferior jamais conseguir superar sua própria monarquia, assim nas palavras de hoje a classe miserável e toda geração jamais conseguiram evoluir sua classe, continuando sempre na mesma classe.

Com passar do tempo ela foi evoluindo e começando a crescer e interrompida através do ciclo ditatorial político do tempo, usando de forma manipuladora a população pequena como alicerce, para classe superior fica acima, isto foi mudando ao passar do tempo, a educação foi abrangente, na sociedade aonde que chegou até nós, e nos dias de hoje não é muito diferente os governantes em seus discursos para defender seus próprios interesses usando o meio chamado

comercialismo a educação e a saúde, emprego e moradia nos seus discursos para ganhar votos, mas realmente a verdade isto não ocorre quando eles conseguiram conquistar o cargo manipulam de forma mecanicista a sociedade para o pequeno sempre continue limitado seus objetivos, passando de pai para filho e infelizmente é uma grande verdade que ocorre em nossos 'pais e isto ficou claro com as inovações que foram adotados em nossos pais veio de países de fora, criando um sistema político e comercialista onde os grandes empresários investem na educação para que a sociedade sirva a eles numa verdadeira briga política.

Não podendo deixar de citar neste período de evolução, foi sendo diversificada uma revolução na educação social pelo fato de começar a transformar a educação um palco para todos, e abrindo espaço para se libertar daquele monopólio e começar a amplificar os conhecimentos, mesmo com tantas dificuldades, que era aquele tempo, a evolução foi muito lenta, mas conseguindo em algum momento gerar nem que seja um mínimo de crescimento, até conseguir superar alguns obstáculos mas começou mesmo a se destacar depois de fundado a constituição em nosso país, decretando no artigo 208 da constituição federal, a educação como direito a todos, mas mesmo com toda esta evolução ainda hoje vivemos um momento que existem muitas pessoas ainda MOBREAL, por falta de recursos e investimentos políticos pelo fato, que não há como falarmos de educação dizendo-o início sem citar um fator principal que é a nossa política pública.

3.2 Educação como um fator de desenvolvimento político

Usamos parâmetros de relação existentes entre os baixos resultados nos exames institucionais da educação escolar e o sistema de poder políticos brasileiros. Com fator de educação sendo baixo, nível os quadros políticos quase nunca mudam pelo fator de nível baixo para se dirigir os estados cidades e até mesmo o país políticas

o fator de educação é muito importante para o país e a mesma importância da política, na área da educação pois assim formando pessoas melhores cidades, dignos de saber seus direitos.

Pode-se perceber o quanto as políticas públicas elas vem produzindo uma total extensão seja dela ou escolarização ou educação se tornaram totalmente desprivilegiadas a nossa população. Podemos nos direcionar a um movimento sócio capitalismo formando totalmente diferentes formas seja dela organização ou produção, sendo assim no olhar se tornando e se formando cada dia mais importante passando seu ponto de vista a educação escolar possibilitando não somente o esforço individual como também a ascensão social, trazendo consequências graves a sociedade. Onde até mesmo formada duas leis comportais mostradas nessa citação abaixo nas palavras de JÚNIOR, (apud. AGUIAR e DURÕES, 2008):

Percebe-se, no entanto, que as políticas públicas e os discursos produzidos vêm, paulatinamente, seguindo em direção à maior abertura e extensão da escolarização às camadas desprivilegiadas da população. Tal abertura é engendrada, mormente, a todo um movimento da sociedade capitalista na direção da constante e necessária revolução dos meios de produção, e às diferentes formas de organização dessa produção. É neste trilho que a educação escolar passa a ser vista, de forma cada vez mais importante, como possibilidade de ascensão social, pela via do esforço individual, o que se crê trazer consequências graves à sociedade, como veremos à frente. Embora demasiado óbvia, haja vista a necessidade que o sistema capitalista tem de um contínuo progresso técnico-científico (Marx e Engels 2007), pensa-se que as políticas públicas de educação refletem tal constatação. Assim, as duas leis aqui postas sob análise comparativa refletem os seus respectivos contextos históricos, principalmente no que se refere ao modelo de desenvolvimento próprio de cada uma, a saber: 1) a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 e o nacional-desenvolvimentismo, cujo auge se dá nas décadas de 1950 e 1960; e 2) a LDB de 1996 e o processo de reestruturação produtiva, iniciado no final de década de 1970 (Aguiar & Durães, 2008).

Podemos notar e até mesmo repensar em uma educação como um projeto público chegando poder a tentar entender em uma política pública repensando em uma pedagogia cega a realidade social em que não somente a educação como a escola, podendo tange não só apenas em esfera mas como também uma relação entre política e educação, não só uma atuação seja ela local ou por parte de uma esfera seja ela ampla ou até mesmo um poder central, podendo e regime político sustentar um sistema totalmente educacional com execução total de suas diretrizes, pelo fato do poder político conseguir ter um controle total onde predominam seja seus interesses e valores podendo nos mostrar que o sistema educacional não tendo uma representação forte tem a obrigação de obedecer aqueles objetivos daquele grupo assim citado nas palavras de LENOIR(apud.1986):

No que tange a relação entre educação e ações na esfera política, há que considerar-se a essência dos níveis de atuação dos estreitos limites do poder local e da esfera mais ampla do poder central. Para Romanelli (1986), quando o regime político sustenta-se em fortes estruturas do poder local, raramente um sistema educacional organiza-se tendo em vista a execução das suas diretrizes centrais. A autora enfatiza que tratam-se, geralmente, de políticas educacionais que limitam-se ao clientelismo e não adotam procedimentos unificadores para toda a nação. Na estruturação do poder central, o controle político é orientado por representantes de esferas elevadas que traçam diretrizes e criam estruturas globais em que predominam os interesses e valores dos grupos dominantes. Caso ocorra, na composição do poder, grupos com interesses contraditórios, o sistema educacional tende a obedecer aos objetivos daquele grupo que possui representação mais forte, ou ao jogo das mútuas concessões e dos compromissos emergentes com as alianças ocasionais ou permanentes promovidas pelas facções tendo em vista o próprio fortalecimento.

Já neste ponto podemos notar que a democracia na gestão escolar não só tem o poder de formar cidadãos com um senso criativo como também seres humanos conscientes, com esta base podemos

criar não só a sua participação como também indivíduos conscientes não só com os seus direitos, mas também os seus deveres atingindo estes fatores citados podemos ter um controle social que podemos exercer democraticamente uma gestão seja ela inteligente, conseguindo atingir uma participação seja tanto de comunidade ou como da sociedade seriam de um ótimo proveito isto forma criação seja de escola comunitária, aonde conseguiríamos ajudar totalmente a comunidade, também cooperativas sendo elas tendo a possibilidade de unir seja politicamente ou até mesmo cooperativamente há educação assim unindo as forças de associações do país agora nas palavras de JUNIOR, (2010/2012).

Assim como a autora ROMANELLI (1996) traz uma referência na Discussão sobre a história da educação brasileira, a autora traz uma tese forte ligação entre a expansão de ensino e o processo de industrialização e modernização das relações sociais. Neste sentido vemos que a política pública e um conjunto de ações coletivas voltadas para garantir os direitos sociais. Podemos citar onde que um momento histórico que na década de 1960 a onde reinava o modelo fordista\taylorista a onde os trabalhadores tinham o mínimo de acesso possível ao processo de produção, e instruções mínimas eram suficientes um ensino técnico direcionado a execução de tais tarefas era o suficiente onde o empregado teria pouco conhecimento e até mesmo não conseguia evoluir dentro do campo de trabalho onde o empresário visava apenas o seu lucro próprio e pouco se importava com o emprego já na LDB de 1996 na sua reestruturação de relação de produção a onde o educando continuava a aprender e sendo preparado para o trabalho para continuar aprendendo sendo capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento onde cita (ROMANELLI) que as reformas educacionais efetuadas na década de 1960, que de fato já vinham a ocorrer desde as décadas anteriores ligadas ao desenvolvimento do país todo.

3.3 Educação como um fator de desenvolvimento cultural

Sobre a educação e desenvolvimento na cultura podemos citar que uma cultura ela pode e não só as crenças que passam de pai para filho mas como também sua diversidade e comportamento se transformando em choque cultural até mesmo entre o ocidente e até o oriente assim nas palavras de GIDDENS(2001, p.24):

Não são só as crenças culturais que variam de cultura para cultura. Também a diversidade do comportamento e práticas humanas é extraordinária. Não podemos deixar de citar o quanto a cultura desempenha um papel muito importante sendo assim deixando frisado, e também possa ser importante nas normas e valores citando também a sua importância, recitando tal criatividade de mudanças. Deixando claro que a subcultura e as contraculturas e os seus valores muito vigente em uma sociedade podendo promover pontos de vistas diferentes ou até mesmos alternativos nas palavras ainda de GIDDENS(2001,p.25). A cultura desempenha um papel importante na perpetuação das normas e valores de uma sociedade, oferecendo também oportunidades importantes de criatividade e de mudança. As subculturas e as contraculturas - grupos que rejeitam a maior parte das normas e dos valores vigentes numa sociedade - podem promover pontos de vista alternativos à cultura dominante. Os movimentos sociais e os grupos de pessoas que partilham os mesmos estilos de vida constituem forças poderosas de mudança no interior das sociedades. Desta forma, as subculturas oferecem às pessoas a possibilidade de se expressarem e agirem de acordo com as suas opiniões, aspirações e valores.

Podemos ter a certeza que nem todas as culturas têm um padrão de comportamento próprio pelo fato de pessoas terem contextos culturais diferentes podendo dar um exemplo se você já viajou para fora do país e provavelmente dê familiar pelo fato de ser uma cultura, costume, hábitos, e modos de comportamentos, chegando a tornar um choque cultural, pelo fato de serem inseridos em uma nova cultura GIDDENS(2001, p.25):

Todas as culturas têm um padrão de comportamento próprio, que parece estranho a pessoas de outros

contextos culturais. Se já viajou ao estrangeiro, é-lhe provavelmente familiar a sensação resultante de se encontrar inserido numa cultura nova. Certos aspectos da vida quotidiana que, em determinada cultura, são inconscientemente tomados como assentes podem, em outras partes do mundo, não fazer parte do dia-a-dia. Mesmo países que partilham a mesma língua podem ter hábitos, costumes e modos de comportamento bem diferentes. A expressão choque cultural é adequada! É frequente as pessoas sentem-se desorientadas, quando se inserem numa cultura nova, pois perdem os pontos de referência que lhes são familiares e que ajudam a entender o mundo que as rodeia, e ainda não aprenderam a orientar-se na nova cultura. As culturas podem ser extremamente difíceis de entender quando vistas de fora. Não é possível compreender crenças e práticas se as separamos das culturas de que fazem parte. Uma cultura tem de ser estudada segundo os seus próprios significados e valores - um pressuposto essencial da Sociologia.

A um fator aonde os sociólogos se esforçam para evitar o etnocentrismo, que significa a visão preconceituosa e unilateralmente formado sobre outros povos, culturas, religiões, e etnias, pois neste fato consiste em julgar outras culturas pelo fato de não só a incerteza mas como também o fator do ponto de vista completamente opositor da cultura, e relativamente e implicando que julgarmos todos os costumes e modos GIDDENS(2001, p.24):

Os sociólogos esforçam-se o mais possível por evitar o etnocentrismo, que consiste em julgar as outras culturas tomando como medida de comparação a nossa. Dada a ampla variação das culturas humanas, não é surpreendente que as pessoas provenientes de uma cultura achem frequentemente difícil aceitar as ideias ou o modo de comportamento das pessoas de uma diferente. Aplicar o relativismo cultural - isto é, analisar uma situação segundo os padrões de outra cultura, suspendendo os nossos valores culturais bem enraizados - pode ser algo repleto de incerteza e desafios. Não apenas porque se pode revelar difícil ver as coisas de um ponto de vista completamente diferente, mas também porque às vezes se levantam questões inquietantes. O relativismo implica que julgemos todos os costumes e comportamentos como sendo igualmente legítimos?

Na cultura existiram, com certeza, padrões universais onde todos os seres humanos têm a obrigação de seguir assim conforme o Afeganistão como exemplo, podendo deixar também frisado um elemento também muito importante que se chama socialização onde existem a primária, e a secundária, primária, podemos citar laço entre mãe e filho mas ao passar do ciclo os agentes foram se formando o que chamamos de socialização secundária como a escola se tornado um processo no qual as crianças chegam indefesas, começam a passa por um processo gradualmente que, sai do indefesa, passando a seres com autoconscientes, continuando serem treinados nas formas culturais em que nasceram podendo deixar claro que a socialização não se trata de uma espécie de programação cultural mas sim uma forma passiva da criança absolver o comportamento de seus pais, pelo fato das crianças serem desde o início seres activos GIDDENS(2001, p.28):

A socialização primária decorre durante a infância e constitui o período mais intenso de aprendizagem cultural. É a altura em que a criança aprende a falar e aprender os mais básicos padrões comportamentais que são os alicerces de aprendizagens posteriores. Nesta fase, a família é o principal agente de socialização. A socialização secundária decorre desde um momento mais tardio na infância até à idade adulta. Nesta fase, outros agentes de socialização assumem alguma da responsabilidade que pertencia à família. As escolas. Os grupos de pares, instituições, os meios de comunicação e eventualmente o local de trabalho, tornam-se forças de socialização de um indivíduo. Nestes contextos, as interações sociais ajudam as pessoas a aprender as normas, valores e crenças que constituem os padrões da sua cultura.

Então, deixando bem claro que cultura ela faz a referência, com certeza, do que o homem o ser humano produz se transformando reproduzida mente herança de pai para filho não se tornando um produto espontâneo mas sim resultando em ações humanas se gerando a razão da cultura podendo ensinar e também a tanto

aprender pelas suas gerações, olha que a escola é algo ligado a educação do fator totalmente importante, ela passa ser um palco de multiculturalidade e mesmo assim vem enfrentando diversas dificuldades, podendo se tornar o quanto necessita urgentemente a incorporação da dimensão cultural na prática pedagógica GIDDENS(2001, p.28):

A socialização liga as diferentes gerações entre si. O nascimento de uma criança modifica a vida daqueles que são responsáveis pela sua educação e eles próprios conseqüentemente passam por novas experiências de aprendizagem. Ter filhos, normalmente, liga as atividades dos adultos às crianças para o resto da vida de ambos. As pessoas mais velhas continuam a ser pais quando se tornam avós, formando então um outro conjunto de relações que ligam as diferentes gerações entre si. A socialização deve ser vista, então, como um processo vitalício em que o comportamento humano é configurado de forma contínua por interações sociais, permitindo que os indivíduos desenvolvam o seu potencial, aprendam e se ajustem.

Depois de passar a estudar sobre a verdadeira educação pude ter a certeza que realmente ela só se inicia quando podemos adquirir a cultura mental e moral se tornando não só demasiada mas também complexa GIDDENS(2001, p.31)

Estudar as suas culturas permite-nos ver com mais clareza que algumas das nossas instituições estão longe de ser fenômenos «naturais» da vida humana. Não devemos, por certo, idealizar as circunstâncias em que os caçadores recolectores viveram, mas, de qualquer forma, a ausência de guerra e de desigualdades significativas de riqueza e poder, e uma maior ênfase na cooperação do que na competição, impedem que esqueçamos que o mundo criado pela civilização industrial moderna não pode ser necessariamente identificado com «progresso».

Agora continuando, sobre o assunto do fator da educação e o desenvolvimento da cultura, mas agora nas palavras de, SÁ, GOMES (apud. DURKHEIM, 1984,p.51):

A verdadeira educação só se inicia quando a cultura mental e moral, adquirida pela humanidade, se tornou demasiado complexa, e desempenha um papel excessivamente importante no conjunto da vida comum, para que possamos deixar ao acaso o cuidado de assegurar a sua transmissão de uma geração para a geração seguinte. Então, os mais velhos sentem a necessidade de intervir, de efetuarem eles próprios essa transmissão indispensável, sumariamente, fazendo com que as ideias, os sentimentos e os conhecimentos transitam directamente da sua consciência para a consciência dos jovens. Em vez de permitirmos que estes se instruem por si próprios, espontaneamente, instruí-los nós. Ora uma acção deste género tem necessariamente algo de coercivo e laborioso, já que constrange a criança a ultrapassar a sua natureza de criança, a violentá-la, porquanto procura obrigá-la a amadurecer mais rapidamente do que essa mesma natureza permite; porquanto, doravante, em vez de deixar a sua actividade divagar livremente, ao sabor das circunstâncias, necessário se torna que a criança se concentre, voluntariamente, penosamente, nos temas que lhe são impostos (DURKHEIM, 1984, p. 294).

A cultura não é só como às vezes pensamos num sentido apenas de música, teatro, esporte, artes, literatura, algum tipo de festa em determinada época, mas está relacionada também em como é o comportamento de uma pessoa, o modo de agir, falar, se relacionar com as outras pessoas, em todo o ensinamento que uma pessoa vem adquirindo em sua vida é uma cultura, portanto não existe pessoa que não tenha cultura, como afirma OLIVEIRA (2011):

As diversas abordagens do termo cultura, muitas vezes direciona o pensamento à música, literatura, artes, ou uma infinidade de habilidades desenvolvidas durante o percurso da existência do homem; entretanto, sua perspectiva é muito mais ampla, considerando-se que a cultura pode ser concebida como tudo que o homem

produz, podendo-se inclusive afirmar que sua influência de massa acaba permitindo a preservação de grupos sociais, detendo características que se manifestam no cotidiano, no comportamento social e nas produções físicas e imateriais.

No estudo sobre este tema ficou claro que a educação é essencial e influente na cultura, pois através da educação a cultura vem sendo transmitida de geração a geração por ensinamento seja em uma família ou até mesmo em certo grupo social, onde a pessoa cresce aprendendo a cultura local ou até mesmo regional, como já diz OLIVEIRA (2011):

Ao se abordar a temática "cultura", esta faz referência ao que o homem produz, podendo esta ser reproduzida como herança de pais para filhos; não são exatamente produto espontâneo, mas resultam das ações humanas. Em razão disto, a cultura também pode ser ensinada e aprendida pelas gerações que se seguem, sendo implícito que estas estão encarregadas da sua preservação. Quando se refere à sua função de transmitir valores culturais da educação, seu significado se traduz como uma riqueza de conhecimentos e competências, institucionais, integradas de valores e de símbolos, compostos durante diversas gerações e com características de uma comunidade humana peculiar, conceituada de forma mais ou menos ampla e exclusiva, resultando em uma obra é um bem coletivo (FORQUIN, 1997). Conforme afirma Oliveira (2011), existe uma cultura em cada povo, onde cada grupo social constrói e recebe outras influências culturais, considerando que desde o seu nascimento, a pessoa é influenciada pelo ambiente social à qual está incorporada. Assim, entende-se que não pode existir uma pessoa desprovida de cultura. Já Freire (2011a, p. 30) explana que a "cultura se define a partir de tudo que o homem cria". Assim, conforme explica o antropólogo Kluckhohn (1963, apud OLIVEIRA, 2011, p. 135) esta se traduz como "toda a vida de um povo, como uma herança social adquirida do próprio grupo ao qual é pertencente, ou ainda pode ser entendida como parte do próprio ambiente criado".

Assim como a autora ROMANELLI, (1996)Traz uma referência na Discussão sobre a história da educação brasileira, a autora traz

uma tese forte ligação entre a expansão de ensino e o processo de industrialização e modernização das relações sociais. Neste sentido vemos que a política pública e um conjunto de ações coletivas voltadas para garantir os direitos sociais. Podemos citar onde que um momento histórico que na década de 1960 a onde reinava o modelo fordista\taylorista a onde os trabalhadores tinham o mínimo de acesso possível ao processo de produção, e instruções mínimas eram suficientes um ensino técnico direcionado a execução de tais tarefas era o suficiente onde o empregado teria pouco conhecimento e até mesmo não conseguia evoluir dentro do campo de trabalho onde o empresário visava apenas o seu lucro próprio e pouco se importava com o emprego já na LDB de 1996 na sua reestruturação de relação de produção a onde o educando continuava a aprender e sendo preparado para o trabalho para continuar aprendendo sendo capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento onde cita (ROMANELLI) que as reformas educacionais efetuadas na década de 1960, que de fato já vinham a ocorrer desde as décadas anteriores ligadas ao desenvolvimento do país todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como entender a educação como fator de desenvolvimento social , político e cultural, conseguimos extrair a solução do problema, através dessa pesquisa, assim trazer respostas lógicas a respeito dessa questão. Por se falar em educação, ela é muito importante para toda nação, sendo ela o pilar de um país, os meios de aprendizado é interligada diretamente ao desenvolvimento social como também político e cultural assim podendo desenvolver qualquer nação. A educação atua diretamente no desenvolvimento econômico, social e cultural. Sem acesso ao conhecimento, ficamos sem saber de temas como direitos, meio ambiente, condições adequadas de trabalho e respeito.

Na política a educação entra numa esfera maior ainda com nosso capitalismo de hoje, com escolas públicos menos valorizados tornando se numa sociedade cega com menos estudos, mãos de obras desvalorizadas pelas empresas pelos seus baixos conhecimentos, não deixando uma sociedade se desenvolver como ela tem que ser com melhores estudos melhores remunera-mentos e conhecimento podendo o ser humano ser reconhecido e não explorado pelo seu governo.

A educação na cultura podemos ver que ela não é só baseada nas crenças de pai para filhos, mas sim em estilos de vida de cada grupo e seus hábitos, podemos ver que cada país tem suas crenças e suas políticas e estilos diferentes, que temos que respeitá los, assim se adequando em cada um para melhor se sobressair, não tem como eu sair do Brasil e entrar em outro país sem me adequar a qual eu for, não podemos falar de cultura sem poder estudá la, temos que se infiltrar na sociedade delas e poder entendê-las qual seus estilos de vidas e suas qualidades pegando seus pontos positivos e negativos e como é o comportamento dessas pessoas.

Existe uma cultura em cada povo, onde cada grupo social constrói e recebe outras influências culturais, considerando que desde o seu nascimento, a pessoa é influenciada pelo ambiente social à qual está incorporada. Podemos falar que ao longo deste trabalho, nosso objetivo foi alcançado com êxito, podendo responder o questionamento proposto.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Eduardo de. **EDUCAÇÃO, BASE DO DESENVOLVIMENTO.**

GIDDENS, Anthony. **SOCIOLOGIA FUNDAÇÃO GULBENKIAN.** (2008).

GOMES, Marques Emanuella. SÁ, Simone de fátima Ferreira. **A EDUCAÇÃO COMO UM PROCESSO DE TRANSMISSÃO CULTURAL: Da Participação Familiar ao Desenvolvimento Social”.**

JUNIOR, Cesar Rota. **EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL UM ESTUDO SOBRE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA.**

LENOIR, Luciana Santos. **RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E DESENVOLVIMENTO.** (2010/2012)

SILVA, Marcos Antonio da Conceição. **INFLUÊNCIA DA CULTURA DA EDUCAÇÃO.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ed.10/ v.11/ p.114-128, 2019.

O SURGIMENTO DA CIÊNCIA: UMA BREVE REVISÃO DOS RECORTES HISTÓRICOS

Márcia Ventura Prestes
Thiago Lopes Faustino
Washington Pereira Campos

RESUMO

O trabalho que vamos apresentar destaca a importância da ciência e seu desenvolvimento, em sua contínua revolução, com influência de grandes pensadores, em destaque vamos reverenciar desde o surgimento, a debates importantes que fizeram parte desta evolução científica, abordando assuntos polêmicos que causaram muitos conflitos de ideias, que até os dias de hoje fazem parte do nosso cotidiano, um ponto essencial do texto é o debate que envolve a neutralidade da ciência.

Palavras-Chave: ciência; principais momentos; desenvolvimento; neutralidade.

1 INTRODUÇÃO

O artigo abaixo relata trechos importantes que fizeram parte do desenvolvimento da ciência e suas características, o texto trata de assuntos de grande importância neste contexto, um dos autores que mais teve destaque em relação a ciência foi LAKATOS e MARCONI, dentre outros autores que também se destacaram na história da ciência.

Dentro desta dinâmica é importante destacar que com tudo a ciência ainda tem papel de destaque em tudo que vivemos dentro do texto a ciência se apresenta em vários formatos, religioso, filosófico e científico, os debates de ideias dentro do contexto é esclarecedor de maneira interpretativa, com base em tópicos que difundem a história da ciência.

2 METODOLOGIA

É o estudo de pesquisa baseado na produção científica. A metodologia bibliográfica tem como base principal estudar questionamentos para o desenvolvimento do futuro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Diversos autores tentaram definir o que se entende por ciência. Consideramos mais precisa a definição de Trujillo Ferrari, expressa em seu livro Metodologia da Ciência. Entendemos por ciência uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar: "A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação" (TRUJILLO FERRARI, 1974, p. 8).

Ciência e o conhecimento científico são definidos de maneiras diferentes pelos diversos autores que abordam estes temas. Algumas definições são bastante semelhantes, outras levantam algumas diferenças. Contudo, a maior parte dos que buscam definir a ciência concordam que "ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento existentes" (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 17).

Segundo Ferrari (1982, p. 8), ciência "é um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação". Desde o seu nascimento o homem interage com a natureza e os objetos ao seu alcance, observando as relações sociais e culturais no meio em que vive. E é através dessa observação e da sua interação com as pessoas e os objetos que o homem adquire conhecimento.

De acordo com Fonseca (2002, p. 11), "desde o seu nascimento o homem interage com a natureza e os objetos ao seu alcance, observando as relações sociais e culturais no meio em que vive. E é

através dessa observação e da sua interação com as pessoas e os objetos que o homem adquire conhecimento”.

De acordo com Fonseca (2002, p. 10), “o conhecimento é um processo dinâmico e inacabado, serve como referencial para a pesquisa tanto qualitativa como quantitativa das relações sociais, como forma de busca de conhecimentos próprios das ciências exatas e experimentais”. Portanto, o conhecimento e o saber são essenciais e existenciais no homem, ocorre entre todos os povos, independentemente de raça, crença, porquanto no homem o desejo de saber é inato. As diversificações na busca do saber e do conhecimento, segundo caracteres e potenciais humanos, originaram contingentes teóricos e práticos diferentes a serem destacados em níveis e espécies.

O homem, em seu ato de conhecer, conhece a realidade vivencial, porque se os fenômenos agem sobre os seus sentidos, ele também pode agir sobre os fatos, adquirindo uma experiência pluri dimensional do universo. “De acordo com o movimento que orienta e organiza a atividade humana, conhecer, agir, aprender e outros conhecimentos, se dão em níveis diferenciados de apreensão da realidade, embora estejam inter-relacionados” (TARTUCE, 2006, p. 5).

O homem é, por natureza, um animal curioso. “Desde que nasce interage com a natureza e os objetos à sua volta, interpretando o universo a partir das referências sociais e culturais do meio em que vive. Apropria-se do conhecimento através das sensações, que os seres e os fenômenos lhe transmitem” (FONSECA, 2002, p. 10).

É o saber produzido através do raciocínio lógico associado à experimentação prática. Caracteriza-se por um conjunto de modelos de observação, identificação, descrição, investigação experimental e explanação teórica de fenômenos. O método científico envolve técnicas exatas, objetivas e sistemáticas. Regras fixas para a formação de conflitos, para a condução de observações, para a

realização de experimentos e para a validação de hipóteses explicativas.

O objetivo básico da ciência não é o de descobrir verdades ou de se constituir como uma compreensão plena da realidade. Deseja fornecer um conhecimento provisório, que facilite a interação com o mundo, possibilitando previsões confiáveis sobre acontecimentos futuros e indicar mecanismos de controle que possibilitem uma intervenção sobre eles a publicação de Fonseca (2002, p. 11-12) nos diz que “a ciência é uma forma particular de conhecer o mundo”.

3.1 Ressonâncias científicas

A questão mais difícil de ser respondida ao se tratar da temática “ciência” é a que se relaciona com a sua definição. Como definir ou conceituar ciência? Essa pergunta permeia grande parte do itinerário bibliográfico no campo das ciências, mas nem sempre é respondida.

Freire Maia (1998) diz que raramente os filósofos da ciência se propõem a definir ciência. Existem, segundo autor, três motivos para essa recusa: o primeiro reside no fato de toda definição ser incompleta (sempre há algo que foi excluído ou algo que poderia ter sido incluído); o segundo, na própria complexidade do tema; e o terceiro, justamente na falta de acordo entre as definições (FREIRE MAIA, 1998, p. 24).

Segundo Moraes (1988), a ciência é mais do que uma instituição, é uma atividade. “Podemos mesmo dizer que a „ciência“ é um conceito abstrato.” O que se conhece “concretamente”, continua o autor, são os cientistas e o resultado de seus trabalhos. “O cientista contemporâneo sabe bem que nada há de definitivo e indiscutível que tenha sido assentado por homens” (MORAIS, 1988, p. 24).

A ciência não se reduz a experimentos, pelo contrário, é extremamente abrangente e complexa. O experimento científico como critério de cientificidade é ponto fundamental para o desenvolvimento das ciências exatas e biológicas ou da natureza,

mais bem representadas pela física e pela biologia (especialmente através de seus desdobramentos disciplinares nas últimas décadas do século XX). Porém, esse mesmo cientificismo não é partilhado pelas disciplinas que compõem as chamadas ciências humanas e sociais (FRANCELIN, 2004, p. 27).

A partir de finais do século XIX e início do século XX, com a “nova” re(evolução) científica, teve início uma revisão dessa posição com relação à filosofia, ou seja, a concepção de verdade absoluta começa a ser posta em questão devido às lacunas deixadas e que não poderiam ser preenchidas apenas pelas pressuposições científicas modernas. Ao se depararem com inconsistências nas concepções de unicidade de mundo, concretude e solidez em suas soluções, os “pesquisadores se viram levados, quase coagidos, a examinar os postulados do determinismo a crença na verdade absoluta cedeu lugar a uma concepção mais idealista das relações entre mundo das sensações e mundo construído pela teoria científica” (MOLES, 1971, p. 5).

Em contrapartida, existem processos constantes de revisões e correções feitas pelos cientistas em virtude de entenderem esse processo como parte do desenvolvimento científico, e não como sinal de falência da ciência. “O conhecimento científico abandona seu caráter de „indiscutível“, conferido pela mentalidade cientificista dos séculos XVIII e XIX, mas não abre mão de sua busca de conhecimento genuíno e exato” (MORAIS, 1988, p. 24).

Segundo Cotrim (2002, p. 47), “no meio científico, os conhecimentos também podem ser provisórios e parciais, podem dar lugar a novos conhecimentos que surgem ao longo do tempo através de novas pesquisas”. A grande diferença é que no meio científico deve haver plena consciência de que uma pesquisa que leva a um novo conhecimento não é definitiva. “O senso comum, portanto, descarta essa premissa, pois as opiniões obtidas podem ser emitidas como verdadeiras e definitivas. A ciência, aparentemente, busca por

meio de seu rigor na pesquisa, no debate e crítica de opiniões, afastar-se do senso comum” (COTRIM, 2002, p. 47).

É como manifestação desta postura crítica que os PCN enunciam a tese da não Neutralidade da ciência. Já na “Apresentação” do volume em pauta, p. ex., lê-se: “...este documento ... debate a importância do ensino de Ciências Naturais para a formação da cidadania, [e] caracteriza o conhecimento científico e tecnológico como atividades humanas, de caráter histórico e, portanto, não-neutras. (Ibidem, p.15, *itálico acrescentado*) E mais adiante: “Aos professores cabia a transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade, por meio de aulas expositivas, e aos alunos, a absorção das informações.

De acordo com (OLIVEIRA, 2003, p. 166), “o conceito de neutralidade da ciência, num sentido amplo, deve ser analisado em alguns componentes, um dos quais é a imparcialidade”. Outro dos componentes da neutralidade no sentido amplo é a neutralidade no sentido estrito, que por sua vez é formada pela neutralidade aplicada e a neutralidade cognitiva.

O relativismo é evitado pela afirmação da tese da imparcialidade, ou seja, a tese de que a ciência, nos termos a serem especificados, é imparcial; o espírito crítico é mantido pela tese da não-neutralidade no sentido estrito, ou seja, pela afirmação de que a ciência não tem como atributos nem a neutralidade cognitiva nem a neutralidade aplicada. Vejamos então em que consiste a imparcialidade. A imparcialidade diz respeito ao processo de seleção de teorias no interior da ciência, ou seja, dado um conjunto de teorias rivais sobre um domínio da realidade, como decidimos qual delas é a melhor, qual deve ser aceita como parte do conhecimento científico.

CONCLUSÃO

A partir desse artigo podemos definir que a ciência e o conhecimento científico fazem parte do desenvolvimento humano desde a Grécia antiga, e vem nos auxiliando com grande relevância em sentido positivo ao nosso conhecimento. A ciência teve como pilar em seu tempo, Galileu Galilei um grande pensador que fez grande diferencial em suas teorias científicas vale ressaltar a importância da ciência ao conhecimento da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas. 15. ed. São Paulo : Saraiva, 2002.

FRANCINI, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p. 26-34, set./dez. 2004

FERRARI, T. A. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1982. FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE MAIA, Newton. A ciência por dentro. 5. ed. Rio de Janeiro :Vozes, 1998 IBIDEN, Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-172, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas, 1991. MOLES, Abraham Antoine. A criação científica. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MORAIS, Regis de. Filosofia da ciência e da tecnologia. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 1988 OLIVEIRA, Trans/Form/Ação. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-172, 2003.

TARTUCE, T. J. A. Métodos de pesquisa. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila. Disponível em: Acesso em: 05 de nov. 2017

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. Metodologia da ciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

CONHECIMENTO FILOSÓFICO E RELIGIOSO: É POSSÍVEL UM ANULAR O OUTRO?

Nathyelly Kethellyn Batista
Juliana Lyra Máximo
Francine de Cassia Miranda
Washington Pereira Campos

RESUMO

Neste artigo científico serão mostradas as etapas para o desenvolvimento do trabalho, também veremos a diferença do conhecimento religioso para conhecimento filosófico, mostrando como nenhum conhecimento exclui o outro. Apesar de suas diferenças todos têm a sua função de conhecimentos diversos e também as suas verdades exatas ou não.

Palavra-chave: Conhecimento Filosófico, Conhecimento Religioso, Desenvolvimento de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Segundo os estudos relata as experiências vividas como exemplo de observação, também onde ele define o conhecimento com suas características, envolvendo os fatores, valor ativo não verificável, racional, sistemático etc. O conhecimento religioso revela a arte dos princípios que as verdades tratadas são infalíveis e indiscutíveis, as representações sociais visam integrar um fenômeno social e não familiar. Assim, será visto as diferenças de conhecimento e também mostrando como um não invalida o outro.

2. METODOLOGIA

A metodologia usada foi por pesquisas bibliográficas exploratória usando os links de estudos disponíveis na plataforma EAD FANDUCA.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 diferença entre conhecimento filosófico e religioso

De acordo com Pereira et. al (2018 p. 17-18):

O conhecimento filosófico tem como características: Valorativo – seu ponto de partida consiste em hipóteses, que não poderão ser submetidas à observação. As hipóteses filosóficas baseiam-se na experiência e não na experimentação. Não verificável – os enunciados das hipóteses filosóficas não podem ser confirmados nem refutados. Racional – consiste num conjunto de enunciados logicamente correlacionados. Sistemático – suas hipóteses e enunciados visam a uma representação coerente da realidade estudada, numa tentativa de compreendê-la em sua totalidade. ·Infalível e exato – suas hipóteses e postulados não são submetidos a teste da observação, experimentação. A filosofia encontra-se sempre à procura do que é mais geral, interessando-se pela formulação de uma concepção unificada e unificante do universo. Para tanto, procura responder às grandes indagações do espírito humano, buscando até leis mais universais que englobam e harmonizam as conclusões da ciência.

O conhecimento filosófico representa um meio termo entre o conhecimento científico e o empírico, pois nasce a partir da relação do ser humano com o seu cotidiano, mas baseado nas reflexões e especulações que este faz sobre todas as questões imateriais e subjetivas.

Esse tipo de conhecimento foi construído devido a capacidade do ser humano de refletir. Mesmo sendo de natureza racional, o conhecimento filosófico dispensa a comprovação científica, uma vez que o objeto de análise deste não consiste em coisas materiais. “graças ao conhecimento filosófico que são construídas ideias, conceitos e ideologias que buscam explicar, de modo racional, diversas questões sobre o mundo e a vida humana” (PEREIRA et. al, 2018, p. 16).

Segundo Pereira et. al (2018 p. 18):

Apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas, valorativas, por terem sido reveladas pelo sobrenatural. É um conhecimento sistemático do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino. Suas evidências não são verificadas. O conhecimento religioso ou teológico parte do princípio de que as verdades tratadas são infalíveis e

indiscutíveis, por consistir em revelações da divindade, do sobrenatural Conhecimento teológico.

Este tipo de conhecimento está baseado na fé religiosa, acreditando que esta é a verdade absoluta e apresenta todas as explicações para os mistérios que rondam a mente humana. Não há necessidade de verificação científica para que determinada “verdade” seja aceita sob a ótica do conhecimento religioso (PEREIRA et al., 2018, p. 16).

Baseado nessas informações podemos chegar a conclusão de que a diferença entre conhecimento filosófico e conhecimento religioso é de que: o Religioso baseia-se em crença, na divindade e fé. Já o filosófico baseia-se na Razão, de sempre ter um por quê? Na vida cotidiana de cada ser humano envolvendo seu modo de agir e refletir.

3.2 As etapas para um desenvolvimento de trabalho

A elaboração do Plano de Trabalho pode proceder o fechamento, quando então é provisório, ou ocorrer depois de iniciada a coleta de dados bibliográficos, quando já se dispõe de mais subsídios para elaboração do plano definitivo, o que não quer dizer estático. Isso porque o aprofundamento em determinadas etapas da investigação pode levar alterações no todo do trabalho. Na elaboração do plano deve-se observar a estrutura de todo o trabalho científico: introdução, desenvolvimento e conclusão.

a) Introdução. Formulação clara e simples do tema, sua delimitação, importância, caráter, justificativa, metodologia empregada a apresentação sintética da questão.

b) Desenvolvimento. Fundamentação lógica do trabalho, cuja a finalidade é explorar e demonstrar suas principais ideias. Apresentar três fases: Explicação. Explicar e apresentar o sentido de um tema, é analisar e compreender, procurando suprimir o ambíguo ou o obscuro. Discussão. É o exame, a argumentação e a explicação do

tema: explica, discute, fundamenta e enuncia as proposições. Demonstração. É a dedução lógica do trabalho, implicando o exercício do raciocínio.

O desenvolvimento do tema exige divisão do mesmo em tópicos logicamente correlacionados. As partes do trabalho não podem ter uma organização arbitrária, mas baseada na estrutura real ou lógica do tema, sendo que as partes devem estar "sistematicamente vinculadas entre si e ordenadas em função da unidade de conjunto". Para tal, "é necessário saber distinguir o fundamental do secundário, o principal do subordinado e distribuir equitativa e gradualmente as partes segundo esse critério" (SALVADOR, 1980, p. 62).

c) Conclusão. Consiste no resumo completo, mas sintetizado, da argumentação desenvolvida na parte interior. Devem constar da conclusão a relação existente entre as diferentes partes da argumentação e a união das idéias e, ainda, a síntese de toda a reflexão (LAKATOS E MARCONI, 1992, p. 45-46).

3.3 Um conhecimento exclui o outro?

As representações sociais visam integrar um fenômeno social não familiar, que, por ser desconhecido, gera medo e ansiedade, ao conhecimento que os indivíduos e grupos dispõem sobre seu cotidiano. Por tal motivo, é necessária a sua assimilação ao referencial conceitual dos indivíduos, para que possa se tornar familiar. Isto ocorre também quando se apresenta determinado conhecimento especializado (reificado) a um determinado grupo social, "e a partir de sua apresentação ele é reelaborado, tornando-se uma nova forma de conhecimento denominado de consenso, decorrente das conversações e do consenso entre os membros de um determinado grupo social" (SILVA et al., 2010 p. 948).

De acordo com Silva et al. (2010 p. 948), "as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente organizado e

partilhado, que tem objetivo prático e colabora para a constituição de uma realidade comum a um grupo social, podendo ser denominada como saber de senso comum ou ainda saber natural”. Esta forma de conhecimento é distinta, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo legítimo da própria ciência. Ele apresenta relevância para a vida social já que indica processos cognitivos encarnados nas interações sociais.

As representações sociais são reconhecidas como sistemas de interpretação que dirigem nossa relação com o mundo e com os outros. Elas norteiam e estabelecem as condutas e as comunicações sociais. “Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais” (SILVA et al., 2010 p. 948).

A TRS é abrangente, pois utiliza conceitos sobre atitudes, opiniões, imagens e outros, não os excluindo, mas incorporando-os. A integração desses conceitos favorece compreender a realidade que nos circunda. “Uma representação social possui duas faces que se estruturam: a figurativa e a significação, pois cada figura está ligada a um sentido e vice-versa, favorecendo a percepção da relação entre o objeto identificado e a sua interpretação” (SILVA et al., 2010 p. 948).

Na esfera social, dentre vários tipos de conhecimento, nos chamam a atenção duas formas: o conhecimento reificado e o consensual. O primeiro se refere ao conhecimento científico e ao especializado e é tido como um saber “autêntico” que não admite contradição. Este tipo de conhecimento é restrito a uma pequena parcela da comunidade – a científica ou técnica. “Já o segundo tipo diz respeito ao conhecimento não especializado, sendo denominado saber “ingênuo”, ou como é conhecido universalmente senso comum, uma forma de saber presente na maioria da população. Um aspecto

importante desta forma particular de conhecimento é que ela gera atitudes, opiniões e crenças” (SILVA et al., 2010 p. 948).

A TRS reconhece o valor da dimensão subjetiva, o aspecto cognitivo do indivíduo, que segundo esta perspectiva interfere nas práticas sociais, nas atitudes e condutas relativas ao objeto da representação. A pesquisa que usa a teoria das representações sociais como referencial teórico focaliza sua atenção no conhecimento dos participantes da mesma, enquanto conhecimento importante para se compreender o cotidiano dos mesmos. “O referencial da TRS permite esclarecer como se dá o processo de assimilação dos fatos que ocorrem no meio e como o conhecimento construído sobre estes fatos são expressos por meio de sua comunicação e em seus comportamentos” (SILVA et al., 2010 p. 948).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho elaborado pela equipe sobre a diferença de conhecimentos filosófico e religioso, se um conhecimento exclui o outro e o desenvolvimento do trabalho e suas etapas.

Trouxe bastantes relatos interessantes para o grupo, além de novos conhecimentos, envolvendo nossos valores a sociedade; Relatando experiências vividas como exemplo de observação definindo o conhecimento e suas características racional e sistemática. Além disso, concluímos que um conhecimento não exclui o outro, pelo contrário, traz novas experiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográfica, projeto e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 4.ed. São Paulo: Atlas 1992.

PEREIRA, A.S.; et al. Metodologia de pesquisa científica, 1.e.d, Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. e-book.

SILVA, S.E; et al. A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira: 2011

